

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

ANA KAROLINA SILVA SENA

A PARTICIPAÇÃO DE MENINAS EM AMBIENTES DE COMPETIÇÃO MISTA

MANAUS
2026

ANA KAROLINA SILVA SENA

A PARTICIPAÇÃO DE MENINAS EM AMBIENTES DE COMPETIÇÃO MISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências do Movimento Humano.

Área de concentração: Biodinâmica do Movimento Humano

Linha de Pesquisa: Atividade Física e Esporte

Orientador: Prof. Dr. Lucas Leonardo

MANAUS
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S474p Sena, Ana Karolina Silva
 A participação de meninas em ambientes de competição mista / Ana
 Karolina Silva Sena. - 2026.
 147 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Lucas Leonardo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Manaus, 2026.

 1. Futebol. 2. Meninas. 3. Competição mista. 4. Participação esportiva. 5.
 Gênero. I. Leonardo, Lucas. II. Universidade Federal do Amazonas.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. III.
 Título

ANA KAROLINA SILVA SENA

A PARTICIPAÇÃO DE MENINAS EM AMBIENTES DE COMPETIÇÃO MISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências do Movimento Humano.

Área de concentração: Biodinâmica do Movimento Humano

Linha de Pesquisa: Atividade Física e Esporte

Orientador: Prof. Dr. Lucas Leonardo

Aprovada em 22 de setembro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Leonardo
Orientador

Prof. Dr. João Cláudio Machado
Membro Interno

Prof^ª. Dr^a. Mariana Zuaneti Martins
Membra Externa

AGRADECIMENTOS

Aqui, declaro minha profunda e sincera gratidão àqueles e àquelas que sempre acreditaram em mim — e, felizmente, essa lista é extensa.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a São José, que intercedeu por mim durante esse período. À mamãe, Ana Célia, que nunca mediu esforços para que eu pudesse transformar qualquer sonho em realidade. Aos meus irmãos, Beatriz e Matheus, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado em todas as situações.

À minha amada Lina, que me incentiva a todo momento, me apoia em cada passo e torce por mim. Ao seu lado, aprendo também que sorrir é uma das melhores maneiras de enfrentar as situações difíceis e tornar a vida mais leve.

Aos meus amigos e amigas do LAPESP — João Dinelly, Vitória Miranda, Giovanna Lima, Sofia Sampaio, Hemilly Souza, Juan Davi, Emilly Soares, Ivana Vitória, Suzyane Viana e Nayandra Barbosa — que, em meio a todo o caos e à confusão das árduas coletas, tornaram esses momentos mais leves. Obrigada pelas trocas de experiências, pela parceria e, especialmente, pelas risadas ao longo do caminho. Com vocês, reafirmei que algumas das coisas mais importantes não estão escritas nos livros: é preciso vivê-las para aprendê-las. E, sempre que precisarem, estarei lá por vocês, assim como sei que vocês estiveram — e estarão — ao meu lado.

Aos demais amigos e familiares — Juliane, Julienny, Maria, Ize, Iza, Lucas, Anderson, Rayanne, Loren, Emily Larissa, Faby, TJ, Fran, Patrick, Ailton, Thayssa, Pâm, Cayo, Fabi e Thaís — que torcem por mim, acompanham meus passos e, de diferentes formas, fazem parte da minha história. E um agradecimento especial àqueles que, com sua companhia, tornam meus dias mais gostosos: Luck, Princesa, Pretinha e Nina.

Aos professores Dr. João Machado, Dra. Mariana Zuaneti e Dra. Tathiane Krahenbühl, que contribuíram para a construção deste trabalho. Aprendi — e continuo aprendendo — muito com vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Amazonas (PPGCiMH/UFAM), pela formação, pelas experiências e pelas oportunidades proporcionadas ao longo desta trajetória. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio concedido por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (POSGRAD), conforme a Resolução nº 002/2025 – POSGRAD 2025/2026 – UFAM, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e para minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, Dr. Lucas Leonardo, por toda a orientação, pelos ensinamentos e pela parceria ao longo desta jornada. Mais do que contribuir para a construção deste trabalho, ensinou-me a confiar no processo e mostrou-me que, quando não nos sentimos à altura, podemos subir até ela.

Os dois últimos anos foram vividos em intensidade máxima, com conquistas e desafios emergindo e, muitas vezes, se sobrepondo. Se há uma coisa que aprendi durante o mestrado, foi que *“o caminho se faz caminhando”*. E foi caminhando – ao lado de cada uma dessas pessoas – que cheguei até aqui.

RESUMO

A regulamentação do futebol misto ampliou as possibilidades institucionais de inserção de meninas em competições de base, mas a autorização para competir não assegura, por si só, o acesso às equipes, a distribuição das oportunidades de jogo ou as condições em que essa experiência é vivenciada. Esta dissertação teve como objetivo investigar as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, articulando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas nesse contexto. A pesquisa compreendeu uma contextualização documental das competições de futebol de base organizadas pela Federação Amazonense de Futebol entre 2019 e 2026 e três estudos complementares desenvolvidos a partir do Campeonato Amazonense de Futebol de Base de 2025. O acompanhamento de campo contemplou 103 partidas das categorias Sub-8 e Sub-10, resultando em 261 observações de jogadora por partida. O primeiro estudo, quantitativo, descritivo e correlacional, analisou a organização competitiva, as oportunidades de participação e a autoeficácia percebida das jogadoras. O segundo, de delineamento observacional longitudinal, utilizou modelos lineares mistos para examinar a distribuição das oportunidades de jogo e sua associação com condições competitivas, características maturacionais e avaliação dos treinadores. O terceiro, qualitativo, analisou entrevistas com 29 jogadoras, 23 familiares/responsáveis e 11 treinadores, buscando compreender as condições de acesso e as experiências construídas no ambiente competitivo. O panorama documental evidenciou aumento recente dos registros de meninas, acompanhado pela utilização expressiva do Mecanismo de Dispensa Etária e pela recorrência de participantes em temporadas subsequentes. Na competição acompanhada, foram identificadas adaptações destinadas ao futebol infantil e mecanismos regulamentares relacionados à participação, embora não houvesse garantia de tempo mínimo de jogo. As oportunidades de participação apresentaram distribuição desigual e variaram conforme as condições competitivas, as características das jogadoras e as avaliações dos treinadores, enquanto a quantidade de tempo em campo, isoladamente, não explicou a percepção de capacidade das participantes. As entrevistas evidenciaram que o acesso às equipes depende de diferentes mediações e que as experiências no ambiente misto podem envolver acolhimento, aprendizagem, amizade e reconhecimento, mas também pressões, preconceito, insegurança e constrangimentos. Conclui-se que elegibilidade, acesso, oportunidades de jogo e experiências constituem dimensões distintas, relacionadas e complementares das condições de participação das meninas no futebol misto. Sua compreensão exige considerar a articulação entre organização competitiva, características e percepções das jogadoras, relações e decisões dos agentes sociais e relações de gênero que atravessam o contexto esportivo.

Palavras-chave: futebol; meninas; competição mista; participação esportiva; gênero.

ABSTRACT

The regulation of mixed-gender football has expanded institutional opportunities for girls to take part in youth competitions; however, eligibility to compete does not, by itself, ensure access to teams, the distribution of playing opportunities, or the conditions under which these experiences are lived. This dissertation aimed to investigate the conditions of girls' participation in mixed-gender football competitions by integrating competitive organization, actual playing opportunities, and the experiences constructed within this context. The research comprised a documentary contextualization of youth football competitions organized by the Amazonas Football Federation between 2019 and 2026 and three complementary studies developed from the 2025 Amazonas Youth Football Championship. Field monitoring included 103 matches in the Under-8 and Under-10 categories, resulting in 261 player-match observations. The first study adopted a quantitative, descriptive, and correlational approach to analyze competitive organization, participation opportunities, and players' perceived self-efficacy. The second used a longitudinal observational design and linear mixed models to examine the distribution of playing opportunities and their associations with competitive conditions, maturational characteristics, and coaches' evaluations. The third adopted a qualitative approach and analyzed interviews with 29 players, 23 family members/guardians, and 11 coaches to understand conditions of access and experiences constructed within the competitive environment. The documentary overview showed a recent increase in girls' registrations, accompanied by substantial use of the Age Waiver Mechanism and the recurrence of participants across subsequent seasons. In the competition investigated, adaptations designed for youth football and regulatory mechanisms related to participation were identified, although no minimum playing time was guaranteed. Playing opportunities were unevenly distributed and varied according to competitive conditions, players' characteristics, and coaches' evaluations, while playing time alone did not explain participants' perceptions of their own capabilities. The interviews showed that access to teams depends on different forms of mediation and that experiences in mixed-gender environments may involve acceptance, learning, friendship, and recognition, as well as pressure, prejudice, insecurity, and embarrassment. It is concluded that eligibility, access, playing opportunities, and experiences constitute distinct, interrelated, and complementary dimensions of girls' participation in mixed-gender football. Understanding these conditions requires considering the interplay among competitive organization, players' characteristics and perceptions, the relationships and decisions of social agents, and the gender relations that permeate the sporting context.

Keywords: football; girls; mixed-gender competition; sport participation; gender.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 A participação das meninas no futebol e a construção de gênero.....	14
2.2 Perspectiva bioecológica para compreender a participação	15
2.3 A competição mista como contexto de formação: elegibilidade, organização e oportunidades de participação	16
2.4 Distribuição das oportunidades de participação: tempo de jogo, características das jogadoras e avaliação dos treinadores.....	18
2.5 Experiência esportiva, percepção de capacidade e sustentação da participação ...	20
3 OBJETIVOS.....	22
3.1 Objetivo geral	22
3.2 Objetivos específicos	22
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
4.1 Delineamento geral da pesquisa	23
4.2 Aproximação com o campo e identificação das participantes.....	23
4.3 Contexto e acompanhamento da competição	24
4.4 Participantes.....	24
4.5 Organização da dissertação.....	25
4.6 Procedimentos de coleta de dados	26
4.7 Instrumentos, medidas e informações produzidas	27
4.7.1 Informações documentais e organização da competição.....	28
4.7.2 Oportunidades de participação	29
4.7.3 Autoeficácia percebida	30
4.7.4 Medidas maturacionais	30
4.7.5 Avaliação do treinador (ranking).....	31
4.7.6 Percepções dos agentes sociais.....	31
4.8 Procedimentos de análise.....	32
4.8.1 Contextualização documental.....	32
4.8.2 Estudo 1	33
4.8.3 Estudo 2	35

4.8.4	Estudo 3	42
4.9	Aspectos éticos	44
5	RESULTADOS	46
	PANORAMA DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE MENINAS NAS COMPETIÇÕES MISTAS DA FAF (2019-2026).....	47
	ESTUDO EMPÍRICO 1	50
	GIRLS IN MIXED YOUTH FOOTBALL: PLAYING TIME, COMPETITIVE ADAPTATION, AND PERCEIVED SELF-EFFICACY	50
1	INTRODUCTION	52
2	MATERIALS AND METHODS	54
3	RESULTS	60
4	DISCUSSION.....	64
5	CONCLUSION	67
6	REFERENCES	68
	ESTUDO EMPÍRICO 2	71
	OPORTUNIDADES COMPETITIVAS PARA MENINAS NO FUTEBOL MISTO: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DO TEMPO DE JOGO	71
1	INTRODUÇÃO	73
2	MÉTODOS	74
3	RESULTADOS	78
4	DISCUSSÃO	83
5	CONCLUSÃO	86
6	REFERÊNCIAS	86
	ESTUDO EMPÍRICO 3	91
	ELEGIBILIDADE, ACESSO E EXPERIÊNCIA COMPETITIVA DE MENINAS NO FUTEBOL MISTO: PERSPECTIVAS DE JOGADORAS, FAMILIARES E TREINADORES.....	91
1	INTRODUÇÃO	93
2	MATERIAIS E MÉTODOS	95
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	98
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
5	REFERÊNCIAS	124
6	SÍNTESE E DISCUSSÃO INTEGRATIVA	127
	REFERÊNCIAS	134

APÊNDICES	137
APÊNDICE A – Instrumento para registro do tempo de jogo das jogadoras.....	137
APÊNDICE B – Instrumento de autoeficácia percebida no futebol.....	138
APÊNDICE C – Instrumento de avaliação das jogadoras pelos treinadores.....	139
APÊNDICE D – Roteiros de entrevistas semiestruturadas	140
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para responsáveis pelas jogadoras.....	141
APÊNDICE F – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido das jogadoras.....	143
APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Treinadores	145
ANEXOS	147
ANEXO A – Carta de anuência FAF	147

1 INTRODUÇÃO

A participação de meninas e mulheres no futebol brasileiro tem sido historicamente marcada por desigualdades nas oportunidades de acesso, formação e permanência na modalidade. Embora sua presença tenha se ampliado e diferentes iniciativas institucionais tenham buscado criar novas possibilidades de inserção, o futebol permanece atravessado por relações de gênero que influenciam a disponibilidade de equipes e competições, o reconhecimento das meninas como participantes legítimas e as condições oferecidas para sua prática (Goellner, 2005, 2021; Pankowiak et al., 2025). Nas etapas iniciais da formação esportiva, essas questões assumem particular relevância, uma vez que as oportunidades de participar também representam possibilidades de experimentar, aprender e construir relações com o esporte.

Nesse cenário, as competições mistas constituem uma das possibilidades de inserção das meninas no futebol de base. No Brasil, a Resolução da Presidência da Confederação Brasileira de Futebol nº 01/2023 regulamentou o futebol misto no âmbito amador e instituiu o Mecanismo de Dispensa Etária (MDE), ampliando as condições regulamentares para que meninas participem de equipes e competições tradicionalmente organizadas para meninos (Confederação Brasileira de Futebol, 2023). Essa abertura representa uma mudança importante nas possibilidades institucionais de participação, especialmente em contextos nos quais ainda são reduzidas as alternativas competitivas destinadas exclusivamente às meninas.

Entretanto, estar autorizada a competir não permite compreender, por si só, como essa participação se concretiza. A elegibilidade estabelecida pelas regras não assegura que a menina encontre uma equipe e consiga ingressar nesse ambiente, o acesso à competição não determina quanto tempo ela efetivamente permanecerá em jogo e as oportunidades recebidas não explicam isoladamente como essa experiência será percebida e vivenciada. Assim, elegibilidade, acesso, oportunidades de jogo e experiências constituem dimensões distintas, embora relacionadas, das condições de participação das meninas no futebol misto.

Essa distinção torna necessário observar a competição para além de sua abertura regulamentar. Sua organização estabelece condições para a participação, mas as oportunidades concretas também são produzidas pelas decisões dos agentes envolvidos, pelas características das jogadoras e pelas relações estabelecidas no ambiente esportivo. Ao mesmo tempo, o tempo de jogo representa apenas uma dimensão da experiência: as meninas também constroem percepções sobre suas próprias capacidades, estabelecem relações com colegas, treinadores e familiares e atribuem diferentes sentidos às situações vivenciadas. Compreender a participação

exige, portanto, aproximar informações sobre como a competição é organizada, quem consegue acessá-la, quanto as meninas jogam e como essa experiência é vivenciada pelos diferentes agentes envolvidos.

Partindo dessa compreensão, esta dissertação toma como objeto as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, considerando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas nesse contexto. A perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano contribui como lente para compreender essas condições de maneira relacional, considerando que características das jogadoras, relações com os agentes sociais, organização competitiva e transformações ao longo do tempo não atuam isoladamente (Bronfenbrenner; Morris, 2006). Diante disso, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: como se configuram as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, considerando a organização da competição, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências construídas nesse contexto?

Para responder a essa questão, o objetivo geral da dissertação é investigar as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, articulando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas ao longo da competição. Para tanto, a investigação foi organizada a partir de uma contextualização documental das competições de futebol de base e de três estudos complementares. O primeiro analisa a organização competitiva, as oportunidades de participação e a autoeficácia percebida; o segundo acompanha longitudinalmente a distribuição das oportunidades de jogo e sua relação com características das jogadoras, condições competitivas e avaliação dos treinadores; e o terceiro examina, a partir das perspectivas de jogadoras, responsáveis e treinadores, as condições de acesso e as experiências construídas no ambiente competitivo. A articulação dessas diferentes fontes permite abordar a participação para além da presença formal, considerando dimensões distintas e complementares de um mesmo fenômeno.

A seguir, o Quadro 1 sintetiza a delimitação do problema, a justificativa, o objetivo geral e a estrutura dos estudos que compõem esta dissertação.

Quadro 1 – Síntese da estrutura e desenho da dissertação

TEMA Participação de meninas em competições mistas de futebol nas etapas de iniciação esportiva.
OBJETO As condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, considerando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas nesse contexto.
JUSTIFICATIVA A regulamentação do futebol misto amplia a elegibilidade das meninas para competir, mas a autorização formal não assegura, por si só, acesso efetivo às equipes, distribuição equivalente das oportunidades de jogo ou condições adequadas para vivenciar a experiência competitiva. Torna-se necessário, portanto, compreender como a abertura institucional se materializa em oportunidades concretas de participação e como essas experiências são produzidas e percebidas no contexto competitivo.
QUESTÃO DE PESQUISA Como se configuram as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, considerando a organização da competição, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências construídas nesse contexto?
PROBLEMA DE PESQUISA A elegibilidade formal das meninas para participar de competições mistas não permite compreender, isoladamente, se essa abertura se converte em acesso efetivo, oportunidades de permanência em jogo e experiências que favoreçam reconhecimento, pertencimento e sustentação da participação no futebol.
OBJETIVO GERAL Investigar as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, articulando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas ao longo da competição.
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO Contextualização documental: panorama dos registros de meninas nas competições mistas organizadas pela FAF entre 2019 e 2026. Considera a distribuição dos registros entre temporadas e categorias, a utilização do Mecanismo de Dispensa Etária (MDE) e a recorrência de meninas em edições subsequentes. Estudo 1 – Quantitativo, descritivo e correlacional: articula a análise da organização competitiva com os registros de tempo de jogo e a autoeficácia percebida das jogadoras. Caracteriza as oportunidades de participação e examina sua relação com a percepção de capacidade no contexto competitivo. Estudo 2 – Observacional longitudinal: acompanha as oportunidades de participação ao longo da competição por meio do Índice de Participação Relativa (IPR) e de modelos lineares mistos. Considera as fases da competição, as categorias, as características maturacionais das jogadoras e a avaliação atribuída pelos treinadores. Estudo 3 – Qualitativo, descritivo-interpretativo: reúne as perspectivas de jogadoras, familiares/responsáveis e treinadores por meio de entrevistas semiestruturadas. Aborda as condições de acesso, a configuração e percepção do ambiente competitivo e as experiências construídas pelas meninas no futebol misto.
ARGUMENTO CENTRAL A abertura regulamentar constitui uma condição necessária, mas insuficiente para assegurar a participação das meninas no futebol. As condições de participação são produzidas pela articulação entre a organização da competição, a distribuição das oportunidades de jogo, as características das jogadoras e as relações e decisões estabelecidas pelos agentes sociais. Assim, compreender a participação exige considerar não apenas quem está autorizado a competir, mas também quem consegue acessar esse espaço, quanto participa e quais experiências são construídas nesse contexto.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A participação das meninas no futebol e a construção de gênero

A presença de meninas e mulheres no futebol brasileiro não constitui um fenômeno recente. Em diferentes épocas, elas criaram equipes, organizaram partidas e desenvolveram estratégias para permanecer na modalidade, mesmo em contextos nos quais sua prática era interdita. Essa trajetória demonstra que a menor participação de meninas e mulheres não decorreu da inexistência de interesse, mas de relações de poder que dificultaram sua entrada, visibilidade e permanência (Goellner, 2021).

A proibição formal constitui uma barreira institucional explícita, mas não esgota os mecanismos de exclusão. Mesmo na ausência de interdições legais, discursos e normas sociais continuam estabelecendo quais práticas, comportamentos e formas corporais são considerados adequados e legítimos para meninas e meninos (Goellner, 2005). O caráter masculinizado do futebol não é apenas uma herança histórica; ele é continuamente produzido na prática cotidiana a partir de marcadores associados à masculinidade (Clark; Paechter, 2007; Goellner, 2005). A noção de “fazer gênero” descreve o processo pelo qual práticas, discursos e expectativas criam e legitimam diferenças entre meninas e meninos, fazendo-as parecer naturais (Hills; Croston, 2012).

Essas relações também se expressam nas condições concretas oferecidas para a participação. O aumento do número de meninas e mulheres no futebol pode coexistir com escassez de competições, descontinuidade das equipes, baixo investimento e ausência de políticas capazes de garantir formação e permanência (Alcântara et al., 2024; Goellner, 2005). Assim, avanços relacionados à presença e à visibilidade não implicam, necessariamente, a superação das desigualdades que estruturam a modalidade.

Em ambientes mistos, essas desigualdades podem permanecer mesmo quando meninas e meninos compartilham o mesmo espaço esportivo. O gênero continua sendo produzido quando a experiência dos meninos é tomada como referência, determinados conhecimentos, habilidades e comportamentos são associados ao masculino e a menor participação das meninas é interpretada como evidência de menor interesse ou capacidade. Jaco e Altmann (2017) mostram que habilidade, interesse e participação eram frequentemente tratados como atributos naturalmente distintos entre meninas e meninos. Schönardie et al. (2023), por sua vez, reforçam que diferenças de habilidade e interesse também podem resultar de oportunidades desiguais de aprendizagem e participação. Desse modo, diferenças de experiência e competência podem ser produzidas e ampliadas pelas próprias condições em que a participação é organizada.

As expectativas construídas nesse contexto podem contribuir para reproduzir as diferenças que parecem apenas descrevê-las. Quando se espera que as meninas participem menos, sua posição periférica pode ser naturalizada, restringindo oportunidades de agir, experimentar, errar e aprender. A menor experiência acumulada pode, posteriormente, ser interpretada como confirmação de uma suposta menor aptidão. No futebol infantil, Eliasson (2011) identificou que, apesar das semelhanças entre práticas de equipes femininas e masculinas, persistiam concepções que posicionavam os meninos como referência de desempenho e atribuíam maior valor às suas experiências esportivas. Assim, as desigualdades podem ser reforçadas tanto pelas oportunidades oferecidas quanto pelos critérios e expectativas utilizados para reconhecer e avaliar meninas e meninos.

Essa compreensão desloca a análise das características isoladas das meninas para as relações estabelecidas entre elas e os diferentes contextos nos quais sua participação ocorre. Pankowiak et al. (2025), a partir de uma perspectiva socioecológica, mostram que normas sociais de gênero podem repercutir nos níveis sociocultural, organizacional/comunitário, interpessoal e intrapessoal, influenciando a distribuição de recursos e oportunidades, as relações com treinadores, colegas e familiares e experiências individuais como confiança, pertencimento e percepção de capacidade. Compreender a participação das meninas exige, portanto, considerar conjuntamente características pessoais, relações sociais, condições contextuais e suas transformações ao longo do tempo.

2.2 Perspectiva bioecológica para compreender a participação

A compreensão da participação esportiva como fenômeno produzido pela relação entre características individuais, relações sociais e condições contextuais encontra suporte na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. O modelo proposto por Bronfenbrenner e Morris (2006) compreende o desenvolvimento a partir da articulação dinâmica entre Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Nessa perspectiva, características individuais não atuam de forma isolada, mas participam das relações estabelecidas com o ambiente e, simultaneamente, podem ser modificadas pelas experiências produzidas nessas interações.

Os processos proximais correspondem às interações recorrentes estabelecidas entre a pessoa e elementos de seu ambiente ao longo do tempo (Bronfenbrenner; Morris, 2006). Seus efeitos variam de acordo com as características das pessoas envolvidas, com as condições do contexto e com a continuidade dessas interações. Dessa forma, características pessoais podem assumir significados distintos conforme as relações e experiências estabelecidas no ambiente,

ao mesmo tempo que diferentes contextos podem ampliar ou restringir possibilidades de participação e desenvolvimento.

No esporte, essa perspectiva permite compreender a experiência de jogadores e jogadoras a partir da articulação entre seus atributos pessoais, as relações estabelecidas nos ambientes dos quais participam e as condições organizacionais e socioculturais que estruturam essas experiências. Treinadores, colegas e familiares integram os contextos diretamente relacionados à participação esportiva, enquanto organizações, políticas e regulamentos configuram possibilidades e recursos disponíveis. Em níveis mais amplos, valores, normas e estereótipos socioculturais também atravessam as condições nas quais essa participação ocorre (Brandão et al., 2024).

Essa compreensão torna-se particularmente relevante para analisar a participação das meninas, uma vez que, como discutido anteriormente, normas e expectativas de gênero podem atravessar diferentes dimensões do contexto esportivo. Assim, características apresentadas pelas jogadoras não devem ser interpretadas como explicações isoladas para suas experiências, da mesma forma que condições regulamentares ou decisões dos agentes sociais não produzem efeitos independentemente das relações estabelecidas no ambiente. A participação passa, portanto, a ser compreendida a partir da articulação entre características pessoais, relações sociais e condições contextuais.

Nesta dissertação, a perspectiva bioecológica é utilizada justamente para orientar essa compreensão relacional, e não para atribuir cada variável ou informação isoladamente a um componente do PPCT. A organização da competição, as oportunidades efetivamente oferecidas, as características e percepções das jogadoras e as relações estabelecidas com os agentes sociais são consideradas dimensões que se articulam entre si. A dimensão temporal também atravessa essas relações, uma vez que características pessoais, condições competitivas e experiências podem se modificar ao longo do desenvolvimento e da própria competição. Essa lente orienta, portanto, a análise das condições de participação das meninas como experiências produzidas na relação entre pessoa, processos, contexto e tempo.

2.3 A competição mista como contexto de formação: elegibilidade, organização e oportunidades de participação

A competição constitui parte importante do processo de formação esportiva, pois possibilita aos jogadores e jogadoras vivenciar situações próprias do jogo e mobilizar

conhecimentos e habilidades específicas desse contexto. Nas etapas de iniciação, o acesso a essas experiências não deve permanecer restrito a uma parcela dos participantes, uma vez que maiores oportunidades de participação podem ampliar a exposição às situações potencialmente formativas proporcionadas pelo jogo (Krahenbühl et al., 2019; Leonardo, 2026; Leonardo et al., 2018). Entretanto, reconhecer esse potencial formativo não significa pressupor que as oportunidades competitivas estejam igualmente disponíveis. No caso das meninas, barreiras sociais, culturais e institucionais historicamente restringiram seu acesso a experiências esportivas semelhantes às oferecidas aos meninos, limitando não apenas sua presença em campeonatos, mas também oportunidades de formação e aprendizagem (Martins et al., 2026).

Nas competições mistas, uma condição inicial para essa participação é estabelecida pela regulamentação, que define quem pode competir e sob quais condições. Ao analisar a ampliação do limite etário para meninas em equipes de meninos na Inglaterra, Hills et al. (2021) mostram que as regras podem atuar tanto como barreiras quanto como mecanismos de abertura, ao delimitar as fronteiras de elegibilidade. A autorização regulamentar amplia, portanto, as possibilidades institucionais de participação das meninas, mas não determina, por si só, como essa presença se concretizará no ambiente esportivo.

Essa distinção torna-se evidente quando se considera que estar autorizado ou presente não significa necessariamente participar em condições equivalentes. Clark e Paechter (2007) observaram que, mesmo em ambientes formalmente abertos a meninas e meninos, normas e relações cotidianas podiam conferir maior legitimidade aos meninos, enquanto as meninas permaneciam em posições periféricas, recebiam menos passes ou tinham sua presença questionada. De forma convergente, Jaco e Altmann (2017) mostram que a participação não se reduz à dicotomia entre presença e ausência, uma vez que indivíduos fisicamente inseridos em uma atividade podem ocupar posições muito distintas de envolvimento. Esses estudos ajudam a diferenciar elegibilidade, acesso e participação: a primeira corresponde à autorização regulamentar para competir; o acesso, à possibilidade concreta de ingressar nesse ambiente; e a participação, às oportunidades efetivamente disponibilizadas para tomar parte da experiência esportiva.

Além de estabelecer quem pode competir, a organização da competição configura as condições nas quais essa participação ocorre. Em etapas de formação, competições destinadas a crianças e jovens podem incorporar adaptações estruturais e funcionais em relação ao modelo adulto (Bettega et al., 2020). As adaptações estruturais envolvem elementos como espaço, duração, equipamentos, sistema de pontuação e número de participantes, enquanto as funcionais incidem sobre regras de ação e sobre a dinâmica do jogo, podendo incluir, por

exemplo, substituições obrigatórias, restrições táticas ou alterações na execução de determinadas ações (Milistetd et al., 2014).

Essas adaptações devem buscar uma relação adequada entre as exigências do jogo e as possibilidades dos participantes, preservando o desafio e a imprevisibilidade próprios da competição sem impor condições desproporcionais às crianças (Bettega et al., 2020; Ortega-Toro; Giménez-Egido, 2025). Espaço, tempo, normas e formas de organização não constituem, portanto, elementos neutros, pois podem ampliar ou restringir as possibilidades de ação e envolvimento. Nesse sentido, regras relacionadas às substituições, à utilização dos jogadores ou à distribuição do tempo de jogo podem ser empregadas para favorecer oportunidades de participação. Entretanto, modificações regulamentares não asseguram que essas oportunidades sejam efetivamente distribuídas entre todos os participantes (Leonardo; Scaglia, 2022).

A concretização das finalidades previstas pela organização competitiva também depende das mediações realizadas pelos agentes envolvidos. Krahenbühl et al. (2019) mostram que pressões associadas ao resultado podem contribuir para a descaracterização de regras concebidas com finalidade formativa, evidenciando que sua existência não garante sua aplicação conforme a intenção original. Nessa perspectiva, compreender a competição como prática pedagógica implica considerar a articulação entre sua organização e as decisões dos sujeitos que dela participam. Como destaca Franco (2016), práticas pedagógicas pressupõem intencionalidade, reflexão e acompanhamento das condições necessárias à concretização de seus objetivos.

Assim, nas competições mistas, a regulamentação cria condições institucionais para a participação das meninas, enquanto a organização competitiva estrutura possibilidades de envolvimento. Essas condições, contudo, são concretizadas nas relações e decisões produzidas no ambiente esportivo. Compreender as oportunidades efetivamente vivenciadas exige, portanto, avançar das condições formais da competição para a maneira como elas são distribuídas entre os participantes.

2.4 Distribuição das oportunidades de participação: tempo de jogo, características das jogadoras e avaliação dos treinadores

A participação na competição envolve exposição efetiva às situações de jogo. Nesse sentido, o tempo de participação constitui uma dimensão objetiva das oportunidades competitivas vivenciadas pelos jogadores e jogadoras. Maiores oportunidades de participação podem representar maior exposição às situações potencialmente formativas proporcionadas

pela competição, embora o tempo de jogo não corresponda, por si só, à aprendizagem (Leonardo et al., 2018). Como esse tempo é limitado e precisa ser distribuído entre os integrantes da equipe, sua alocação envolve simultaneamente inclusão e exclusão e pode refletir diferentes critérios de priorização sobre quem participa, em quais momentos e por quanto tempo (Lorentzen, 2017).

Nesse processo, treinadores e treinadoras ocupam posição relevante, uma vez que decisões de escalação e substituição transformam possibilidades regulamentares em oportunidades efetivamente vivenciadas. Krahenbühl et al. (2019) atribuem a essas decisões uma dimensão pedagógica ao defenderem, nas categorias de formação, uma distribuição das oportunidades coerente com os objetivos educativos da competição. Entretanto, pressões associadas ao resultado podem favorecer a concentração do tempo de jogo em determinados participantes. Dessa forma, a distribuição das oportunidades também envolve os critérios empregados pelos treinadores para diferenciar os integrantes da equipe.

Entre as características que podem compor essas avaliações estão aquelas relacionadas ao desenvolvimento biológico. Durante a infância e a adolescência, jovens da mesma idade cronológica podem apresentar diferenças maturacionais capazes de produzir variações temporárias em características físicas e funcionais. Essas diferenças, contudo, não equivalem necessariamente a maior habilidade ou potencial esportivo. Malina et al. (2015) destacam que, entre meninas, as relações entre maturação e desempenho são menos consistentes e dependem da tarefa e do contexto, além de distinguirem efeitos diretamente associados às mudanças biológicas daqueles mediados pelas percepções e avaliações do próprio participante e de agentes significativos.

No futebol feminino, Sweeney et al. (2025) identificaram pequena sobrerrepresentação de jogadoras biologicamente mais avançadas entre participantes Sub-15 e Sub-16 selecionadas para o sistema nacional e internacional irlandês, sem observar viés de idade relativa. Os autores ressaltam que os padrões associados à maturação entre meninas são dependentes do contexto e não reproduzem necessariamente aqueles encontrados entre meninos. Esses achados reforçam que características maturacionais não devem ser tomadas como indicadores diretos de habilidade ou como explicação isolada das oportunidades esportivas recebidas.

Uma possível mediação entre características pessoais e oportunidades esportivas ocorre por meio das avaliações construídas pelos agentes sociais. Hancock et al. (2013) argumentam que características como tamanho corporal e maturação podem ser interpretadas como indicadores de habilidade ou potencial, contribuindo para a formação de expectativas diferenciadas. No caso dos treinadores, o efeito Pigmalião descreve como essas expectativas

podem se materializar em diferentes formas de tratamento, incluindo feedback, instrução, seleção e oportunidades de participação. Solomon (2010) detalha esse processo como um ciclo no qual informações pessoais, de desempenho e psicológicas são interpretadas pelo treinador e contribuem para a formação de expectativas e podem resultar em condições distintas de interação, participação e desafio. Quando as respostas posteriores parecem confirmar a expectativa inicial, essa avaliação pode ser reforçada.

Desse modo, diferenças nas oportunidades de participação não devem ser interpretadas exclusivamente como reflexo das características das jogadoras ou das regras da competição. A distribuição do tempo de jogo pode resultar da relação entre as possibilidades estabelecidas pelo contexto competitivo, as características apresentadas pelas jogadoras e as interpretações e decisões produzidas pelos agentes responsáveis por sua utilização nas partidas. Nessa relação, características pessoais podem participar das respostas produzidas pelo ambiente, enquanto as oportunidades recebidas passam a compor as experiências vivenciadas pelas próprias jogadoras.

2.5 Experiência esportiva, percepção de capacidade e sustentação da participação

As oportunidades vivenciadas no contexto competitivo não se restringem à presença ou ao tempo de jogo. Ao participar, as meninas experimentam situações que podem contribuir para a forma como percebem suas próprias capacidades, constroem relações e reconhecem sua posição no ambiente esportivo. Compreender a participação exige, portanto, considerar também os significados produzidos a partir dessas experiências.

Uma dessas dimensões corresponde à autoeficácia percebida, entendida como a percepção que o indivíduo constrói sobre sua capacidade de responder às demandas de determinada tarefa. Por apresentar caráter situado, ela não constitui uma característica fixa ou independente do contexto. No esporte, essas crenças são construídas em interação com as experiências vivenciadas. Diferentes configurações competitivas podem modificar as oportunidades de ação e, consequentemente, as experiências a partir das quais os participantes constroem referências sobre sua capacidade (García-Angulo et al., 2020; Ortega-Toro; Giménez-Egido, 2025). Nesse sentido, maior participação não implica necessariamente maior autoeficácia, mas pode ampliar as possibilidades de experimentar ações, receber informações sobre o próprio desempenho e construir percepções sobre sua capacidade para atuar naquele contexto.

Essas percepções também são construídas nas relações estabelecidas com os agentes sociais. Estudos reunidos por Corrêa et al. (2022) indicam associações entre a autoeficácia de

jovens participantes do esporte e aspectos como comportamento do treinador, clima motivacional, comunicação e apoio social. Hancock et al. (2013), por meio do efeito Galateia, destacam que expectativas produzidas nas relações sociais podem participar das expectativas que o próprio indivíduo constrói sobre si. Assim, a percepção de capacidade se relaciona tanto às experiências de ação quanto às avaliações, respostas e interações que acompanham a participação esportiva.

As relações construídas nesse ambiente também podem favorecer reconhecimento, vínculos e pertencimento. Gjesdal e Hedenborg (2021), ao analisarem a inserção de meninas pertencentes a minorias étnicas no esporte organizado na Noruega, identificaram que a continuidade da participação esteve relacionada não apenas à possibilidade de ingresso, mas também à incorporação às atividades regulares, às oportunidades de jogar, às relações com colegas e treinadores e às condições organizacionais e materiais. Em trajetórias esportivas mais prolongadas, Monteiro Júnior, Soares e Krahenbühl (2025) também destacaram a importância do apoio familiar, das relações com treinadores e dos vínculos com colegas, associados à motivação, ao engajamento e ao sentimento de pertencimento. Esses estudos indicam que permanecer no esporte envolve não apenas ter oportunidades de participação, mas também construir relações que favoreçam reconhecimento e integração ao ambiente.

O pertencimento, contudo, não precisa ser entendido como consequência espontânea dessas relações, podendo ser favorecido pelas próprias condições em que a experiência esportiva é organizada. Martins et al. (2026), ao descreverem a experiência pedagógica da Copa Let It Gol, apresentam uma competição de futsal para meninas estruturada para favorecer participação ativa, tempo de jogo, experimentação de diferentes papéis, socialização, envolvimento das famílias, escuta das participantes e reconhecimento de sua presença. A experiência evidencia que condições organizacionais e relacionais podem ser intencionalmente construídas para ampliar não apenas o ingresso, mas também as possibilidades de envolvimento e pertencimento.

Dessa forma, a experiência esportiva é produzida na relação entre as oportunidades disponíveis, as ações vivenciadas pelas jogadoras, as respostas dos agentes sociais e as percepções construídas sobre si e sobre seu lugar naquele ambiente. Essas condições podem assumir configurações distintas entre participantes e ao longo do tempo. A sustentação da participação deve, portanto, ser compreendida como um conjunto de experiências e relações, e não como consequência automática do ingresso ou da permanência em uma competição.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Investigar as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol, articulando a organização competitiva, as oportunidades efetivas de jogo e as experiências produzidas ao longo da competição.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar a organização da competição, as oportunidades de participação das meninas e sua autoeficácia percebida no contexto competitivo, examinando a relação entre participação e percepção de capacidade.
- Analisar longitudinalmente a distribuição das oportunidades de participação, considerando características do contexto competitivo, características maturacionais das jogadoras e a avaliação dos treinadores.
- Compreender, a partir das perspectivas de jogadoras, responsáveis e treinadores, as condições de acesso, a configuração do ambiente competitivo e os fatores relacionados à sustentação da participação das meninas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Delineamento geral da pesquisa

A presente dissertação foi organizada a partir de uma contextualização empírica de natureza documental e de três estudos complementares, desenvolvidos em torno de um mesmo fenômeno: as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol. A contextualização documental teve como finalidade caracterizar a presença de meninas nos registros oficiais das competições de futebol de base organizadas pela Federação Amazonense de Futebol (FAF) entre 2019 e 2026. Os três estudos, por sua vez, aprofundaram diferentes dimensões desse fenômeno a partir da competição acompanhada em 2025, articulando organização competitiva, oportunidades efetivas de jogo, características e percepções das jogadoras, avaliações dos treinadores e experiências relatadas pelos agentes sociais envolvidos.

O primeiro estudo adotou abordagem quantitativa, com componentes descritivos e correlacionais, articulando análise documental, participação nas partidas e autoeficácia percebida. O segundo apresentou delineamento observacional longitudinal com estrutura multinível, considerando observações de jogadora por partida para analisar a distribuição das oportunidades de participação e os fatores associados. O terceiro adotou abordagem qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, voltada à compreensão das perspectivas de jogadoras, familiares/responsáveis e treinadores sobre as condições de participação no futebol misto.

4.2 Aproximação com o campo e identificação das participantes

Inicialmente, foi realizado contato com o diretor de competições da FAF, ocasião em que foram apresentados os objetivos, os procedimentos e as condições de realização da pesquisa. Após a obtenção da anuência formal da instituição (Anexo A), iniciou-se o levantamento das jogadoras inscritas nas categorias Sub-8 e Sub-10 do Campeonato Amazonense de Futebol de Base de 2025.

A identificação inicial das jogadoras foi realizada por meio de consulta ao portal Futebol de Base Amazonense^{1,2}, utilizado para verificar as meninas inscritas, suas respectivas categorias e as equipes às quais estavam vinculadas. A partir dessas informações, procedeu-se à

¹ Link do cadastro dos jogadores e das jogadoras na categoria Sub-8:

https://futeboldebaseamazonense.com.br/campeonatos.php?cod_competicao=1060#frame

² Link do cadastro dos jogadores e das jogadoras na categoria Sub-10:

https://futeboldebaseamazonense.com.br/campeonatos.php?cod_competicao=1059#frame

localização das equipes e ao estabelecimento dos primeiros contatos com treinadores e responsáveis, realizados predominantemente de forma virtual.

Ao longo desse processo, treinadores e dirigentes também contribuíram para a identificação de outras equipes e participantes elegíveis. Após o contato com os treinadores, foi possível ampliar a aproximação com as jogadoras e seus familiares/responsáveis, especialmente nos locais e horários de treinamento das equipes.

O processo de identificação e contato permaneceu ativo durante toda a temporada competitiva, uma vez que algumas jogadoras foram inscritas ou passaram a integrar as equipes após o início da competição. Dessa forma, o recrutamento acompanhou as alterações na composição das equipes ao longo do campeonato.

4.3 Contexto e acompanhamento da competição

A etapa da pesquisa de campo foi desenvolvida durante o Campeonato Amazonense de Futebol de Base de 2025, cuja temporada competitiva ocorreu entre 22 de junho e 5 de novembro de 2025. As rodadas foram realizadas predominantemente aos finais de semana e organizadas por categoria. Em cada rodada, estavam previstas quatro partidas da categoria Sub-8 e sete da categoria Sub-10. As partidas tinham duração regulamentar de 40 minutos. Em razão do formato reduzido adotado nas categorias, o campo oficial era dividido em dois espaços de jogo, o que permitia a realização simultânea de duas partidas. Nessa organização, as linhas laterais do campo oficial eram utilizadas como linhas de fundo dos campos reduzidos.

Os jogos ocorreram em três estádios: Estádio Ismael Benigno, conhecido como Colina; Estádio Municipal Jornalista Carlos Zamith, conhecido como Zamith; e Estádio Olímpico Municipal Gilberto Mestrinho, conhecido como Gilbertão. Para fins da pesquisa, foram acompanhadas as partidas em que havia pelo menos uma menina presente em uma das equipes. A partir desse critério, foram registrados 103 jogos, sendo 42 da categoria Sub-8 e 61 da categoria Sub-10. O acompanhamento dessas partidas resultou em 261 observações de jogadora por partida, sendo 106 no Sub-8 e 155 no Sub-10.

4.4 Participantes

No acompanhamento da competição de 2025, foram identificados 40 registros de cadastro de meninas nas categorias Sub-8 e Sub-10, sendo 13 no Sub-8 e 27 no Sub-10. Como quatro meninas estavam cadastradas simultaneamente nas duas categorias, esses registros correspondiam a 36 meninas distintas. No Sub-8, todas as 13 meninas cadastradas participaram

de pelo menos uma partida. No Sub-10, quatro das 27 meninas cadastradas não chegaram a participar de partidas; entre elas, uma também estava cadastrada no Sub-8 e atuou nessa categoria. Assim, três meninas não participaram de nenhuma partida ao longo da competição. Dessa forma, 33 meninas distintas atuaram efetivamente em pelo menos uma partida. Entre elas, três participaram tanto do Sub-8 quanto do Sub-10, resultando em 36 registros de participação por categoria.

A composição das amostras variou entre os três estudos em função de seus objetivos, critérios de inclusão e disponibilidade das informações. No primeiro estudo, foram analisados 33 registros de jogadora por categoria, correspondentes a 30 meninas distintas, e 255 registros de participação em partidas. No segundo estudo, o acompanhamento longitudinal incluiu 33 meninas e 261 observações de jogadora por partida; os modelos multiníveis foram estimados com 26 jogadoras e 228 observações com dados completos. No terceiro estudo, participaram 29 jogadoras, 23 familiares/responsáveis e 11 treinadores, totalizando 63 participantes.

4.5 Organização da dissertação

A contextualização documental antecede a apresentação dos três estudos, fornecendo um panorama histórico dos registros de meninas nas competições mistas organizadas pela FAF entre 2019 e 2026. A partir desse contexto, os estudos aprofundam dimensões distintas e complementares das condições de participação.

O primeiro estudo analisou a organização da competição, as oportunidades de participação das meninas e sua autoeficácia percebida, examinando a relação entre participação e percepção de capacidade. O segundo estudo analisou longitudinalmente a distribuição das oportunidades de participação, considerando características do contexto competitivo, características maturacionais das jogadoras e a avaliação dos treinadores. O terceiro estudo buscou compreender, a partir das perspectivas de jogadoras, familiares/responsáveis e treinadores, as condições de acesso, a configuração do ambiente competitivo e os fatores relacionados à sustentação do envolvimento das meninas.

Embora possuam objetivos e procedimentos próprios, os três estudos examinam dimensões complementares de um mesmo fenômeno. Em conjunto, permitem analisar a participação para além da elegibilidade formal, considerando as condições de acesso, as oportunidades efetivamente vivenciadas em jogo e as experiências produzidas no contexto competitivo.

4.6 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi planejada semanalmente a partir da programação oficial do Campeonato Amazonense de Futebol de Base, disponibilizada no site da FAF, com informações sobre datas, horários, locais e partidas de cada categoria. Paralelamente, os cadastros das categorias Sub-8 e Sub-10 no portal Futebol de Base Amazonense eram consultados para identificar as meninas vinculadas às equipes.

O cruzamento dessas informações permitia reconhecer previamente os jogos com possibilidade de participação de meninas e organizar a equipe de apoio, composta por estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao Laboratório de Pedagogia do Esporte (LAPESP), para o acompanhamento das partidas. Para o registro das oportunidades de participação, foi elaborada uma súmula específica para as meninas (Apêndice A), contendo a identificação da jogadora, a equipe, o número utilizado na partida e a condição inicial de titular ou reserva. O tempo de participação foi cronometrado durante os jogos. Além disso, as partidas foram gravadas em vídeo, permitindo posteriormente sincronizar um cronômetro às imagens e conferir o tempo efetivamente jogado por cada participante.

A autoeficácia percebida e as medidas antropométricas utilizadas para a estimativa maturacional foram coletadas durante a fase eliminatória da competição. O questionário de autoeficácia (Apêndice B) foi aplicado individualmente, prioritariamente nos locais de treinamento das equipes e, quando necessário, também nos dias de competição. Considerando a faixa etária das participantes, todos os itens e as respectivas opções da escala de resposta foram lidos pela pesquisadora, sendo eventuais dúvidas esclarecidas sem direcionamento ou indução das respostas. Para a obtenção das medidas antropométricas, foi organizado um espaço específico no estádio. A massa corporal foi aferida com balança digital G-Tech, modelo Glass 10, e as estaturas em pé e sentada foram medidas com uma trena fixada à parede, sendo todas as medidas obtidas em uma única aferição. As avaliações foram realizadas por uma equipe de três pesquisadores com experiência prévia nesse tipo de coleta.

A avaliação dos treinadores (Apêndice C) ocorreu individualmente, em contato direto com a pesquisadora, de forma presencial ou on-line, conforme a preferência de cada participante. Os treinadores foram solicitados a avaliar a posição relativa de cada menina em comparação aos demais jogadores de sua própria equipe. As entrevistas foram conduzidas a partir de roteiros semiestruturados específicos para treinadores, jogadoras e familiares/responsáveis. O contato inicial ocorria com os treinadores, que eram entrevistados e,

posteriormente, intermediavam a aproximação da pesquisadora com as jogadoras e suas famílias.

As entrevistas com os treinadores ocorreram presencialmente, nos locais de treinamento das equipes, ou on-line, conforme sua disponibilidade, enquanto as entrevistas com familiares/responsáveis e com as jogadoras ocorreram predominantemente nos locais de treinamento. Os roteiros abordaram questões relacionadas ao ingresso das meninas nas equipes, ao ambiente competitivo, às experiências positivas e negativas, ao apoio recebido e às expectativas relacionadas à participação no futebol. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas com auxílio do software TurboScribe. As transcrições foram conferidas pela pesquisadora a partir dos registros de áudio antes do início dos procedimentos analíticos. Os roteiros semiestruturados utilizados com os três grupos são apresentados no Apêndice D.

4.7 Instrumentos, medidas e informações produzidas

Foram produzidas informações de diferentes naturezas no decorrer do período competitivo, provenientes de fontes documentais — como cadastros das jogadoras, súmulas e regulamentos — e da pesquisa de campo, incluindo dados maturacionais das jogadoras, avaliações dos treinadores, oportunidades de participação e autoeficácia percebida. Também foram produzidas informações referentes às percepções dos agentes sociais envolvidos no contexto investigado, compreendendo jogadoras, treinadores e familiares/responsáveis. Embora provenientes de um mesmo cenário de investigação, essas informações foram mobilizadas de formas distintas na contextualização documental e nos três estudos que compõem a dissertação, de acordo com suas respectivas finalidades e procedimentos analíticos.

O Quadro 2 sintetiza as fontes, os instrumentos e as medidas produzidas, bem como sua utilização nos diferentes estudos que compõem a dissertação.

Quadro 2 – Síntese das fontes, informações e medidas produzidas e sua utilização nos estudos.

Fonte/instrumento	Informação ou medida produzida	Utilização nos estudos
Cadastros das jogadoras	Identificação das meninas, equipes, categorias, idade e, quando aplicável, condição etária de elegibilidade pelo MDE	Contextualização documental: caracterização da presença de meninas nos registros oficiais das competições mistas ao longo do período analisado Estudos 1, 2 e 3: identificação e caracterização das participantes e do contexto investigado
Regulamentos das categorias Sub-8 e Sub-10	Critérios etários, MDE, duração das partidas, número de jogadores em campo, regras de substituição, fases da competição e dispositivo de bonificação	Estudo 1: análise da adaptação competitiva e dos dispositivos de acesso e participação; Estudo 2: caracterização de variáveis de contexto, especialmente categoria e fase; Estudo 3: contextualização institucional da participação mista e do MDE

Súmulas das partidas	Identificação dos jogadores relacionados e acompanhamento da presença das jogadoras ao longo da competição	Estudos 1 e 2: apoio à organização e conferência dos registros de participação
Registro do tempo de jogo	Tempo efetivamente jogado por cada menina em cada partida, registrado <i>in loco</i> e conferido em vídeo	Estudo 1: número de partidas, tempo acumulado, tempo médio e percentual médio de participação; Estudo 2: construção do Índice de Participação Relativa (IPR)
Instrumento de autoeficácia percebida	17 itens em escala de 0 a 10; escore geral e cinco eixos exploratórios relacionados às ações do jogo	Estudo 1: caracterização da autoeficácia percebida e análise de sua associação com os indicadores de participação
Idade cronológica e estatura	<i>Maturity offset</i> (MO), idade estimada no pico de velocidade de crescimento (APHV), estado maturacional e <i>timing</i> maturacional	Estudo 2: análise da associação entre características maturacionais e oportunidades de participação
Avaliação do treinador (ranking)	Posição relativa da jogadora em escala de 1 a 10, como indicador de habilidade percebida pelo treinador	Estudo 2: análise da associação entre avaliação do treinador e oportunidades de participação
Entrevistas individuais	Percepções de 29 jogadoras, 23 familiares/responsáveis e 11 treinadores sobre acesso, ambiente competitivo, experiências e sustentação da participação	Estudo 3: compreensão das diferentes perspectivas dos agentes sociais sobre a participação das meninas no futebol misto

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.7.1 Informações documentais e organização da competição

As informações documentais foram obtidas a partir dos cadastros das jogadoras, dos regulamentos das categorias Sub-8 e Sub-10 e das súmulas das partidas. Essas fontes permitiram identificar participantes, equipes e categorias, acompanhar a presença das jogadoras na competição e caracterizar as condições regulamentares de acesso e participação, incluindo critérios etários, MDE, duração das partidas, número de jogadores em campo, regras de substituição, fases da competição e dispositivo de bonificação relacionado à utilização dos jogadores na partida.

Para a contextualização empírica, foram consultados os registros oficiais disponibilizados no portal Futebol de Base Amazonense, utilizado pela FAF para divulgação e acompanhamento das competições de base. A partir desses registros, foram reunidas informações referentes aos cadastros de meninas nas competições de futebol de base entre 2019 e 2026. Para cada registro, foram sistematizadas informações referentes à identificação da menina, temporada competitiva, categoria, equipe, data de nascimento e, quando aplicável, utilização do MDE.

Os anos de 2020 e 2021 foram mantidos na delimitação temporal do levantamento como período de interrupção da série, uma vez que as competições não foram realizadas em decorrência da pandemia de COVID-19. Cada menina recebeu um identificador alfanumérico único, mantido entre temporadas e categorias. Esse procedimento permitiu distinguir meninas

distintas de ocorrências múltiplas decorrentes do cadastro de uma mesma menina em mais de uma categoria no mesmo ano ou de seu reaparecimento nos registros em temporadas subsequentes.

Além de subsidiarem a contextualização documental, as fontes referentes à competição de 2025 assumiram diferentes funções nos três estudos. No primeiro, os regulamentos subsidiaram a análise da adaptação competitiva e dos dispositivos relacionados ao acesso e à participação das meninas; no segundo, categoria e fase da competição foram consideradas na análise das condições contextuais de participação; e, no terceiro, a regulamentação da participação mista e o MDE contribuíram para a contextualização institucional das experiências relatadas pelos participantes.

4.7.2 *Oportunidades de participação*

As oportunidades de participação foram representadas a partir do tempo efetivamente jogado por cada menina nas partidas. No primeiro estudo, essa informação foi utilizada para calcular o número de partidas disputadas, o tempo acumulado, o tempo médio por partida e o percentual médio de participação.

No segundo estudo, surgiu a necessidade de considerar o tempo de jogo em relação às condições específicas de participação encontradas por cada jogadora. A utilização apenas do tempo absoluto poderia não representar adequadamente essas oportunidades, uma vez que um mesmo número de minutos em campo pode assumir significados distintos conforme o tempo disponível na partida, o número de vagas em campo e a quantidade de jogadores entre os quais essas oportunidades eram distribuídas. Por essa razão, foi construído o Índice de Participação Relativa (IPR), permitindo situar o tempo efetivamente jogado pela menina em relação a um referencial de distribuição equitativa correspondente àquela partida. O tempo ideal individual foi definido pela seguinte fórmula:

$$TIR = (TP \times NV) \div NJ$$

Onde,

- TIR = Tempo ideal individual;
- TP = Tempo total da partida;
- NV = Número de vagas em campo; e
- NJ = Número de jogadores presentes e disponíveis para participação na partida.

Em seguida, o tempo efetivamente jogado por cada jogadora foi dividido por esse valor de referência:

$$IPR = TJ \div TIR$$

Onde,

- IPR = Índice de participação relativa;
- TJ = Tempo jogado pela jogadora; e
- TIR = Tempo ideal individual.

Dessa forma, o IPR permitiu situar a participação de cada jogadora em relação a uma distribuição equitativa do tempo de jogo no contexto específico de cada partida. Valores de IPR < 1 indicaram participação abaixo do referencial equitativo, IPR = 1 indicou participação equivalente a esse referencial e IPR > 1 indicou participação acima dele.

4.7.3 *Autoeficácia percebida*

A autoeficácia percebida foi avaliada a partir de uma adaptação do instrumento de autoeficácia para ações específicas do futebol (Apêndice B) apresentado por García-Angulo et al. (2020). Foram utilizados 17 itens relacionados à percepção das jogadoras sobre sua capacidade de realizar diferentes ações do jogo naquele contexto competitivo específico, respondidos em uma escala de 0 a 10. Para as análises, foi calculado um escore geral, correspondente à média dos 17 itens. Adicionalmente, os itens foram organizados, para fins exploratórios, em cinco eixos relacionados às ações do jogo: finalização; ações defensivas e proteção da meta; progressão e manutenção da posse sob oposição; cooperação e participação coletiva; e situações específicas de bola parada. Esses eixos foram utilizados como agrupamentos analíticos e não como dimensões independentes previamente validadas do instrumento. A medida foi utilizada para caracterizar a autoeficácia percebida das jogadoras e examinar sua associação com os indicadores de participação nas partidas.

4.7.4 *Medidas maturacionais*

As medidas maturacionais foram estimadas a partir da idade cronológica e da estatura das jogadoras, utilizando a equação proposta por Moore et al. (2015) para meninas. A equação permitiu estimar o *maturity offset* (MO), que representa a distância, em anos, da jogadora em relação ao pico de velocidade de crescimento (*peak height velocity* – PHV) e, a partir dele, estimar a idade no pico de velocidade de crescimento (*age at peak height velocity* – APHV). No segundo estudo, o MO foi utilizado para classificar o estado maturacional das jogadoras em pré-pico (< -1) ou pico (-1 a 1), não havendo participantes classificadas como pós-pico. A

APHV foi utilizada para estabelecer o *timing* maturacional por meio de uma classificação intramostral baseada nos tercís de sua distribuição entre as jogadoras com dados maturacionais disponíveis ($n = 26$). Os percentis 33,33 e 66,67 corresponderam, respectivamente, a 11,8 e 12,1 anos. Assim, as jogadoras foram classificadas como precoces ($\leq 11,8$ anos), em tempo ($> 11,8$ e $\leq 12,1$ anos) ou tardias ($> 12,1$ anos). Essas medidas foram utilizadas para examinar a associação entre características maturacionais e as oportunidades de participação ao longo da competição.

4.7.5 Avaliação do treinador (*ranking*)

A avaliação do treinador (Apêndice C) foi obtida por meio de uma pergunta sobre a posição relativa da jogadora em comparação aos demais jogadores de sua própria equipe. Cada treinador atribuiu uma classificação em uma escala de 1 a 10, na qual valores mais altos representavam melhor posição relativa no grupo. A medida foi coletada uma única vez, durante a fase inicial da competição, e utilizada no segundo estudo como um indicador da habilidade percebida pelo treinador, não correspondendo a uma medida objetiva de desempenho. Essa informação foi utilizada para examinar se jogadoras mais bem avaliadas pelos treinadores apresentavam maiores oportunidades de participação ao longo da competição.

4.7.6 Percepções dos agentes sociais

As percepções sobre a participação das meninas no futebol misto foram produzidas por meio de entrevistas individuais semiestruturadas (Apêndice D) com 29 jogadoras, 23 familiares/responsáveis e 11 treinadores, totalizando 63 participantes. As entrevistas buscaram compreender, a partir das diferentes posições ocupadas no contexto esportivo, as condições de acesso à competição, as experiências vivenciadas no ambiente competitivo e os fatores relacionados à sustentação do envolvimento das meninas. Essas informações foram utilizadas no terceiro estudo, no qual as perspectivas dos três grupos foram analisadas de forma conjunta e complementar, permitindo compreender o fenômeno a partir das experiências das próprias jogadoras e das percepções dos agentes sociais diretamente envolvidos em sua participação esportiva.

4.8 Procedimentos de análise

Os procedimentos de análise foram definidos de acordo com a finalidade da contextualização documental e com os objetivos e a natureza das informações utilizadas em cada estudo. Dessa forma, foram empregados procedimentos distintos e complementares, envolvendo análise documental e análises estatísticas descritivas e inferenciais nos dois primeiros estudos e análise qualitativa das entrevistas no terceiro estudo. A seguir, são apresentados os procedimentos analíticos adotados em cada investigação.

4.8.1 *Contextualização documental*

A contextualização documental teve como finalidade descrever a presença de meninas nos registros oficiais das competições ao longo do período analisado. Os registros referentes à temporada de 2026 foram considerados até 20 de agosto, razão pela qual os dados desse ano representam o conjunto documental disponível até esse momento da competição. Para isso, os registros foram organizados considerando a menina como unidade de identificação e distinguindo os diferentes registros decorrentes de ano e categoria. Foram examinados o número de meninas distintas registradas em cada temporada, sua distribuição entre as categorias, o primeiro registro identificado no período e a recorrência de registros em temporadas subsequentes, além da utilização do MDE nas temporadas em que esse mecanismo estava previsto na regulamentação da competição.

A classificação entre primeiro registro identificado e recorrência foi estabelecida longitudinalmente a partir do identificador individual, considerando como primeiro registro identificado o primeiro ano em que a menina apareceu nos documentos analisados e como recorrente sua identificação em temporadas posteriores. Os casos em que uma mesma menina esteve registrada em mais de uma categoria no mesmo ano foram preservados para as análises referentes às categorias, mas contabilizados uma única vez nas estimativas do número de meninas distintas daquela temporada.

A análise foi restrita ao cadastro documental. A identificação da menina nos registros oficiais foi interpretada como evidência de cadastro na competição, mas não como comprovação de acesso efetivo ao contexto competitivo ou de participação em partida. Como os documentos históricos não permitem determinar de maneira uniforme se cada menina compareceu à competição, participou de partidas ou quanto tempo jogou, não foram produzidas inferências sobre acesso efetivo, oportunidades de jogo, permanência esportiva ou experiência competitiva a partir desse conjunto documental.

4.8.2 *Estudo 1*

A análise do primeiro estudo foi orientada por um encadeamento de questões: como estava organizado o ambiente competitivo no qual as meninas estavam inseridas? Quanto elas efetivamente jogaram? Como percebiam sua própria capacidade naquele contexto específico? E, por fim, as oportunidades de participação estavam relacionadas à autoeficácia percebida? Com base nessas questões norteadoras, os procedimentos analíticos foram organizados em três etapas: caracterização da estrutura competitiva; análise das oportunidades de participação e da autoeficácia percebida; e avaliação da relação entre essas duas dimensões. Esse percurso permitiu articular as condições oferecidas pela competição, as oportunidades efetivamente vivenciadas pelas jogadoras e a forma como percebiam sua capacidade para agir naquele contexto.

Para responder à primeira questão — como estava organizado o ambiente competitivo? — os regulamentos das categorias Sub-8 e Sub-10 foram analisados a partir do Instrumento de Avaliação do Nível de Adaptação Competitiva para o Futebol Infantil (Mendonça et al., 2023). A escolha desse instrumento permitiu ultrapassar uma descrição isolada das regras e caracterizar, de forma sistematizada, em que medida a organização da competição se aproximava de uma proposta adaptada às características do público infantil. Para isso, foram considerados os indicadores referentes à oferta de competições, à participação dos jogadores, às modificações de equipamentos e instalações e à distância percorrida para competir, classificados em uma escala de 1 a 4, na qual menores valores representavam maior nível de adaptação à infância. Os resultados foram examinados separadamente para as categorias Sub-8 e Sub-10, em razão de suas diferenças regulamentares.

Para responder à segunda questão — quanto elas efetivamente jogaram? — foram analisados os registros individuais de tempo de jogo produzidos ao longo da competição. Como o interesse era caracterizar as oportunidades de participação efetivamente vivenciadas pelas meninas, foram considerados diferentes indicadores. O número de partidas disputadas e o tempo acumulado permitiram representar a exposição de cada jogadora ao longo da competição, enquanto o tempo médio por partida e o percentual médio de participação permitiram caracterizar a participação média das jogadoras nas partidas analisadas. A apresentação do tempo tanto em valores absolutos quanto proporcionais buscou tornar mais clara a dimensão das oportunidades vivenciadas pelas jogadoras. Para descrever a distribuição desses indicadores

entre as participantes, foram utilizadas medidas de tendência central e dispersão, incluindo média, desvio-padrão, mediana e valores mínimo e máximo.

Para responder à terceira questão — como as meninas percebiam sua própria capacidade naquele contexto competitivo? — foi analisada a autoeficácia percebida para a realização de diferentes ações do futebol. Além de um escore geral, utilizado para representar de forma sintética a percepção de capacidade das jogadoras, os itens foram organizados em cinco eixos exploratórios relacionados às demandas do jogo: finalização; ações defensivas e proteção da meta; progressão e manutenção da posse sob oposição; cooperação e participação coletiva; e situações específicas de bola parada. A análise desses eixos permitiu observar se a percepção de capacidade se apresentava de maneira semelhante entre diferentes ações do jogo, sem tratá-los como dimensões independentes previamente validadas. O escore geral e os cinco eixos foram descritos por meio de média, desvio-padrão, mediana e valores mínimo e máximo, permitindo caracterizar tanto a percepção geral das jogadoras quanto a variabilidade existente entre elas.

Para responder à quarta questão — as oportunidades de participação estavam relacionadas à autoeficácia percebida? — foram examinadas as associações entre o tempo médio de jogo e o percentual médio de participação, de um lado, e o escore geral e os cinco eixos exploratórios de autoeficácia, de outro. A correlação de Spearman foi escolhida por permitir avaliar a direção e a magnitude dessas relações sem pressupor uma relação linear entre as medidas, aspecto pertinente diante do número reduzido de participantes e do caráter exploratório do estudo. Assim, o interesse não esteve em estabelecer que maior participação produz maior autoeficácia, mas em verificar se jogadoras que vivenciaram maiores oportunidades de participação também tendiam a apresentar maiores percepções de capacidade.

Considerando o número reduzido de jogadoras, a interpretação das associações não foi baseada apenas na existência ou não de significância estatística. Além do coeficiente de correlação e do valor de p , foram apresentados intervalos de confiança de 95%, estimados por *bootstrap* percentílico com 10.000 reamostragens. Esse procedimento permitiu observar a faixa de incerteza em torno de cada correlação e, consequentemente, avaliar com maior cautela a precisão das associações encontradas.

Como o escore geral de autoeficácia constituía a medida principal e os cinco eixos específicos tinham finalidade exploratória, as análises desses eixos foram utilizadas para identificar possíveis padrões entre diferentes ações do jogo, sem correção para múltiplas comparações. Além disso, três jogadoras participaram das duas categorias competitivas. Para verificar se essa particularidade poderia influenciar os resultados, as correlações foram

repetidas após a exclusão dessas três participantes. Essa análise de sensibilidade permitiu verificar se o padrão geral das associações permanecia semelhante quando consideradas apenas as jogadoras que participaram de uma única categoria.

Foi adotado nível de significância de 5% ($p < 0,05$). As estatísticas descritivas e as correlações de Spearman foram realizadas no software Jamovi, versão 2.6, enquanto os intervalos de confiança obtidos por *bootstrap* foram calculados com auxílio do ambiente R, versão 4.4.

4.8.3 Estudo 2

A análise do segundo estudo foi orientada por um novo encadeamento de questões: como as oportunidades de participação foram distribuídas entre as meninas? Essa distribuição variou entre as fases classificatória e eliminatória e entre as categorias Sub-8 e Sub-10? Quanto dessa variação estava relacionada às diferenças entre as próprias jogadoras e quanto ocorria entre as partidas de uma mesma jogadora? Características maturacionais e a avaliação do treinador estavam associadas às oportunidades recebidas? E o que acontecia quando essas diferentes dimensões eram consideradas conjuntamente? Além dessas questões, a escolha analítica precisou considerar a própria estrutura longitudinal dos dados. Cada linha da base correspondia à participação de uma jogadora em uma determinada partida, de modo que uma mesma jogadora contribuía com múltiplas observações ao longo da competição. Essas observações, portanto, não poderiam ser tratadas como se pertencessem a participantes diferentes e independentes. Por essa razão, foram utilizados modelos lineares mistos, capazes de considerar a dependência entre as medidas repetidas de uma mesma jogadora e, simultaneamente, distinguir a variabilidade entre jogadoras daquela observada entre partidas de uma mesma jogadora.

Para responder à primeira questão — como as oportunidades de participação foram distribuídas entre as meninas? — foi necessário inicialmente definir uma medida que permitisse comparar a participação entre partidas com diferentes condições de distribuição do tempo de jogo. A utilização apenas dos minutos jogados não seria suficiente, pois o significado de um mesmo tempo em campo depende da duração da partida, do número de vagas disponíveis simultaneamente e da quantidade de jogadores entre os quais essas vagas seriam distribuídas. Por essa razão, a participação foi operacionalizada por meio do Índice de Participação Relativa (IPR), que relaciona o tempo efetivamente jogado por cada menina ao tempo que corresponderia a ela em uma distribuição equitativa das oportunidades naquela partida. Dessa

forma, o IPR permitiu transformar o tempo de jogo em uma medida relativa à estrutura de oportunidades de cada partida: valores inferiores a 1 representaram participação abaixo desse referencial, 1 correspondeu ao referencial equitativo e valores superiores a 1 indicaram participação acima dele.

Em uma primeira aproximação descritiva, buscou-se verificar se o padrão de distribuição dessas oportunidades diferia entre as categorias Sub-8 e Sub-10. Para essa finalidade específica, o IPR foi classificado em duas condições — abaixo do referencial equitativo (< 1) e igual ou acima desse referencial (≥ 1) — e comparado entre as categorias por meio do teste qui-quadrado. A escolha desse teste decorreu da natureza categórica das duas informações consideradas nessa etapa: categoria competitiva e posição da observação em relação ao referencial de participação. Essa classificação foi utilizada apenas para essa comparação inicial; nas análises longitudinais posteriores, o IPR foi preservado como uma variável contínua, evitando a perda de informação decorrente de sua categorização.

Para responder à questão — quanto da variação nas oportunidades de participação estava relacionado às diferenças entre as próprias jogadoras e quanto ocorria entre as diferentes partidas de uma mesma jogadora? — foi estimado inicialmente um modelo nulo (M_0), contendo apenas o intercepto fixo³ e um intercepto aleatório⁴ para a jogadora. A opção por iniciar por esse modelo permitiu observar a estrutura da variabilidade do IPR antes da inclusão de qualquer variável explicativa. Nesse desenho, as observações de participação em cada partida constituíram o primeiro nível da análise e estavam agrupadas nas jogadoras, que constituíram o segundo nível. Assim, o intercepto aleatório permitiu que cada jogadora apresentasse seu próprio nível médio de participação em torno da média geral, reconhecendo que diferentes registros pertencentes à mesma menina não eram independentes entre si. Essa estrutura é compatível com dados de medidas repetidas, nos quais observações realizadas em diferentes momentos estão aninhadas nos participantes.

A partir do modelo nulo, a variabilidade total do IPR foi decomposta em duas partes: a variância entre jogadoras⁵, correspondente às diferenças nos níveis médios de participação entre as meninas, e a variância residual⁶, que representa principalmente a variação das oportunidades

³ Intercepto fixo: representa o nível médio esperado do IPR para o conjunto das participantes.

⁴ Intercepto aleatório: permite que cada jogadora apresente um nível médio de IPR próprio, variando em torno da média geral.

⁵ Variância entre as jogadoras: representa quanto os níveis médios de participação diferem de uma jogadora para outra.

⁶ Variância residual: representa a parcela da variabilidade do IPR que permanece dentro das jogadoras, isto é, as diferenças observadas entre as participações de uma mesma jogadora nas diferentes partidas, além de variações não explicadas pelo modelo.

vivenciadas por uma mesma jogadora entre suas diferentes observações. O coeficiente de correlação intraclasse (ICC) foi utilizado para expressar qual proporção da variabilidade total do IPR era atribuível às diferenças entre jogadoras. Dessa forma, antes de perguntar quais características pessoais ou condições competitivas estavam associadas à participação, buscou-se compreender onde a própria variação da participação estava localizada.

A etapa seguinte buscou responder à questão — as oportunidades de participação variavam entre as fases classificatória e eliminatória e entre as categorias Sub-8 e Sub-10? Para isso, foi construído o Modelo 1 (M1), acrescentando ao modelo nulo a fase da competição, a categoria e a interação⁷ entre essas duas variáveis. A fase foi incluída porque a organização da participação não permaneceu a mesma durante toda a competição: na fase classificatória existia um dispositivo regulamentar destinado a ampliar a utilização dos jogadores relacionados, enquanto na fase eliminatória esse mecanismo não estava presente. Dessa forma, a fase representava uma mudança concreta nas condições competitivas sob as quais as oportunidades de participação eram distribuídas.

A categoria também foi considerada porque Sub-8 e Sub-10 constituíam contextos competitivos distintos, com diferenças regulamentares e de organização das partidas. Além dos efeitos de fase e categoria isoladamente, foi incluída a interação fase $\times$ categoria, com a finalidade de verificar se a mudança nas oportunidades de participação entre as fases ocorria de maneira semelhante nas duas categorias ou se assumia padrões diferentes no Sub-8 e no Sub-10.

O M1 foi comparado ao modelo nulo para avaliar se a inclusão dessas informações contextuais produzia uma representação mais adequada da distribuição do IPR. Para essa etapa, os modelos foram estimados por máxima verossimilhança (ML)⁸, o que possibilitou sua comparação por meio do teste da razão de verossimilhança e de indicadores de ajuste, como o AIC⁹. Assim, mais do que verificar isoladamente a significância de cada coeficiente, buscou-se avaliar se considerar o contexto competitivo acrescentava informação relevante ao modelo que inicialmente continha apenas a estrutura de medidas repetidas das jogadoras.

⁷ Interação: indica que a relação entre uma variável e o desfecho pode depender de outra variável.

⁸ Máxima verossimilhança: método utilizado para estimar os parâmetros dos modelos. Foi empregado na etapa de construção e comparação dos modelos porque permite comparar modelos aninhados que diferem quanto aos efeitos fixos incluídos.

⁹ Comparação entre modelos: o teste da razão de verossimilhança verifica se a inclusão de novos termos melhora significativamente o ajuste de um modelo em relação a outro modelo aninhado. O AIC também auxilia na comparação do ajuste, considerando simultaneamente a qualidade do ajuste e a complexidade do modelo; entre modelos comparáveis, menores valores indicam melhor equilíbrio entre esses componentes.

Na sequência, buscou-se responder à questão — as características maturacionais das jogadoras estavam associadas às oportunidades de participação e essa relação se mantinha da mesma forma ao longo da competição? Para isso, foi construído o Modelo 2 (M2), incluindo a fase da competição, o estado maturacional, o *timing* maturacional e as interações entre esses termos. A inclusão simultânea de estado e *timing* maturacional ocorreu porque essas medidas representam aspectos distintos do desenvolvimento: o estado indica a posição da jogadora em relação ao seu próprio pico de velocidade de crescimento naquele momento, enquanto o *timing* expressa se esse pico ocorre relativamente mais cedo ou mais tarde em comparação às demais jogadoras do grupo. Assim, a análise buscou evitar que maturação fosse representada por uma única dimensão.

A fase da competição foi mantida no modelo porque o interesse não era apenas verificar se meninas em diferentes condições maturacionais apresentavam níveis distintos de participação, mas também examinar se essas relações poderiam assumir padrões diferentes conforme mudavam as condições competitivas. Por essa razão, foram incluídos termos de interação entre fase, estado e *timing* maturacional, incluindo a interação entre as três dimensões. Essas interações permitiram testar se a associação entre uma característica maturacional e o IPR dependia da outra característica maturacional e/ou da fase em que a participação ocorria, em vez de pressupor que a relação entre maturação e participação seria fixa ao longo de toda a competição.

Embora a categoria tivesse sido considerada na análise do contexto competitivo no M1, ela não foi incorporada conjuntamente aos indicadores maturacionais no M2. A tentativa de estimar simultaneamente categoria, estado maturacional, *timing* e suas interações resultou em deficiência de posto da matriz de efeitos fixos¹⁰, decorrente da ausência ou baixa representação de determinadas combinações entre categoria e condições maturacionais na amostra. Nessas circunstâncias, alguns efeitos não poderiam ser estimados de forma independente. Optou-se, portanto, por não forçar uma estrutura excessivamente complexa para os dados disponíveis e concentrar o M2 na relação entre maturação, fase da competição e participação.

Em seguida, buscou-se responder à questão — a posição ocupada pela jogadora na avaliação do treinador estava associada às oportunidades de participação que ela recebia ao longo da competição? Para isso, foi construído o Modelo 3 (M3), incluindo a fase da competição e o ranking atribuído pelo treinador. A inclusão dessa medida partiu do entendimento de que a distribuição do tempo de jogo poderia estar relacionada não apenas às

¹⁰ Deficiência de posto da matriz de efeitos fixos: ocorre quando os dados não fornecem informação independente suficiente para estimar todos os coeficientes previstos no modelo.

características das jogadoras ou às regras da competição, mas também à forma como suas capacidades eram percebidas por quem tomava decisões sobre sua utilização nas partidas. O ranking foi, portanto, tratado como um indicador da habilidade percebida pelo treinador, e não como uma medida objetiva da habilidade da jogadora.

A fase da competição foi mantida no modelo para que a associação entre a avaliação do treinador e o IPR fosse examinada considerando também a mudança nas condições competitivas ao longo do campeonato. Diferentemente do M2, os indicadores maturacionais não foram incluídos nessa etapa, pois o propósito do M3 era examinar separadamente a dimensão correspondente à avaliação do treinador antes de integrá-la às demais dimensões no modelo seguinte. Assim, o M3 foi comparado ao modelo nulo para verificar se acrescentar fase e ranking do treinador contribuía para representar melhor a variação das oportunidades de participação do que considerar apenas as diferenças entre jogadoras e entre suas observações repetidas.

Na etapa seguinte, buscou-se responder à questão — as características maturacionais e a avaliação do treinador permaneciam associadas às oportunidades de participação quando consideradas conjuntamente? Para isso, foi construído o Modelo 4 (M4), integrando os indicadores maturacionais utilizados no M2 ao ranking do treinador examinado no M3, mantendo também a fase da competição e as interações maturacionais previamente especificadas. Essa etapa permitiu analisar simultaneamente duas dimensões distintas potencialmente relacionadas à distribuição das oportunidades: características da própria jogadora e a avaliação realizada pelo treinador.

A contribuição de cada uma dessas dimensões para o modelo integrativo foi examinada por meio de comparações específicas entre modelos aninhados. Primeiro, o M4 foi comparado ao M2, de modo a verificar se a inclusão do ranking do treinador acrescentava informação ao modelo que já continha a dimensão maturacional. Em seguida, o M4 foi comparado ao M3, permitindo verificar se a inclusão do bloco maturacional acrescentava informação ao modelo que já considerava a fase da competição e a avaliação do treinador. Assim, as comparações não buscaram identificar qual dimensão era “mais importante”, mas verificar se cada uma delas contribuía adicionalmente para a compreensão da variação do IPR quando a outra já estava considerada no modelo.

Essa estratégia também permitiu evitar uma interpretação isolada das características maturacionais ou da avaliação do treinador. O objetivo do modelo integrativo foi examinar se as oportunidades de participação poderiam estar associadas simultaneamente a diferentes

dimensões do contexto competitivo, preservando o caráter observacional do estudo e, portanto, sem atribuir relações causais às associações estimadas.

Por fim, buscou-se responder à questão — uma vez definida a estrutura analítica que melhor representava as dimensões investigadas, quais eram as estimativas finais do modelo? Para isso, a mesma estrutura de efeitos fixos e aleatórios do M4 foi reestimada no Modelo 5 (M5) pelo método de máxima verossimilhança restrita (REML)¹¹. Essa mudança ocorreu porque os modelos anteriores haviam sido estimados por máxima verossimilhança (ML), necessária para as comparações realizadas durante a construção da estrutura analítica. Uma vez concluída essa etapa, o REML foi utilizado para a estimação final, por fornecer estimativas mais adequadas dos componentes de variância, especialmente em amostras com número reduzido de unidades no nível das jogadoras. Assim, o M5 não representou uma nova etapa de seleção de variáveis, mas a reestimação final da estrutura definida no M4.

A interpretação do modelo final considerou tanto os efeitos fixos, utilizados para examinar as associações entre fase da competição, características maturacionais, avaliação do treinador e IPR, quanto os efeitos aleatórios, que permaneceram responsáveis por representar as diferenças entre os níveis médios de participação das jogadoras. Também foram considerados o coeficiente de determinação marginal (R^2 marginal), referente à variabilidade representada pelos efeitos fixos, e o coeficiente de determinação condicional (R^2 condicional)¹², que considera conjuntamente os efeitos fixos e a estrutura aleatória do modelo. Dessa forma, a interpretação buscou contemplar tanto as associações de interesse quanto a parcela de heterogeneidade existente entre as próprias jogadoras.

Nos modelos foram reportados coeficientes não padronizados (B), erros-padrão, intervalos de confiança de 95%, valores de p e testes F omnibus, quando aplicáveis, além dos componentes de variância, do coeficiente de correlação intraclasse (ICC) e dos coeficientes de determinação marginal e condicional. O nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$). As análises foram realizadas no software Jamovi 2.6, por meio do módulo GAMLj. Os modelos foram estimados com 228 observações provenientes de 26 jogadoras que apresentavam dados completos para as variáveis incluídas nas análises.

¹¹ Máxima verossimilhança restrita (REML): método de estimação utilizado após a definição da estrutura final do modelo, especialmente adequado para estimar os componentes de variância.

¹² R^2 marginal e R^2 condicional: o R^2 marginal expressa a proporção da variabilidade representada pelos efeitos fixos incluídos no modelo, enquanto o R^2 condicional considera conjuntamente os efeitos fixos e a variabilidade associada aos efeitos aleatórios.

Quadro 3 – Síntese das questões analíticas e dos modelos lineares mistos utilizados no Estudo 2

Questão analítica	Especificação do modelo linear misto	Finalidade do modelo
Quanto da variação nas oportunidades de participação ocorre entre jogadoras e quanto ocorre entre as diferentes partidas de uma mesma jogadora?	M0: $IPR \sim 1 + (1 \text{jogadora})$	Contém apenas o intercepto fixo e um intercepto aleatório para cada jogadora. Permite decompor a variabilidade do IPR em variância entre jogadoras e variância residual, além de possibilitar o cálculo do ICC.
As oportunidades de participação variam entre as fases classificatória e eliminatória e entre as categorias Sub-8 e Sub-10? Essa variação entre fases ocorre da mesma maneira nas duas categorias?	M1: $IPR \sim \text{fase} + \text{categoria} + \text{fase} \times \text{categoria} + (1 \text{jogadora})$	Inclui fase da competição e categoria como efeitos principais, além da interação fase $\times$ categoria. Permite examinar se as oportunidades de participação variam entre as condições competitivas e se a variação entre fases ocorre de maneira distinta no Sub-8 e no Sub-10.
As características maturacionais estão associadas às oportunidades de participação? Essas associações dependem da fase da competição e/ou da combinação entre estado e timing maturacional?	M2: $IPR \sim \text{fase} + \text{estado maturacional} + \text{timing maturacional} + \text{fase} \times \text{estado maturacional} + \text{fase} \times \text{timing maturacional} + \text{estado maturacional} \times \text{timing maturacional} + (1 \text{jogadora})$	Inclui fase da competição, estado maturacional, timing maturacional e suas interações. Permite examinar se as associações entre características maturacionais e participação variam conforme a fase da competição e a combinação entre estado e timing maturacional.
A posição da jogadora no <i>ranking</i> atribuído pelo treinador está associada às oportunidades de participação, considerando a fase da competição?	M3: $IPR \sim \text{fase} + \text{ranking do treinador} + (1 \text{jogadora})$	Inclui fase da competição e ranking atribuído pelo treinador. Permite examinar se a avaliação do treinador está associada ao IPR considerando a fase da competição.
As características maturacionais e a avaliação do treinador permanecem associadas às oportunidades de participação quando consideradas conjuntamente?	M4: $IPR \sim \text{fase} + \text{estado maturacional} + \text{timing maturacional} + \text{ranking do treinador} + \text{fase} \times \text{estado maturacional} + \text{fase} \times \text{timing maturacional} + \text{estado maturacional} \times \text{timing maturacional} + \text{fase} \times \text{estado maturacional} \times \text{timing maturacional} + (1 \text{jogadora})$	Integra os indicadores maturacionais utilizados no M2 ao ranking do treinador examinado no M3. Permite considerar conjuntamente essas dimensões e avaliar a contribuição adicional do ranking em relação ao M2 e do bloco maturacional em relação ao M3.
Uma vez definida a estrutura analítica, quais são as estimativas finais das associações e dos componentes de variância?	M5: $IPR \sim \text{fase} + \text{estado maturacional} + \text{timing maturacional} + \text{ranking do treinador} + \text{fase} \times \text{estado maturacional} + \text{fase} \times \text{timing maturacional} + \text{estado maturacional} \times \text{timing maturacional} + \text{fase} \times \text{estado maturacional} \times \text{timing maturacional} + (1 \text{jogadora})$ [REML]	Mantém a estrutura de efeitos fixos e aleatórios do M4 e a reestima por REML. É utilizado para obtenção das estimativas finais dos efeitos fixos, componentes de variância, ICC, R^2 marginal e R^2 condicional.

Nota. O IPR foi utilizado como variável dependente em todos os modelos lineares mistos. Os termos apresentados antes do componente aleatório correspondem aos efeitos fixos incluídos em cada modelo. O símbolo “ $\times$ ” representa os termos de interação entre variáveis, enquanto o intercepto aleatório por jogadora representa a estrutura de medidas repetidas, considerando que diferentes observações pertencem à mesma participante. Os modelos M0 a M4 foram estimados por máxima verossimilhança (ML), permitindo as comparações entre modelos aninhados previstas no percurso analítico. O M5 manteve a mesma estrutura de efeitos fixos e aleatórios do M4 e foi reestimado por máxima verossimilhança restrita (REML) para obtenção das estimativas finais dos parâmetros e componentes de variância.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.8.4 Estudo 3

O terceiro estudo teve como objetivo compreender, a partir das perspectivas de jogadoras, treinadores e familiares/responsáveis, como se configuravam as condições de acesso à competição, como o ambiente competitivo era percebido e vivenciado e quais condições e relações contribuíam para a produção dessas experiências e para a sustentação do envolvimento das meninas no futebol misto. Diante desse objetivo, a análise não buscou tratar as falas dos três grupos como conjuntos independentes, mas colocá-las em relação, considerando que cada grupo ocupava uma posição distinta diante do mesmo fenômeno. Assim, o percurso analítico buscou identificar convergências, complementaridades e contrastes entre as diferentes perspectivas, preservando as especificidades das experiências e posições de cada agente social.

Para conduzir esse percurso, foi adotada a Análise Qualitativa por Redução de Dados, conforme sistematizada por Leonardo, Krahenbühl e Scaglia (2023). A escolha desse procedimento ocorreu por possibilitar a redução progressiva de um amplo conjunto de informações, preservando os sentidos centrais presentes nos relatos. O processo combina a delimitação do material pertinente à investigação com procedimentos sucessivos de síntese, comparação e categorização, permitindo avançar das falas particulares para formulações analíticas mais abrangentes sem desvinculá-las do material empírico que lhes deu origem.

O primeiro movimento analítico consistiu na delimitação do material pertinente ao objetivo do estudo. As 63 entrevistas foram transcritas integralmente e inicialmente lidas em sua totalidade, buscando familiarização com o conjunto das informações produzidas. A partir dessa leitura, foram selecionados os trechos relacionados às condições de acesso, às experiências no ambiente competitivo e à sustentação do envolvimento das meninas. Esses trechos constituíram as unidades de registro¹³ e permaneceram associados à identificação do participante e ao respectivo grupo de pertencimento. A delimitação permitiu constituir o *corpus*¹⁴ analítico a partir das informações pertinentes ao problema investigado, evitando submeter indistintamente todo o conteúdo das entrevistas às etapas posteriores de redução.

O segundo movimento analítico correspondeu à primeira redução do material. Inicialmente, cada unidade de registro foi submetida à paráfrase¹⁵, pela qual seu conteúdo foi

¹³ Unidade de registro: trecho do material empírico selecionado por conter um núcleo de sentido relevante para responder às questões da investigação e que passa a constituir a unidade básica sobre a qual se desenvolvem as etapas posteriores de análise.

¹⁴ *Corpus*: conjunto de materiais efetivamente selecionados para análise a partir do universo de informações disponíveis, conforme sua pertinência em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa.

¹⁵ Paráfrase: procedimento de redução em que o conteúdo de uma unidade de registro é reformulado de maneira mais concisa, preservando a mensagem presente no trecho original.

reformulado de maneira mais concisa. Em seguida, realizou-se a generalização¹⁶, elevando essas formulações a um nível maior de abstração, sem acrescentar sentidos que não estivessem sustentados pelo relato original. Quando trechos de uma mesma entrevista expressavam conteúdos semanticamente próximos, suas formulações puderam ser condensadas. Essa primeira redução teve, portanto, a finalidade de diminuir o volume do material e tornar mais evidentes os núcleos de sentido que seriam posteriormente comparados, sem antecipar a construção das categorias analíticas.

O terceiro movimento analítico correspondeu à segunda redução, realizada por meio dos procedimentos de construção¹⁷ e integração¹⁸. Nessa etapa, as formulações produzidas anteriormente passaram a ser comparadas para identificar conteúdos semanticamente próximos, complementares ou relacionados. A construção permitiu reunir informações que, embora expressas de formas distintas, remetiam a sentidos comuns, enquanto a integração possibilitou condensá-las em sínteses mais abrangentes. A comparação passou, nesse momento, a ultrapassar os limites de cada entrevista, aproximando relatos de diferentes participantes e dos três grupos quando contribuíam para compreender um mesmo aspecto do fenômeno.

Essa aproximação não pressupôs concordância entre jogadoras, responsáveis e treinadores. Foram consideradas convergências quando diferentes relatos expressavam sentidos próximos, complementaridades quando uma perspectiva acrescentava elementos que ampliavam a compreensão oferecida por outra e contrastes quando os participantes apresentavam interpretações distintas sobre determinado aspecto da experiência. Dessa forma, as divergências não foram tratadas como inconsistências a serem eliminadas, mas como elementos analiticamente relevantes para compreender um fenômeno percebido a partir de diferentes posições no contexto esportivo.

O quarto movimento analítico consistiu na categorização indutiva e no refinamento dos agrupamentos produzidos nas etapas anteriores. As sínteses foram comparadas e agrupadas de acordo com suas aproximações de sentido, dando origem a categorias provisórias. À medida que a análise avançava, esses agrupamentos eram revistos, reorganizados, subdivididos ou redefinidos quando necessário. As categorias, portanto, não foram estabelecidas previamente

¹⁶ Generalização: procedimento pelo qual a paráfrase é elevada a um nível mais abrangente de abstração, permitindo representar o significado da informação para além de sua formulação particular, sem perder sua correspondência com o material de origem.

¹⁷ Construção: procedimento de redução pelo qual informações relacionadas são reunidas em uma formulação mais abrangente, capaz de representar conjuntamente seus sentidos centrais.

¹⁸ Integração: procedimento pelo qual formulações semelhantes ou complementares, provenientes de diferentes partes ou fontes do material, são condensadas em uma síntese comum, preservando o significado relevante para a investigação.

para receber os relatos, mas construídas progressivamente a partir do material analisado e de sua relação com o objetivo da investigação. O processo prosseguiu até que os agrupamentos apresentassem coerência interna e permitissem distinguir os diferentes aspectos do fenômeno investigado.

Desse processo resultaram três eixos interdependentes: (1) condições de acesso à competição: abertura institucional, mediações e limites; (2) configuração e percepção do ambiente competitivo; e (3) produção das experiências e sustentação da participação. Esses eixos representam a estrutura analítica resultante do processo de redução, comparação e categorização das entrevistas, e não categorias definidas previamente à análise. Ao longo de todo o percurso, foi preservada a rastreabilidade das interpretações pela manutenção da identificação dos participantes e pela possibilidade de retornar das sínteses e categorias às unidades de registro e às falas originais que lhes deram origem.

Após a construção indutiva das categorias, o modelo bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner; Morris, 2006) foi mobilizado a posteriori como lente para a interpretação dos achados, em diálogo com a literatura relacionada às dimensões evidenciadas no material. Dessa forma, o modelo teórico não constituiu uma estrutura prévia de categorização, mas um recurso interpretativo empregado após a organização empírica das informações.

4.9 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e aprovado em 6 de abril de 2025, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 87264325.6.0000.5020 e parecer nº 7.489.591. A participação ocorreu após a apresentação dos objetivos e procedimentos da pesquisa. Para as participantes menores de idade, foi obtida a autorização dos pais ou responsáveis mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice E), bem como o assentimento das próprias crianças por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice F). Os treinadores formalizaram sua concordância mediante assinatura do TCLE (Apêndice G). Foram assegurados o caráter voluntário da participação, a possibilidade de desistência em qualquer etapa e a preservação da identidade e da confidencialidade das informações produzidas.

ESTUDO DOCUMENTAL
CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA E ESTUDOS QUE COMPÕEM A DISSERTAÇÃO

5 RESULTADOS

PANORAMA DOCUMENTAL DOS REGISTROS DE MENINAS NAS COMPETIÇÕES MISTAS DA FAF (2019-2026)

Os registros das competições de futebol de base organizadas pela FAF entre 2019 e 2026 permitem observar como a presença documental de meninas nas competições mistas se modificou ao longo do período.

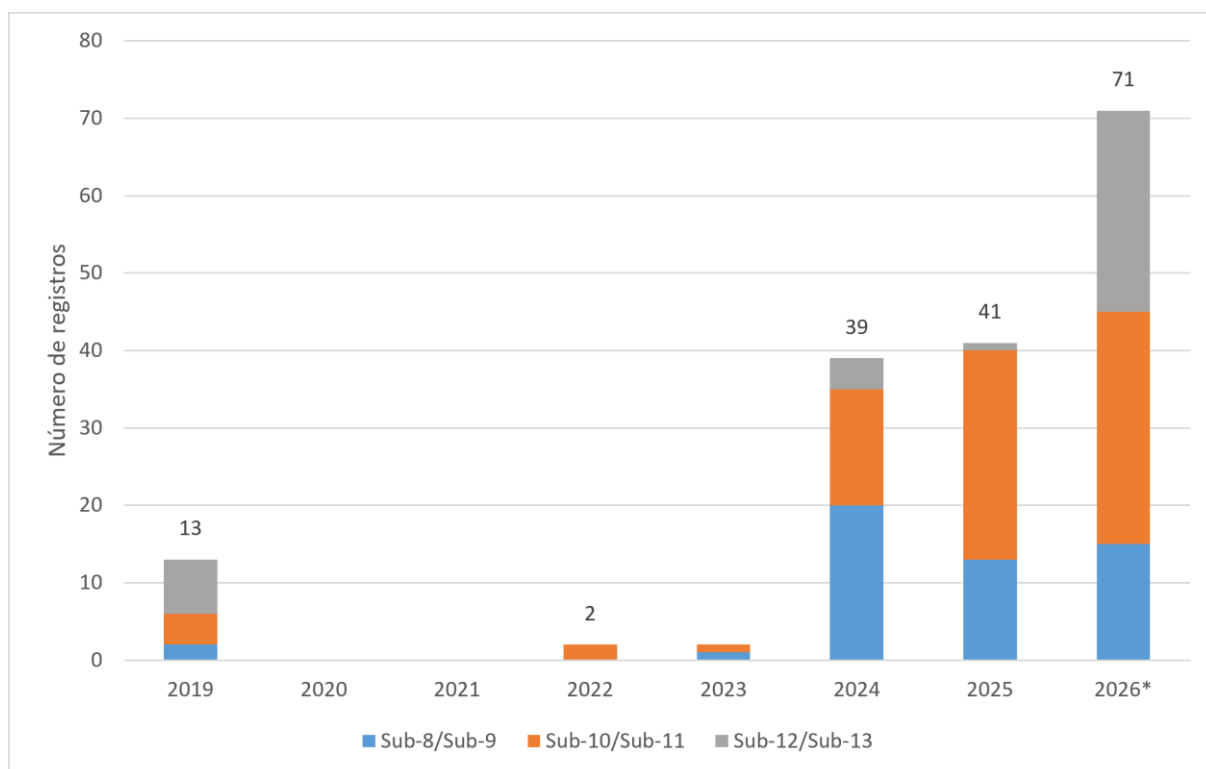


Figura 1 – Registros de meninas por temporada e categoria nas competições mistas da FAF (2019-2026)

Nota: Para fins de apresentação da série histórica, as categorias foram agrupadas em Sub-8/Sub-9, Sub-10/Sub-11 e Sub-12/Sub-13, considerando as diferentes denominações adotadas nas temporadas analisadas. Uma mesma menina pode apresentar mais de um registro na mesma temporada quando cadastrada em categorias distintas. Em 2020 e 2021, as competições não foram realizadas. *Os dados de 2026 correspondem aos registros disponíveis até 20 de agosto de 2026.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base nos registros do portal Futebol de Base Amazonense.

A ampliação observada a partir de 2024 não resulta apenas de registros múltiplos de uma mesma menina em diferentes categorias. Em 2024, os 39 registros correspondiam a 36 meninas distintas; em 2025, 41 registros correspondiam a 37 meninas; e, em 2026, os 71 registros correspondiam a 64 meninas. Além do crescimento no número de meninas identificadas, observa-se uma mudança na composição etária desses registros. Enquanto em 2024 a maior concentração ocorreu no agrupamento Sub-8/Sub-9, em 2025 o Sub-10/Sub-11

passou a concentrar a maior parcela dos registros e, em 2026, o aumento alcançou também de forma expressiva o agrupamento Sub-12/Sub-13.

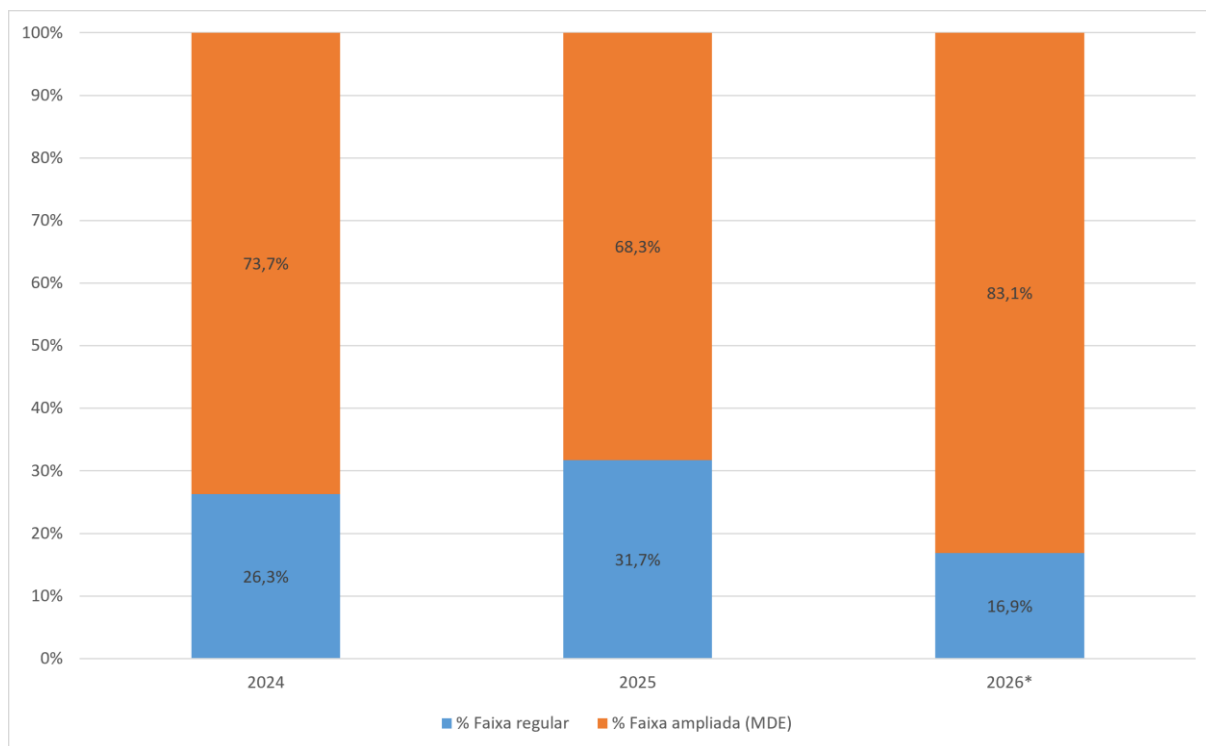


Figura 2 – Registros de meninas segundo condição etária de elegibilidade nas competições mistas da FAF (2024–2026)

Nota: A figura considera os registros classificados segundo as condições etárias de elegibilidade para o cadastro na categoria (faixa regular ou faixa ampliada pelo MDE). Em 2024, um registro identificado fora da faixa etária regulamentar foi excluído desta representação gráfica e é considerado separadamente na descrição dos resultados. Os dados de 2026 correspondem aos registros disponíveis até 20 de agosto de 2026.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base nos registros do portal Futebol de Base Amazonense.

A ampliação recente dos registros ocorreu principalmente pela utilização do MDE. Enquanto o número de registros na faixa etária regular permaneceu relativamente estável entre as três temporadas (10 em 2024, 13 em 2025 e 12 em 2026), os registros realizados pela faixa ampliada passaram de 28, em 2024 e 2025, para 59 em 2026. Considerando apenas os registros classificados na faixa regular ou na faixa ampliada pelo MDE, este último correspondeu a 73,7% em 2024, 68,3% em 2025 e 83,1% em 2026.

Para examinar se a ampliação do número de meninas cadastradas nas temporadas mais recentes decorria exclusivamente da incorporação de meninas ainda não identificadas na série ou também da recorrência de meninas já registradas anteriormente, os cadastros foram classificados em primeiro registro identificado e recorrência. A Tabela 1 apresenta essa composição por temporada, considerando cada menina uma única vez em cada ano, independentemente do número de categorias em que esteve cadastrada.

Tabela 1 – Primeiro registro identificado e recorrência de meninas por temporada nas competições mistas da FAF (2019-2026)

Ano	Meninas distintas	Primeiro registro identificado n (%)	Recorrentes n (%)
2019	13	13 (100,0%)	0 (0,0%)
2022	2	2 (100,0%)	0 (0,0%)
2023	2	2 (100,0%)	0 (0,0%)
2024	36	33 (91,7%)	3 (8,3%)
2025	37	21 (56,8%)	16 (43,2%)
2026*	64	41 (64,1%)	23 (35,9%)

Nota: O primeiro registro identificado corresponde ao primeiro ano em que a menina aparece na série documental analisada. Foram consideradas recorrentes as meninas que apresentaram registro em pelo menos uma temporada anterior. Cada menina foi contabilizada uma única vez por temporada, independentemente do número de categorias em que esteve cadastrada. Em 2020 e 2021, as competições não foram realizadas. * Os dados de 2026 correspondem aos registros disponíveis até 20 de agosto de 2026.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base nos registros do portal Futebol de Base Amazonense.

A recorrência tornou-se mais expressiva justamente nas temporadas de maior ampliação do número de meninas cadastradas. Em 2024, três das 36 meninas já apresentavam registro anterior; em 2025, foram 16 de 37 (43,2%) e, em 2026, 23 de 64 (35,9%). Assim, o crescimento recente combina primeiros registros identificados na série com a recorrência de meninas já cadastradas em temporadas anteriores.

Depreende-se, portanto, que o panorama evidencia mudanças na presença documental de meninas nas competições mistas da FAF nas temporadas mais recentes. O aumento do número de meninas cadastradas ocorreu acompanhado por mudanças na distribuição entre as categorias, pela utilização expressiva da faixa etária ampliada pelo MDE e pela recorrência de parte das meninas nos registros de edições subsequentes.

Esses dados, contudo, se restringem ao cadastro oficial e não permitem afirmar se as meninas efetivamente compareceram à competição ou participaram de partidas. A partir desse panorama documental, os três estudos apresentados a seguir avançam sobre dimensões que exigiram o acompanhamento da competição de 2025, permitindo examinar as condições de acesso, as oportunidades efetivas de participação e as experiências vivenciadas pelas meninas.

ESTUDO EMPÍRICO 1

**GIRLS IN MIXED YOUTH FOOTBALL: PLAYING TIME, COMPETITIVE
ADAPTATION, AND PERCEIVED SELF-EFFICACY**

Artigo submetido à revista *Football Studies*

GIRLS IN MIXED YOUTH FOOTBALL: PLAYING TIME, COMPETITIVE ADAPTATION, AND PERCEIVED SELF-EFFICACY

Ana Karolina Silva Sena

Lucas Leonardo

ABSTRACT

Children's football competitions may function not only as competitive spaces but also as learning environments. However, their formative potential depends on how rules, access conditions, and playing opportunities are organized. This study aimed to analyse the perceived self-efficacy of girls in a mixed and modified children's football competition, considering the regulatory organization of the competition and indicators of match participation. An observational, cross-sectional, quantitative study with descriptive and correlational components was conducted during the 2025 Amazonas Youth Football Championship, in the Under-8 and Under-10 categories. The competitive structure was analysed through official regulations, playing time was recorded in loco and checked using video recordings, and perceived self-efficacy was assessed using a 17-item football-specific questionnaire. The descriptive participation database included 33 player/category records, corresponding to 30 unique girls who participated in at least one match and answered the self-efficacy questionnaire. A total of 255 playing-time records were analysed. Results showed that the competition included structural adaptations, such as field dimensions, goal dimensions, and ball size, as well as regulatory mechanisms for girls' access through the Age Waiver Mechanism. However, no universal minimum playing time was ensured by the regulations. Girls played an average of 7.73 matches, with a mean playing time of 22.59 minutes per match and a mean participation percentage of 0.58. Perceived self-efficacy was positive across all game-action dimensions, with the highest score observed for cooperation and collective participation. Associations between participation indicators and perceived self-efficacy were positive but imprecise, with wide confidence intervals and no estimate reaching statistical significance. These findings suggest that girls' participation in mixed youth football competitions should be understood as a situated experience in which regulatory access, effective playing opportunities, and perceived capacity are interconnected but non-equivalent dimensions.

Keywords: youth football; girls; mixed competition; playing time; self-efficacy; competition

1 INTRODUCTION

Children's competition is not only a space for contest, but also a learning environment (Leonardo, 2026). In sport initiation, competition can promote experiences with real game situations, problem solving, decision making, and the transfer of learning constructed in other practice contexts. However, this educational potential is not automatic; it depends on how the competitive environment is structured, the rules that organize it, and the values that guide its implementation (Ortega Toro & Giménez-Egido, 2025).

When children's competition becomes excessively similar to adult models, it tends to privilege results and comparison between participants, reducing the centrality of the process of playing. Therefore, the literature has indicated the need to adapt the game to the level of those who play, considering the characteristics of the participants and the educational objectives of sport initiation (Bettega et al., 2020; Iglesias Domínguez et al., 2025; Martinez-Jiménez et al., 2025; Ortega Toro & Giménez-Egido, 2025). In children's football, these adaptations may involve changes in the game format, such as the number of players, field dimensions, ball size, and competition rules. Such modifications affect opportunities for participation, technical-tactical actions, and the physical demands imposed on participants (Arias, Argudo, & Alonso, 2011; Burton, Gillham, & Hammermeister, 2011; Costa et al., 2024).

In children's football, analysing competitive adaptation makes it possible to understand the extent to which the regulatory proposal of a competition approximates children's needs. Mendonca et al. (2023) developed the Instrument for Assessing the Level of Competitive Adaptation in Children's Football, contributing to the documentary analysis of competitive organization. However, when restricted to official documents, this type of approach does not allow researchers to observe how regulatory proposals in youth football are materialized in competitive experience.

This gap is relevant because further studies are still needed in official contexts, in which competitive demands differ from training situations (García-Angulo et al., 2026). In addition, recent evidence from youth football competitions shows that game format directly affects players' involvement and technical-tactical performance, reinforcing the need to analyse competition as an environment that organizes concrete opportunities for participation (Costa et al., 2024).

Despite advances in studies on modifications to youth sport competitions, girls still appear only marginally in this debate, as the literature has traditionally privileged male participants. This aspect is relevant because the same competitive environment may offer

different opportunities to girls and boys, especially when access and participation rules do not ensure homogeneous conditions for involvement in the game. Considering these differences does not mean naturalizing inequalities, but rather recognizing that the design of the competition may favour or hinder girls' effective participation.

In this sense, it is necessary to articulate the documentary characterization of competition regulations with field data that make it possible to analyse how girls access the competition, how much they play, and how they perceive their capacity to act within this competitive space. The perceived self-efficacy of children involved in football competitions makes it possible to analyse how youth participants assess their own capacity to perform game actions, offering a subjective dimension of competitive experience that cannot be captured solely through regulatory analysis or playing time (García-Angulo et al., 2020).

This discussion becomes even more relevant in the Brazilian context, where the development of football practice among girls and women has become part of a recent institutional agenda, expressed in the creation of the National Strategy for Women's Football established by Decree No. 11,458/2023. This strategy brings together actions aimed at expanding the conditions for developing the sport, confronting inequalities and discrimination, and organizing parameters for the formation of girls and women in football (Brasil, 2023).

The document recognizes historical barriers and inequalities of opportunity, and also indicates actions related to training, communication, and the promotion of competitions (Brasil, Ministério do Esporte, 2023). This institutional movement is also expressed in CBF Presidential Resolution No. 01/2023, which established mixed football within amateur football, authorized the inclusion of girls and women in male competitive spaces, and introduced the Age Waiver Mechanism (MDE) as a tool to expand girls' access to football practice in amateur, initiation, and development contexts (Confederação Brasileira de Futebol, 2023).

Thus, the objective of this study was to analyse the perceived self-efficacy of girls in a mixed and modified children's football competition, considering the regulatory organization of the competition and indicators of participation in matches. In this way, the study seeks to analyse how the regulatory opening for girls' participation in a mixed environment relates to temporal participation in matches and to self-perceived capacity to perform game actions.

2 MATERIALS AND METHODS

Study design

This was an observational, cross-sectional study with a quantitative approach and descriptive and correlational components. The study also incorporated documentary analysis of competition regulations and prospective repeated recording of players' match participation. Because perceived self-efficacy was assessed once and match-level participation data were aggregated at the player level for the association analyses, the principal analytical design was cross-sectional. No intervention was made in the regulations, team organization, or players' participation. The reporting of this study followed the Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) guideline for cross-sectional studies.

The research articulated three dimensions: the regulatory organization of the competition, the players' participation in matches, and perceived self-efficacy regarding game actions. Descriptive analyses were used to characterize the competition and the players' participation, whereas correlational analyses were used to examine exploratory associations between temporal participation indicators and perceived self-efficacy scores. No directional hypothesis was prespecified because the association analyses were exploratory.

Study context

The study was conducted in the 2025 Amazonas Youth Football Championship, organized by the Amazonas Football Federation (FAF), in the Under-8 and Under-10 categories. The championship is regulated by specific documents for each category, which define participation criteria, team composition, and rules for organizing matches (Federação Amazonense de Futebol, 2025a, 2025b). In the Amazonas context, the Amazonas Football Federation incorporated the proposal for mixed competitions and the MDE in sport initiation categories. Analysing this scenario makes it possible to observe how girls access and experience a children's football competition organized mainly for boys, even though it is regulatorily open to mixed participation.

The competition was held from June 22 to November 5, 2025, in Amazonas, Brazil. Matches were played in three stadiums: Estádio Ismael Benigno and Estádio Municipal Jornalista Carlos Zamith, both located in Manaus, and Estádio Olímpico Municipal Gilberto Mestrinho, located in Manacapuru. The rounds were held mostly on weekends, with matches organized by category. Each round included four Under-8 matches and seven Under-10 matches, with a match duration of 40 minutes, and two matches were often played

simultaneously. Playing-time observations were conducted in loco throughout the competition, and matches were video-recorded to verify each girl's participation time. The self-efficacy questionnaire was administered during the final stage of the competition, between October and November 2025. The official Under-8 and Under-10 regulations were retrieved online when made available before the start of the competition and were analysed in September 2025.

Participants

All girls who effectively participated in at least one match in the Under-8 and Under-10 categories were invited to take part in the study. Eligibility criteria were: (i) being officially registered in one of the analysed categories; (ii) having participated in at least one match in the competition; (iii) having written informed consent from a legal guardian and providing assent; and (iv) completing the self-efficacy questionnaire. Girls who appeared only in the official registration records but did not participate in any match were not included in the eligible sample. Girls who played in the competition but withdrew before the final stage, when the questionnaire was administered, were not included in the self-efficacy analyses. No participant who played and was contacted refused to participate, and all questionnaires included in the analysis were complete.

The competition included 24 teams in the Under-8 and Under-10 categories, totalling 582 registration records, of which 40 corresponded to girls. Among these 40 girl/category registration records, 36 involved girls who effectively participated in at least one match. Three player/category records were not included in the analytical sample because the players withdrew from the competition before the final stage and did not complete the self-efficacy questionnaire. Thus, the descriptive participation database included 33 player/category records from girls who participated in at least one match and completed the self-efficacy questionnaire. As three players participated in both the Under-8 and Under-10 categories, the analytical sample for self-efficacy corresponded to 30 unique players.

Table 1. Characterization of girls' participation in the Under-8 and Under-10 categories

Category	Teams	Registration records	Registered girls	Girls who effectively participated	Records analyzed
Under-8	9	185	13	13	12
Under-10	15	397	27	23	21
Total	24	582	40	36	33

Note. Records of girls who participated in at least one match and answered the self-efficacy questionnaire were considered. Three players participated in both categories; therefore, the sample corresponded to 30 unique players and 33 player/category records. For analyses involving perceived self-efficacy, each player was considered only once.

Study size

No a priori sample-size calculation was performed. The study sought to include all eligible girls who effectively participated in at least one match in the Under-8 and Under-10 categories. Therefore, the final analytical sample was determined by the number of eligible players who participated in the competition, remained available until the self-efficacy questionnaire was administered, and completed the instrument. Given the resulting sample size, the correlational analyses were treated as exploratory and interpreted according to the magnitude and precision of the estimates, rather than statistical significance alone.

Variables

The primary outcome was the overall perceived self-efficacy score, calculated as the mean of the 17 questionnaire items. The five game-action axis scores were treated as secondary exploratory outcomes. The main explanatory variables were mean playing time per match and mean participation percentage. Number of matches played and accumulated playing time were used as descriptive participation indicators. Category, chronological age, Age Waiver Mechanism status, and team were treated as participant or contextual characteristics. The analyses were not designed to estimate causal effects.

Data sources and instruments

Analysis of the competitive structure

Documentary analysis of sport regulations has been used to understand how federations structure the competitive participation of children and young people, especially with regard to the age at which competition begins, the division of categories, and structural and functional changes to competitions (Milistetd et al., 2014). The official regulations for the Under-8 and Under-10 categories were analysed to identify rules, structural adaptations, girls' access conditions, and devices related to participation in matches.

The structure of the competition was analysed based on the Instrument for Assessing the Level of Competitive Adaptation in Children's Football (Mendonca et al., 2023), whose purpose is to evaluate the degree of adequacy of children's football competitions to the characteristics of the participating public, based on four categories: provision of competitions, player participation in the competition, changes to equipment and facilities, and distance travelled to play. Each category consists of subcategories and indicators scored on a scale from 1 to 4. On this scale, a value of 1 represents greater adaptation of the competition to childhood, whereas a value of 4 indicates greater approximation to traditional adult sport competition models.

Recording playing time

Players' participation was analysed through playing-time records in matches in the Under-8 and Under-10 categories. Playing-time records were collected in loco by individually timing each player's participation in the matches. In total, 255 playing-time records were obtained, corresponding to the players' participation in matches played throughout the competition. These records made it possible to calculate the number of matches played, accumulated playing time, mean playing time per match, and mean participation percentage.

For each match, participation percentage was calculated as the player's verified playing time divided by the official match duration. Player-level mean playing time and mean participation percentage were calculated across all observed matches. For the three players who participated in both the Under-8 and Under-10 categories, the consolidated indicators used in the analyses with self-efficacy were calculated by pooling all match-level records from both categories and computing a single player-level mean across all matches played. Thus, each player contributed only one record to the correlational analyses involving perceived self-efficacy. Questionnaire scores were calculated only for participants who answered all 17 items, and no imputation was performed. Continuous participation and self-efficacy variables were not categorized.

For the exploratory association analyses, two participation indicators were considered: mean playing time per match, as a measure of the average time on the field per match played, and mean participation percentage, as a proportional measure of playing time in relation to the total time of the matches played.

Perceived self-efficacy questionnaire in football

Perceived self-efficacy was assessed using a questionnaire adapted and validated for football game actions (García-Angulo et al., 2020). The instrument consisted of 17 items, answered on a scale from 0 to 10, in which 0 corresponded to "not at all" and 10 to "very much". The players indicated how capable they felt of performing different game actions, including shooting, marking, passing, dribbling, maintaining ball possession under pressure, set pieces, and collective actions with the team.

For analytical purposes, the items were grouped into five exploratory axes of game actions: shooting from different areas of the field; defensive actions and protection of the target;

progression and maintenance of possession under opposition; cooperation and collective participation; and specific set-piece situations. This grouping sought to align the analysis of self-efficacy with the game demands present in the competitive environment investigated. In addition to the five exploratory axes, a general perceived self-efficacy score was calculated as the mean of the 17 questionnaire items.

Data collection procedures

Data collection occurred in three stages. Initially, the official regulations of the analysed categories were gathered and read in full to identify information related to the organization of the competition.

The perceived self-efficacy questionnaire in football was administered once, during the final stage of the competition, to ensure that the girls had experienced the mixed competitive format. All questionnaires were administered individually by the first author. Before completing the instrument, the players received standardized instructions about the questionnaire and the response scale. When necessary, items were read or clarified to ensure comprehension, without suggesting or inducing responses. All participants were approached using the same procedure.

Players' participation time was recorded in loco during the observed matches by a team of researchers. For each match, at least two researchers were involved: one responsible for video recording and another responsible for recording each girl's participation time. Because two matches were often played simultaneously, at least four researchers were present during these rounds. Participation time was recorded using a mobile-phone stopwatch and a specific field form, which included the player's number, whether she started the match as a starter or substitute, and the time she played. Matches were video-recorded using tablets, and a stopwatch was later inserted into the video and synchronized with the referee's initial whistle. All field records were checked against the video recordings by the first author and verified by a second researcher. When discrepancies occurred between the field record and the video record, the verified video-based value was entered into the analytical database.

Data analysis

The structure of the competition was analysed by assigning scores to the subcategories of the Instrument for Assessing the Level of Competitive Adaptation in Children's Football (Mendonca et al., 2023). Scores were described separately for the Under-8 and Under-10 categories, considering regulatory differences between them.

Players' participation was analysed using indicators calculated from the 255 playing-time records: number of matches played, total playing time, mean playing time per match, and mean percentage of participation. The mean percentage was adopted as a proportional indicator of participation, as it represents the average proportion of time effectively played in relation to the total time of the matches played.

Perceived self-efficacy was analysed using the general score, calculated as the mean of the 17 questionnaire items, and the mean scores of the five exploratory axes of game actions: shooting from different areas of the field, defensive actions and protection of the target, progression and maintenance of possession under opposition, cooperation and collective participation, and specific set-piece situations.

Continuous variables were summarized using mean, standard deviation, median, minimum, and maximum values, whereas categorical variables were summarized using absolute and relative frequencies. The overall perceived self-efficacy score, calculated as the mean of the 17 questionnaire items, was defined as the primary outcome. The five game-action axis scores were considered secondary exploratory outcomes.

Associations between participation indicators and perceived self-efficacy scores were estimated using two-sided Spearman rank correlations. The two participation indicators included in the correlational analyses were mean playing time per match and mean participation percentage. Correlation coefficients are reported with exact p values and 95% confidence intervals calculated using percentile bootstrap with 10,000 resamples. Statistical significance was set at $p < 0.05$. Because the secondary analyses were exploratory, no correction for multiple comparisons was applied.

No multivariable adjustment was performed because the objective was descriptive and exploratory and the sample size was limited. Therefore, all correlation estimates are reported as unadjusted. Missing data were handled by complete-case analysis, and no imputation was performed. A sensitivity analysis repeated the correlations after excluding the three players who participated in both the Under-8 and Under-10 categories.

Descriptive statistics and correlation coefficients were obtained using Jamovi software, version 2.6. Confidence intervals were calculated with support from the R environment, version 4.4.

Ethical aspects

The study was approved by the Research Ethics Committee of the Universidade Federal do Amazonas, Brazil, under CAAE 87264325.6.0000.5020, approval number 7.489.591, on

April 6, 2025. Participation was authorized by legal guardians through the signing of an Informed Consent Form and by the players through an Assent Form. Participants and their legal guardians were informed about the objectives, procedures, risks, and benefits of the research, as well as the voluntary nature of participation and the right to withdraw at any time. Data were treated confidentially, with coding and omission of information that could identify the participants, teams, or other individuals involved.

3 RESULTS

Participant flow

The official competition records included 40 girl/category registration records across the Under-8 and Under-10 categories. Of these, 36 records corresponded to girls who effectively participated in at least one match, whereas four records referred to girls who were officially registered but did not play any match during the competition. Among the 36 player/category records with effective participation, three were not included in the self-efficacy analyses because the players withdrew from the competition before the final stage, when the questionnaire was administered. The participation database therefore comprised 33 player/category records from girls who participated in at least one match and completed the self-efficacy questionnaire. As three players participated in both categories, the final analytical sample for self-efficacy corresponded to 30 unique girls. In total, 255 match-level playing-time records were analysed. All 30 participants included in the self-efficacy analyses completed all 17 questionnaire items.

Considering the 33 player/category records analysed, the mean chronological age was 10.18 years ($SD = 1.29$; range = 8.18–12.40), and 23 records involved participation through the Age Waiver Mechanism (69.7%). In the Under-8 category, the mean age was 9.38 years ($SD = 0.55$; range = 8.18–10.31), and 11 of the 12 records involved participation through the Age Waiver Mechanism (91.7%). In the Under-10 category, the mean age was 10.63 years ($SD = 1.37$; range = 8.19–12.40), and 12 of the 21 records involved participation through the Age Waiver Mechanism (57.1%). The analysed records represented players from 12 clubs.

Analysis of the competitive structure

The evaluation of the competitive structure of the Under-8 and Under-10 categories indicated lower scores in the subcategories related to changes to equipment and facilities, such as field dimensions, goal dimensions, and ball size. In contrast, the highest scores were

concentrated in the categories provision of competitions and player participation in the competition, especially in the number of annual seasons, the absence of mandatory substitutions, and the division of categories by broader age groupings (Table 2).

Table 2. Evaluation of the competitive structure of the Under-8 and Under-10 categories.

Category	Subcategory	Competitive-level assessment indicators	Under-8	Under-10
Competition offer	Number of annual seasons	One annual season lasting more than six months	4	4
	Competitive model	After the qualifying stage, an elimination stage is held, while allowing defeated teams to continue playing and ensuring the same number of matches	3	3
Athlete participation in competition	Substitutions	The regulations do not provide for mandatory substitutions	4	4
	Category division	Category division by age groupings of two or more birth years	4	4
	Team formation	Up to 11v11 / up to 9v9	4	3
	Match duration	Up to a total of 45 minutes	2	2
	Temporary exclusion from the game	Temporary exclusion for undesirable behaviors not punishable by yellow or red cards, according to the objectives intended by the federation. In this case, the temporarily excluded player is not replaced	3	3
Changes in equipment and facilities	Field dimensions	Up to 65 m × 40 m	2	2
	Goal dimensions	Up to 5.0 m × 1.8 m	2	2
	Ball size	Size 4	2	2
Distance traveled to play	Distance traveled to play	Average distance traveled per match of up to 20 km – local competition / between 60.1 and 100 km – interregional competition	1	3
Mean score			2.82 ± 1.08	2.91 ± 0.83

The provision of competitions presented high scores in both categories, both for the number of annual seasons and for the competitive model. In the category player participation in the competition, the highest scores were observed for substitution and division of categories, whereas match duration presented a lower score in both categories. Differences between Under-8 and Under-10 occurred in two subcategories: team formation, with a higher score in Under-8, and distance travelled to play, with a higher score in Under-10. Overall, both categories presented mean scores close to 3, influenced mainly by indicators of competitive provision and player participation in the competition, indicating the presence of adaptations but also proximity to traditional competitive models.

In addition to the indicators included in the instrument, reading the regulations made it possible to identify specific characteristics of the competition that help interpret girls' participation in matches. Among them are access through the MDE, which expands the

possibility for girls to participate in categories below their regular age, and the extra-point device associated with the use of players listed for the match (Table 3).

Table 3. Specific regulatory characteristics of the Under-8 and Under-10 categories

Regulatory characteristic	Under-8	Under-10	Implications for participation
Regular age of the category	Players born from 2017 onward	Players born from 2015 onward	Defines the general age limit of the category
Girls' access through the Age Waiver Mechanism	Girls born from 2015 onward	Girls born from 2013 onward	Expands girls' regulatory access to the analyzed categories
Number of players on the field	10 players per team	9 players per team	Defines the game configuration and the number of simultaneous places on the field
Match duration	Two 20-minute halves, with a 5-minute interval	Two 20-minute halves, with a 5-minute interval	Defines the total time used as the reference for calculating the participation percentage
Substitutions	No limit on substitutions	No limit on substitutions	Allows substitutions throughout the match but does not guarantee a minimum playing time
Extra-point mechanism	One bonus point for teams that listed at least 16 players and used all substitutes at the 10th minute of the first and second halves	One bonus point for teams that listed at least 18 players and used all substitutes at the 10th minute of the first and second halves	Encourages the use of more players but depends on the number of listed players and team adherence

Players' participation in the competition

Considering the 33 player/category records, the players participated, on average, in 7.73 matches ($SD = 2.54$), ranging from 1 to 11 matches. Considering that matches consisted of two 20-minute halves (totalling 40 minutes), the accumulated mean participation time of the girls across all matches was 176.11 minutes ($SD = 105.57$), whereas the mean playing time per match was 22.59 minutes ($SD = 10.35$). The mean percentage of participation was 0.58 ($SD = 0.26$), with values ranging from 0.06 to 1.00. The high values for standard deviation, minimum, maximum, and median in the indicators of participation time indicate heterogeneity in opportunities to access the game (Table 4).

Table 4. Players' participation in the competition.

Variable	Mean	SD	Minimum	Median	Maximum
Number of matches played	7.73	2.54	1	8	11
Accumulated playing time (min)	176.11	105.57	9.78	152.58	417.75

Variable	Mean	SD	Minimum	Median	Maximum
Mean playing time per match (min)	22.59	10.35	2.27	22.88	39.62
Mean participation percentage	0.58	0.26	0.06	0.59	1.00

Note. Time values were converted from seconds to minutes. The mean percentage of participation corresponds to the ratio between the player's playing time and the total match time, calculated in each match and subsequently summarized by player/category record. Three players participated in both categories; therefore, the indicators used in the analyses with self-efficacy were later consolidated by player.

Perceived self-efficacy

The general perceived self-efficacy score was 7.73 (SD = 1.31). Among the five axes of game actions, the highest mean was observed in cooperation and collective participation (M = 8.90; SD = 1.16), followed by specific set-piece situations (M = 7.72; SD = 1.78), defensive actions and protection of the target (M = 7.56; SD = 1.84), shooting from different areas of the field (M = 7.51; SD = 1.51), and progression and maintenance of possession under opposition (M = 7.50; SD = 1.88). The axis cooperation and collective participation presented the highest mean and highest median among the analysed axes, whereas the axis progression and maintenance of possession under opposition presented the greatest variability, followed by defensive actions and protection of the target (Table 5).

Table 5. Perceived self-efficacy reported by players in the general score and in the axes of game actions.

Game-action dimension	N	Mean	SD	Minimum	Median	Maximum
Overall self-efficacy	30	7.73	1.31	4.71	7.65	9.82
Finishing in different areas of the field	30	7.51	1.51	4.40	7.40	9.80
Defensive actions and goal protection	30	7.56	1.84	3.67	8.00	10.00
Progression and possession maintenance under opposition	30	7.50	1.88	3.33	7.50	10.00
Cooperation and collective participation	30	8.90	1.16	6.50	9.50	10.00
Specific set-piece situations	30	7.72	1.78	3.25	8.00	10.00

Relationship between participation and perceived self-efficacy

Associations between participation indicators and perceived self-efficacy were examined using Spearman's correlation. Overall self-efficacy was positively but imprecisely associated with mean playing time per match ($\rho = 0.316$; 95% CI [-0.092, 0.670]; $p = 0.089$) and mean participation percentage ($\rho = 0.292$; 95% CI [-0.117, 0.654]; $p = 0.117$). None of the primary or secondary estimates reached the prespecified threshold of $p < 0.05$. However, the confidence intervals were wide and compatible with both weak and moderate associations (Table 6).

A sensitivity analysis was conducted by repeating the correlations after excluding the three players who participated in both categories. This analysis also showed no statistically

significant associations between participation indicators and perceived self-efficacy scores. However, the magnitude of the positive coefficients was generally smaller than in the primary analysis. The largest coefficients were observed for the associations involving finishing, progression, and set-piece situations. However, these estimates were imprecise, with wide confidence intervals including zero.

Table 6. Correlations between participation indicators and perceived self-efficacy.

Participation indicator	Self-efficacy dimension	N	ρ	95% CI	p
Mean playing time per match	Overall self-efficacy	30	0.316	[-0.092, 0.670]	0.089
	Finishing	30	0.337	[-0.042, 0.651]	0.069
	Defensive actions	30	0.064	[-0.373, 0.458]	0.738
	Progression	30	0.314	[-0.054, 0.617]	0.091
	Cooperation	30	0.083	[-0.302, 0.450]	0.664
	Set-piece situations	30	0.311	[-0.074, 0.651]	0.094
Mean participation percentage	Overall self-efficacy	30	0.292	[-0.117, 0.654]	0.117
	Finishing	30	0.309	[-0.074, 0.636]	0.096
	Defensive actions	30	0.048	[-0.389, 0.440]	0.801
	Progression	30	0.294	[-0.084, 0.599]	0.115
	Cooperation	30	0.077	[-0.306, 0.440]	0.687
	Set-piece situations	30	0.290	[-0.099, 0.640]	0.119

Note. ρ = Spearman's correlation coefficient; CI = confidence interval. Confidence intervals were calculated using percentile bootstrap with 10,000 resamples. All estimates are unadjusted.

4 DISCUSSION

The objective of this study was to analyse the perceived self-efficacy of girls in a mixed and modified children's football competition, considering the regulatory organization of the competition and indicators of participation in matches. The discussion of the findings starts from the understanding that girls' participation in this competition constitutes a situated competitive experience, produced by the relationship between the access conditions established by the regulations, the opportunities actually experienced in matches, and the players' own perceptions of their capacity to act in the game. Thus, the contribution of the study lies in articulating three dimensions of the same phenomenon: how the competition was organized, how much the girls actually participated, and how capable they felt of performing certain actions within this structure.

The results show that the competition presented structural adaptations to children's football, but also specific devices related to girls' access and participation conditions in

matches. In this scenario, girls constituted a small proportion of participants, accessed the categories through the MDE, and presented different percentages of playing time. At the same time, they reported positive perceptions of self-efficacy in all axes of game actions, especially in cooperation and collective participation.

The main modifications occurred in relation to field dimensions, goal dimensions, and ball size. These elements indicate an attempt to adjust part of the game conditions to children's characteristics (Broadbent et al., 2021), an aspect that is relevant in sport initiation because adapting space, equipment, number of participants, and rules can promote experiences more compatible with participants' level of development (Bettega et al., 2020; Ortega Toro & Giménez-Egido, 2025).

Studies on modified competitions also indicate that adjustments to the field, materials, match duration, number of participants, and scoring formats may favour involvement in the game, technical-tactical development, perception of competence, and more positive experiences in sport initiation (García-Angulo et al., 2020; Iglesias Domínguez et al., 2025; Martínez-Jiménez et al., 2025; Ortega Toro & Giménez-Egido, 2025).

In this direction, the notion of competitive engineering suggests that structural modifications to the competitive environment, such as changes to rules, equipment, facilities, and game organization, can be used to increase action, personal involvement, and positive experiences in children's sport (Burton et al., 2011). In the present study, although important structural adaptations were identified, such as field dimensions, goals, and ball size, the regulatory devices did not ensure a universal minimum participation time, which reinforces the need to analyse not only the existence of modifications, but also how they concretely organize playing opportunities.

However, the way a competition is organized is not limited to structural modifications to the game. Although field, goals, and ball were closer to children's characteristics, the higher scores in the dimensions related to the provision of competition and participation in matches indicate limits in the organization of playing opportunities. The absence of mandatory substitutions, the division of categories by broader age groupings, and the existence of an extra-point device conditioned on team adherence show that participation remained only partially regulated (Leonardo, Galatti & Scaglia, 2018). Thus, the analysed competition presented important structural modifications, but did not ensure, through regulation, a universal minimum participation time in matches. This distinction is relevant because children's competitive organization does not involve only structural changes, such as space, time, and equipment, but

also functional changes, related to participants' action rules and to the conditions that favour greater use of the categories (Milistetd et al., 2014).

In the analysed context, the MDE expanded girls' regulatory access to the competition, allowing their inclusion in categories below their regular age. This strategy can be understood as a response to the lower presence of girls in children's football and to the need to expand competitive opportunities. However, this expansion also produced greater age heterogeneity within the categories, an aspect that must be considered when analysing competitive experience. Recent literature indicates that children of the same chronological age may present important maturational differences, with implications for physical and neuromuscular characteristics and for the way they respond to competitive demands (García-Angulo et al., 2026). Therefore, the MDE should be interpreted ambivalently: on the one hand, it expands regulatory access; on the other, it tensions the organization of participation conditions in a competition aimed at childhood.

Perceived self-efficacy adds a subjective dimension to the analysis of this competitive experience, but should not be interpreted in isolation from the structure in which the girls participated. Self-efficacy refers to the subject's belief in their capacity to organize and execute the actions required for a given performance, and it is constructed in relation to lived experiences and environmental conditions (Bandura, 1997; Corrêa et al., 2022). In this direction, it is related to the Galatea effect, understood as the influence of the expectations that subjects construct about their own capacity, which may guide their motivation, engagement, and performance (Hancock et al., 2013; Monteiro et al., 2025). Thus, self-efficacy scores do not indicate only an abstract individual assessment, but a situated perception constructed within a competition with specific rules, adaptations, forms of access, playing opportunities, and interactions.

In the present study, girls reported positive perceptions of self-efficacy in all axes of game actions, with the highest value in cooperation and collective participation. This result indicates that, even in a competition composed mostly of boys and with different percentages of playing time, they perceived themselves as capable of performing different football actions. The literature indicates that competitions adjusted to children's characteristics may favour experiences of functional success, perceived competence, and self-efficacy, whereas tasks that are poorly adapted to participants' level may produce frustration or hinder the resolution of game problems (García-Angulo et al., 2020; Ortega Toro & Giménez-Egido, 2025).

Although the results show that girls' access to playing time was heterogeneous, self-efficacy scores were not significantly associated with participation indicators. The absence of

statistically significant associations should not be interpreted as evidence that playing time and perceived self-efficacy are unrelated. Several coefficients were positive and small-to-moderate in magnitude, but the confidence intervals were wide, indicating substantial uncertainty. The data therefore remain compatible with a range of possible associations, and the cross-sectional analysis cannot establish temporal or causal direction. Perceived capacity and playing opportunities should be treated as distinct but potentially related dimensions, while recognizing that the present study was not sufficiently precise to determine the strength of their relationship.

Several limitations affect the interpretation of the findings. First, administering the questionnaire during the final phase may have preferentially included girls who remained engaged in the competition, potentially overestimating self-efficacy and underrepresenting less positive experiences. Second, researcher-assisted self-report among children may have introduced social-desirability bias, which would also tend to inflate scores. Third, although video verification reduced playing-time measurement error, residual non-differential error could have attenuated correlations. Fourth, aggregating repeated match observations into player-level means obscured possible within-player changes over the competition. Fifth, unmeasured factors such as age, previous experience, team, coach, playing role, and match context may have affected both participation and self-efficacy. Finally, the small sample resulted in imprecise estimates; therefore, moderate associations cannot be ruled out. Because no comparison group of boys was analysed, the study describes heterogeneity among girls but does not quantify sex- or gender-based disparities in participation.

The findings are most directly applicable to girls participating in one official mixed youth football championship organized under the specific regulatory structure and Age Waiver Mechanism used in Amazonas. Generalisation to girls-only competitions, other regions, age groups, non-federated programmes, or competitions with different substitution and participation rules should be made cautiously.

5 CONCLUSION

This study analysed the perceived self-efficacy of girls in a mixed and modified children's football competition, considering regulatory organization and indicators of participation in matches. The findings indicate that the competition presented structural adaptations to children's football and devices for expanding girls' access, especially through the MDE. However, temporal participation was heterogeneous, and the associations between participation indicators and perceived self-efficacy were positive but imprecise, with no

estimate reaching statistical significance. Girls reported a positive perception of their capacity to perform different game actions, especially in cooperation and collective participation. These results suggest that participation in mixed competitions should be understood as a situated experience in which structural modifications, such as field and goal dimensions and ball type, regulatory access, effective playing opportunities, and subjective perception of capacity are articulated but non-equivalent dimensions. Thus, children's competitions that seek to expand girls' presence in football should not only permit access, but also create conditions for effective participation and meaningful game experiences.

6 REFERENCES

1. Leonardo, L. (2026). O que podemos aprender com o paradesporto? Reflexões e implicações para uma pedagogia da competição infantojuvenil. In L. Leonardo et al. (Eds.), *Pedagogia da competição: Experiências e aplicações em diferentes contextos esportivos* (1st ed., pp. 17–44). TALU Educacional.
2. Ortega Toro, E., & Giménez Egido, J. M. (2025). La competición como medio formativo en etapas de iniciación deportiva: Propuesta inicial de fundamentos, principios y orientaciones. *Revista de Educación, Motricidad e Investigación*, (25), 28–37. <https://doi.org/10.33776/EUHU/remo.vi25.9357>
3. Bettega, O. B., Scaglia, A. J., Pasquarelli, B. N., Prestes, M. F., Ksesinski, F. C., & Galatti, L. R. (2020). A competição na iniciação ao futebol: Considerações sobre a organização do jogo e a participação no ambiente competitivo. *Motrivivência*, 32(62), 1–17. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e66716>
4. Iglesias Domínguez, D., Giménez Fuentes-Guerra, F. J., & Abad Robles, M. T. (2025). Beneficios de la modificación de las reglas en la enseñanza del deporte base: una revisión sistemática. *JUMP*, 11, 28–38. <https://doi.org/10.17561/jump.n11.9657>
5. Martinez-Jiménez, L., Birrento-Aguilar, R. A., Marco-Cramer, V., & Ortega-Toro, E. (2025). Rule modification's effects on the feedback type given by coaches at young football levels. *Sports*, 13(3), 63. <https://doi.org/10.3390/sports13030063>
6. Arias, J. L., Argudo, F. M., & Alonso, J. I. (2011). Review of rule modification in sport. *Journal of Sports Science & Medicine*, 10(1), 1–8.
7. Burton, D., Gillham, A. D., & Hammermeister, J. (2011). Competitive engineering: Structural climate modifications to enhance youth athletes' competitive experience. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 6(2), 201–217.
8. Burton, D., O'Connell, K., Gillham, A. D., & Hammermeister, J. (2011). More cheers and fewer tears: Examining the impact of competitive engineering on scoring and attrition in youth flag football. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 6(2), 219–228.

9. Costa, T. S., Rossato, M., Rodrigues, O., Aquino, R., Bedo, B. S., Leonardo, L., & Machado, J. C. (2024). The impact of different game formats on players' and team performance in youth soccer competitions. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 19(5), 2016–2023. <https://doi.org/10.1177/17479541241252946>
10. Mendonca, M. A., Krahenbühl, T., Costa, T. S., Machado, J. C. P. B., & Leonardo, L. (2023). Elaboração e aplicação de instrumento de avaliação do nível de adaptação competitiva para o futebol infantil. *Corpoconsciência*, 27, e16454, 1–24. <https://doi.org/10.51283/rc.27.e16454>
11. García-Angulo, F. J., García-Angulo, A., Birrento-Aguiar, R. A., & Ortega-Toro, E. (2026). Plyometric performance in under-10 soccer players: Effects of modified competitions and maturational status. *Sensors*, 26(1), 68. <https://doi.org/10.3390/s26010068>
12. García-Angulo, A., Ortega-Toro, E., Giménez-Egido, J. M., García-Angulo, F. J., & Palao, J. M. (2020). Short-term effect of competition rule changes on collective effectiveness and self-efficacy in youth football players. *Psychology of Sport and Exercise*, 49, 101688. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2020.101688>
13. Brasil. (2023). Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023. Institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino. *Diário Oficial da União*.
14. Brasil. Ministério do Esporte. (2023). Estratégia Nacional para o Futebol Feminino: Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.
15. Confederação Brasileira de Futebol. (2023). Resolução da Presidência nº 01/2023: Institui o futebol misto no âmbito do futebol amador (não profissional) e introduz o mecanismo de dispensa etária (MDE). CBF.
16. Federação Amazonense de Futebol. (2025a). Regulamento específico do Campeonato Amazonense de Futebol Sub-8. <https://www.fafamazonas.com.br/site/pagina/regulamento-amazonense-sub-8-2025/> Accessed July 9, 2026.
17. Federação Amazonense de Futebol. (2025b). Regulamento específico do Campeonato Amazonense de Futebol Sub-10. <https://www.fafamazonas.com.br/site/pagina/regulamento-amazonense-sub-10-2025/> Accessed July 9, 2026.
18. Milistetd, M., Nascimento, J. V. do, Silveira, J., & Fusverki, D. (2014). Análise da organização competitiva de crianças e jovens: Adaptações estruturais e funcionais. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36(3), 671–678. <https://doi.org/10.1590/2179-325520143630012>
19. Broadbent, N., Buszard, T., Farrow, D., & Reid, M. (2021). Scaling junior sport competition: A body-scaling approach? *Journal of Sports Sciences*, 39(23), 2746–2754. <https://doi.org/10.1080/02640414.2021.1956217>

20. Leonardo, L., Galatti, L. R., & Scaglia, A. J. (2018). Relações entre modificações competitivas e oportunidades de participação no handebol para jovens: Recomendações a partir de uma pesquisa documental. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 26(4), 98–107. <https://doi.org/10.31501/rbcm.v26i4.8597>
21. Bandura, A. (1997). Self-efficacy: The exercise of control. W. H. Freeman.
22. Corrêa, W. H., Rocha, A. J. P. da, Brun, G., Vagetti, G. C., & Oliveira, V. de. (2022). A relação entre a autoeficácia e o autoconceito em jovens atletas de futebol: Uma revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 11(2), e21211225753. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25753>
23. Hancock, D. J., Adler, A. L., & Côté, J. (2013). A proposed theoretical model to explain relative age effects in sport. *European Journal of Sport Science*, 13(6), 630–637. <https://doi.org/10.1080/17461391.2013.775352>
24. Monteiro, I. A., Soares, E. L. L., & Krahenbühl, T. (2025). A influência dos agentes sociais na trajetória esportiva de atletas de handebol: Um estudo com jovens atletas do Paraná. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 47, e20250073. <https://doi.org/10.1590/rbce.47.e20250073>

ESTUDO EMPÍRICO 2

OPORTUNIDADES COMPETITIVAS PARA MENINAS NO FUTEBOL MISTO: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DO TEMPO DE JOGO

Revista a ser submetida: Women in Sport and Physical Activity Journal

OPORTUNIDADES COMPETITIVAS PARA MENINAS NO FUTEBOL MISTO: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DO TEMPO DE JOGO

RESUMO

As competições mistas podem ampliar o acesso de meninas ao futebol, mas não necessariamente assegurar oportunidades equivalentes de permanência em jogo. Este estudo analisou a participação de meninas em competições mistas de futebol e os fatores associados à distribuição das oportunidades competitivas. Foram analisadas 103 partidas das categorias Sub-8 e Sub-10 do Campeonato Amazonense de Futebol de 2025, totalizando 261 observações de participação. A participação foi operacionalizada pelo Índice de Participação Relativa (IPR), e modelos lineares mistos foram ajustados em uma subamostra de 26 jogadoras e 228 observações. No Sub-8, as médias estimadas do IPR permaneceram acima do referencial equitativo nas duas fases da competição, enquanto no Sub-10 permaneceram abaixo, com menor valor na fase eliminatória. No modelo final, o estado maturacional e o ranking do treinador associaram-se positivamente ao IPR, e foram observadas interações entre fase, timing e estado maturacional. Os achados indicam que o acesso formal a competições mistas não garante participação proporcional, reforçando a necessidade de regras e práticas pedagógicas que incidam sobre as condições concretas de permanência em jogo.

Palavras-chave: Futebol. Esportes juvenis. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A prática do futebol por meninas e mulheres no Brasil foi historicamente marcada por barreiras culturais e institucionais que limitaram a consolidação da modalidade e suas trajetórias esportivas. Essas barreiras se expressaram na escassez de clubes, competições, investimentos e estruturas sistemáticas de formação, bem como em restrições ao acesso, à participação, à permanência e ao reconhecimento no futebol (1–3).

Nos últimos anos, esse cenário passou a ser tensionado por iniciativas regulatórias de ampliação da presença de meninas e mulheres no futebol. Na América do Sul, o licenciamento de clubes da CONMEBOL passou a exigir equipes femininas adultas e juvenis para participação em competições continentais, incentivando a criação de estruturas formais para a modalidade (4,5). No Brasil, esse movimento foi acompanhado pela criação de competições nacionais de base, como o primeiro Campeonato Brasileiro Feminino Sub-18, realizado em 2019 (6).

Apesar da existência da Liga de Desenvolvimento Sub-14 e Sub-16 desde 2018, a oferta de competições femininas nas categorias iniciais permanece restrita: em 2025, apenas cinco estados brasileiros possuíam competições regulares Sub-15 ou inferiores (6). Nesse cenário, a prática de futebol e futsal em contextos mistos tem constituído importante espaço de iniciação para meninas, sobretudo em ambientes informais compartilhados com amigos e familiares (7–9). Diante da escassez de clubes e espaços específicos para meninas, essa experiência também foi institucionalizada em diferentes países por meio de equipes e competições mistas nas categorias de base (10).

No Brasil, a regulamentação do futebol misto pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ampliou a participação de meninas em competições tradicionalmente organizadas para meninos, especialmente nas etapas iniciais de formação esportiva (11). Contudo, a autorização formal para competir em ambientes mistos não assegura acesso equivalente às experiências do jogo, pois a organização competitiva e a distribuição do tempo de participação podem ampliar ou restringir essas oportunidades (12,13). Nesse sentido, importa examinar se a ampliação do acesso se converte em permanência efetiva em campo e exposição às situações próprias da lógica do jogo. Como a competição integra o processo formativo, o tempo de participação representa diferentes níveis de acesso às experiências de aprendizagem, nas quais as jogadoras enfrentam problemas, tomam decisões e respondem às demandas da partida (14–18).

A literatura internacional aponta efeitos distintos dos contextos esportivos mistos. Esses ambientes podem favorecer o reconhecimento das capacidades das meninas, ampliar sua confiança, fortalecer relações de respeito e desafiar estereótipos de gênero (10,19–21).

Entretanto, em modalidades historicamente masculinizadas, como o futebol, podem persistir desigualdades de participação, expectativas diferenciadas de competência e hierarquias de gênero (22–25).

A distribuição das oportunidades de participação, contudo, não pode ser compreendida a partir de uma única dimensão. Características individuais, como o desenvolvimento maturacional, aspectos do contexto competitivo, como regras e categorias, e avaliações de agentes significativos, especialmente os treinadores, podem atuar de forma interdependente e assumir diferentes significados ao longo da competição. Essa compreensão é compatível com o modelo bioecológico PPCT, que articula pessoa, processo, contexto e tempo na compreensão do desenvolvimento (26,27). No presente estudo, as características da pessoa envolvem o estado e o timing maturacional; os processos remetem às interações e avaliações que atravessam a experiência esportiva, incluindo a percepção do treinador; o contexto compreende a organização da competição, as categorias e as regras; e o tempo corresponde à dimensão longitudinal da participação e às diferentes fases da competição.

Apesar do potencial inclusivo e dos limites atribuídos aos contextos mistos, ainda são escassos estudos sobre as oportunidades efetivas de participação das meninas em competições e os fatores associados à sua distribuição. Essa lacuna é relevante porque a presença formal nas equipes pode coexistir com desigualdades no tempo de jogo, restringindo o acesso às experiências formativas proporcionadas pela competição. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a participação de meninas em competições mistas de futebol, considerando como características individuais, processos avaliativos, organização competitiva e tempo se relacionam com a distribuição das oportunidades competitivas.

2 MÉTODOS

Delineamento

O estudo adotou delineamento observacional longitudinal com estrutura multinível, considerando as observações em nível de partida (nível 1) aninhadas em jogadoras (nível 2). Essa estrutura permitiu considerar a dependência entre medidas repetidas de uma mesma jogadora e estimar a variabilidade intraindividual e interindividual do Índice de Participação Relativa (28).

Participantes

A competição, realizada entre junho e novembro de 2025, envolveu jogadores e jogadoras das categorias Sub-8 e Sub-10 organizadas pela Federação Amazonense de Futebol. Foram registrados 558 jogadores distintos, totalizando 582 inscrições quando consideradas participações em ambas as categorias. No Sub-8, participaram 185 jogadores, dos quais 13 eram meninas; no Sub-10, foram registrados 397 jogadores, incluindo 27 meninas, das quais 23 participaram efetivamente da competição. Ao todo, 33 jogadoras participaram de pelo menos uma partida, sendo três delas atuantes em ambas as categorias e distribuídas em 18 equipes.

Foram analisadas 103 partidas (Sub-8 = 42; Sub-10 = 61), resultando em 261 observações de participação (Sub-8 = 106; Sub-10 = 155), cada uma correspondente ao tempo de jogo de uma jogadora em uma partida. As análises de acesso consideraram o total de jogadoras cadastradas, enquanto as análises descritivas de participação incluíram aquelas com registro de tempo de jogo. Os modelos multinível foram estimados em uma subamostra de 26 jogadoras ($M = 10,68$ anos; $DP = 1,32$), totalizando 228 observações com dados completos para as variáveis incluídas nos modelos.

Procedimentos

As competições Sub-8 e Sub-10 foram disputadas em formato misto e incorporaram adaptações regulamentares voltadas à ampliação da participação de meninas e da utilização dos jogadores relacionados para as partidas. Quanto ao critério etário, a participação regular era permitida a jogadores nascidos a partir de 2017 no Sub-8 e de 2015 no Sub-10. Para as meninas, o Mecanismo de Dispensa Etária permitia idade até dois anos superior à regular da categoria: nascidas a partir de 2015 no Sub-8 e de 2013 no Sub-10.

Na fase classificatória, as equipes poderiam obter um ponto adicional por partida mediante adesão a um dispositivo de substituição e bonificação. Para isso, deveriam relacionar no mínimo 16 jogadores no Sub-8 e 18 no Sub-10 e, aos 10 minutos de cada tempo, inserir em jogo todos os jogadores que estivessem no banco de suplentes. As equipes que utilizassem o dispositivo não poderiam realizar substituições volantes, salvo nos casos previstos no regulamento. Para fins analíticos, as fases subsequentes foram agrupadas como fase eliminatória, período em que o dispositivo de bonificação não estava previsto como incentivo à rotatividade.

As variáveis idade, gênero e categoria foram obtidas dos registros oficiais da competição. A idade foi calculada pela diferença entre a data de nascimento e a data de início da competição e expressa em anos decimais. O tempo de jogo foi registrado por uma equipe de

pesquisadores durante as partidas e posteriormente conferido por gravações em vídeo. Para cada partida, foram registrados o tempo total de jogo, o número de vagas em campo, o número de jogadores presentes por equipe e o tempo efetivamente jogado por cada jogadora. Para o cálculo do Índice de Participação Relativa (IPR), os tempos foram convertidos em segundos. Os dados foram organizados longitudinalmente, com cada linha correspondente à participação de uma jogadora em uma partida.

Medidas

A participação das jogadoras foi operacionalizada pelo Índice de Participação Relativa (IPR), calculado pela razão entre o tempo efetivamente jogado e o tempo ideal individual estimado para cada partida. O tempo ideal individual foi calculado por:

$$TIR = (TP \times NV) \div NJ$$

Em que TIR corresponde ao tempo ideal individual, TP ao tempo total da partida, NV ao número de vagas em campo e NJ ao número de jogadores inscritos na partida. O IPR foi então calculado por:

$$IPR = TJ \div TIR$$

Em que TJ corresponde ao tempo efetivamente jogado pela jogadora. Valores de $IPR < 1$ indicaram participação abaixo do referencial equitativo, $IPR = 1$ participação equivalente e $IPR > 1$ participação acima desse referencial.

As medidas maturacionais foram estimadas a partir da idade cronológica e da estatura corporal para o cálculo do maturity offset e da idade estimada no pico de velocidade de crescimento (age at peak height velocity — APHV), conforme Moore e colaboradores (29). O maturity offset foi utilizado para classificar o estado maturacional em pré-pico (< -1) ou pico (-1 a 1); nenhuma jogadora foi classificada como pós-pico. A APHV foi utilizada para classificar o timing maturacional como precoce ($\leq 11,8$ anos), em tempo ($> 11,8$ e $\leq 12,1$ anos) ou tardio ($> 12,1$ anos). As medidas maturacionais foram coletadas em um único momento durante a fase final da competição e estavam disponíveis para 26 jogadoras, correspondendo a 228 observações.

A avaliação do treinador foi operacionalizada pelo ranking atribuído à jogadora em relação aos integrantes de sua própria equipe. Cada treinador classificou a jogadora em uma escala de 1 a 10, na qual valores mais altos representavam melhor posição relativa no grupo. A medida foi coletada uma única vez durante a fase inicial da competição.

Análise estatística

Inicialmente, foram realizadas análises descritivas para caracterização da amostra. Diferenças na distribuição do Índice de Participação Relativa (IPR) entre categorias foram examinadas por meio do teste qui-quadrado, considerando a proporção de observações abaixo do referencial equitativo (< 1) e iguais ou superiores a esse referencial (≥ 1).

Para investigar os fatores associados à participação das jogadoras, foram ajustados modelos lineares mistos, considerando observações em nível de partida aninhadas em jogadoras e intercepto aleatório para jogadora. As análises descritivas utilizaram a amostra total, enquanto os modelos foram estimados na subamostra com dados completos para as variáveis analisadas (228 observações; 26 jogadoras).

A especificação dos modelos foi orientada pelas diferentes dimensões associadas à participação investigadas no estudo, e não pela inclusão sucessiva de variáveis. Após o modelo nulo (M0), o M1 examinou a organização competitiva, incluindo fase, categoria e fase $\times$ categoria. O M2 examinou a dimensão maturacional, incluindo fase, estado maturacional, timing maturacional e suas interações. O M3 examinou a avaliação do treinador, incluindo fase e ranking. O M4 integrou os termos maturacionais e o ranking do treinador. A categoria foi mantida apenas no M1, pois sua inclusão conjunta com os indicadores maturacionais e respectivos termos de interação resultou em deficiência de posto da matriz de efeitos fixos, impedindo a estimação independente de todos os coeficientes.

Os modelos M0 a M4 foram estimados por máxima verossimilhança (ML). M1, M2 e M3 foram inicialmente comparados ao modelo nulo. Para avaliar a contribuição adicional das dimensões no modelo integrativo, o M4 foi comparado ao M2, testando o acréscimo do ranking do treinador, e ao M3, testando o acréscimo do bloco maturacional. As comparações entre modelos aninhados foram realizadas pelo teste da razão de verossimilhança (LRT), sendo o AIC utilizado como indicador complementar de ajuste. A estrutura do M4 foi posteriormente reestimada por máxima verossimilhança restrita (REML), constituindo o modelo final (M5).

Foram reportados coeficientes não padronizados (B), erros padrão, intervalos de confiança de 95%, valores de p, testes F omnibus, quando aplicáveis, R^2 marginal e condicional e componentes de variância. O nível de significância adotado foi de 5%. As análises foram realizadas no Jamovi, utilizando o módulo GAMLj.

Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, sob o CAAE nº 87264325.6.0000.5020 e parecer nº 7.489.591, em 6 de abril de

2025. A participação das jogadoras foi autorizada pelos responsáveis legais mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e pelas próprias jogadoras por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Os treinadores participantes também formalizaram sua participação mediante assinatura do TCLE. Todos os participantes e, no caso das jogadoras, seus responsáveis legais foram informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como sobre o caráter voluntário da participação e o direito de desistir a qualquer momento. Os dados foram tratados de forma confidencial, mediante codificação e omissão de informações que permitissem a identificação dos participantes, das equipes ou de outros indivíduos envolvidos.

3 RESULTADOS

As análises descritivas, conduzidas com a amostra total de participação, indicaram que as jogadoras apresentaram maior idade média do que os jogadores em ambas as categorias. No Sub-8, a média de idade foi de 9,43 anos (DP = 0,56) para as meninas e 7,80 anos (DP = 0,56) para os meninos. No Sub-10, os valores foram de 10,64 anos (DP = 1,28) e 9,59 anos (DP = 0,71), respectivamente, demonstrando que o Mecanismo de Dispensa Etária foi utilizado como estratégia de inserção das meninas na competição.

Em relação à participação, a classificação do Índice de Participação Relativa (IPR) variou entre as categorias. No Sub-8, observamos maior proporção de valores iguais ou superiores ao referencial equitativo (≥ 1 ; 57,5%), enquanto no Sub-10 predominaram valores abaixo desse referencial (< 1 ; 57,4%). O teste qui-quadrado indicou associação significativa entre categoria e classificação do IPR, evidenciando que a distribuição de valores abaixo ou iguais/superiores ao referencial equitativo diferiu entre Sub-8 e Sub-10 ($\chi^2(1) = 5,64$; $p = 0,018$).

Modelo nulo e variabilidade inicial

O modelo nulo, estimado com a subamostra de 228 observações e 26 jogadoras, apresentou estimativa média do IPR de 0,943 (IC95%: 0,783–1,100). A análise dos componentes de variância revelou que 51,1% da variabilidade do IPR foi atribuída a diferenças entre jogadoras (ICC = 0,511), evidenciando heterogeneidade substancial na distribuição do tempo de jogo.

Modelos multinível

O M1, que incluiu fase da competição, categoria e interação fase $\times$ categoria, resultou em melhora do ajuste em relação ao modelo nulo ($\chi^2 = 29,045$; $p < 0,001$). Esse modelo explicou 19,1% da variância do IPR pelos efeitos fixos (R^2 marginal = 0,191) e 69,8% quando considerada a variabilidade entre jogadoras (R^2 condicional = 0,698). Foram observados efeitos significativos da fase ($B = -0,136$; $p = 0,011$), da categoria ($B = -0,585$; $p < 0,001$) e da interação fase $\times$ categoria ($B = -0,232$; $p = 0,029$), indicando que a participação variou conforme a estrutura competitiva.

As médias marginais estimadas indicaram que, no Sub-8, o IPR permaneceu acima do referencial equitativo nas fases 1 e 2. No Sub-10, o IPR permaneceu abaixo desse referencial em ambas as fases, com menor valor estimado na fase 2 em comparação à fase 1 (Tabela 1).

Tabela 1. Médias marginais estimadas do Índice de Participação Relativa (IPR) por fase e categoria

Categoria	Fase da competição	Média estimada	EP	IC95%
Sub-8	Fase 1	1,310	0,128	1,052 – 1,568
Sub-8	Fase 2	1,290	0,139	1,011 – 1,569
Sub-10	Fase 1	0,842	0,104	0,630 – 1,053
Sub-10	Fase 2	0,589	0,111	0,365 – 0,814

Fonte: Os autores

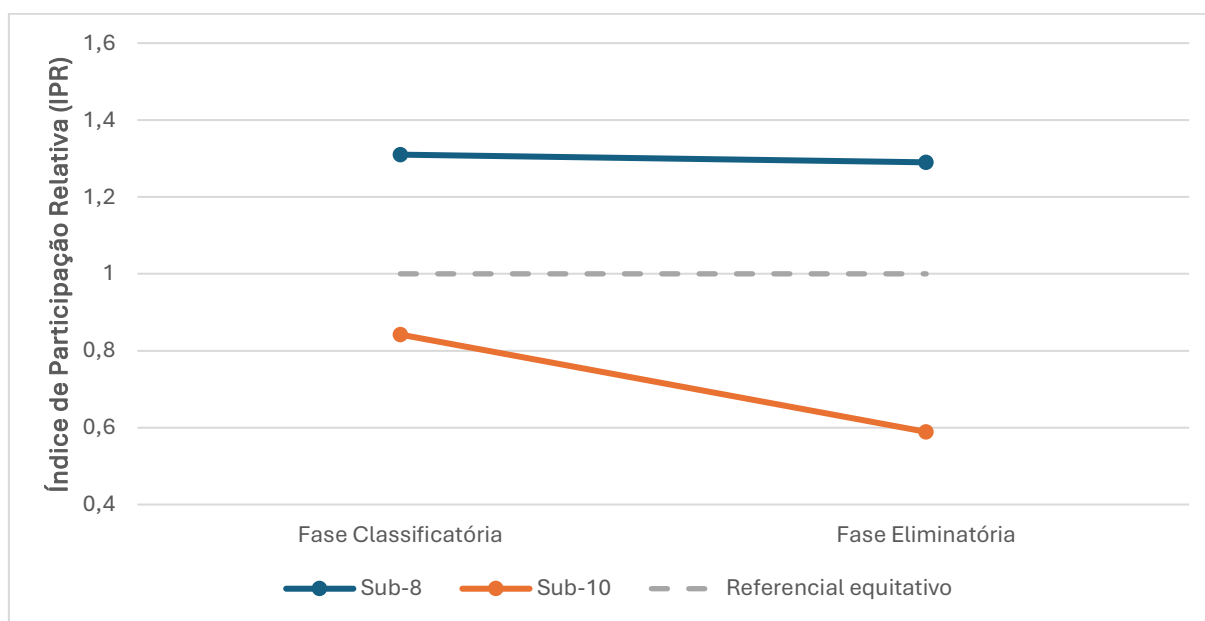


Figura 1. Médias marginais estimadas do Índice de Participação Relativa (IPR) por fase da competição e categoria

Nota. A linha tracejada representa o referencial equitativo de participação (IPR = 1). As médias foram estimadas a partir do modelo multinível contendo fase da competição, categoria e a interação fase $\times$ categoria.

Fonte: Os autores

O M2 examinou a dimensão maturacional, incluindo estado maturacional, timing maturacional e suas interações com a fase da competição. Nesse modelo, os efeitos fixos explicaram 28,4% da variância do IPR (R^2 marginal = 0,284), enquanto o modelo completo explicou 57,3% da variância total (R^2 condicional = 0,573). Foram observados efeitos significativos do timing maturacional ($F(2) = 6,56$; $p = 0,004$), da interação fase $\times$ timing maturacional ($F(2) = 9,13$; $p < 0,001$), da interação timing $\times$ estado maturacional ($F(2) = 5,07$; $p = 0,012$) e da interação fase $\times$ timing $\times$ estado maturacional ($F(2) = 4,42$; $p = 0,013$), indicando que a associação entre maturação e participação variou conforme a fase da competição e a combinação dos indicadores maturacionais.

O M3 examinou a associação entre a avaliação do treinador e a participação, incluindo fase da competição e ranking do treinador, sem a inclusão dos indicadores maturacionais. O modelo apresentou melhora significativa em relação ao modelo nulo (LRT $\chi^2(2) = 22,216$; $p < 0,001$), com R^2 marginal de 0,248 e R^2 condicional de 0,529. A fase da competição apresentou associação significativa com o IPR ($B = -0,168$; $p = 0,002$), assim como o ranking do treinador ($B = 0,119$; $p < 0,001$), indicando que jogadoras mais bem avaliadas pelo treinador tenderam a apresentar maior participação relativa.

O M4 integrou os indicadores maturacionais e o ranking do treinador, mantendo a fase da competição e as interações maturacionais previamente especificadas. Nesse modelo, os efeitos fixos explicaram 43,5% da variância do IPR (R^2 marginal = 0,435), enquanto o modelo completo explicou 57,4% da variância total (R^2 condicional = 0,574). O ranking do treinador permaneceu positivamente associado ao IPR ($B = 0,117$; $p < 0,001$), assim como o estado maturacional ($B = 0,359$; $p = 0,008$). Também foram observados efeitos significativos do timing maturacional ($F(2) = 5,36$; $p = 0,010$), da interação fase $\times$ timing maturacional ($F(2) = 9,63$; $p < 0,001$) e da interação fase $\times$ timing $\times$ estado maturacional ($F(2) = 4,67$; $p = 0,010$).

As comparações entre modelos aninhados indicaram contribuição adicional das dimensões examinadas no modelo integrativo. A inclusão do ranking do treinador no modelo maturacional melhorou significativamente o ajuste do M4 em relação ao M2 (LRT $\chi^2(1) = 14,403$; $p < 0,001$), com redução do AIC de 250 para 238. De forma complementar, a inclusão do bloco maturacional no modelo contendo fase e ranking também melhorou significativamente o ajuste do M4 em relação ao M3 (LRT $\chi^2(10) = 38,272$; $p < 0,001$), com redução do AIC de 256 para 238.

Modelo final (M5)

No M5, a estrutura do modelo integrativo (M4) foi reestimada por máxima verossimilhança restrita (REML) para obtenção das estimativas finais. Os efeitos fixos explicaram 40,3% da variância do Índice de Participação Relativa (IPR) (R^2 marginal = 0,403), enquanto o modelo completo explicou 59,5% da variância total (R^2 condicional = 0,595). O ICC foi de 0,323.

O estado maturacional apresentou associação positiva com o IPR ($B = 0,361$; $p = 0,021$), indicando maior participação relativa entre jogadoras no pico de crescimento em comparação àquelas em estágio pré-pico. O ranking do treinador também esteve positivamente associado ao IPR ($B = 0,116$; $p = 0,001$), indicando maior participação relativa entre jogadoras mais bem avaliadas pelo treinador.

A fase da competição não apresentou efeito direto significativo no modelo final ($B = -0,088$; $p = 0,269$). Contudo, foram observadas interações significativas entre fase $\times$ timing maturacional ($F(2) = 9,26$; $p < 0,001$), bem como entre fase $\times$ timing $\times$ estado maturacional ($F(2) = 4,44$; $p = 0,013$). Esses resultados indicam que a relação entre desenvolvimento maturacional e participação variou conforme o contexto competitivo.

Tabela 2. Efeitos fixos, componentes de variância e índices de ajuste dos modelos lineares mistos para o Índice de Participação Relativa (IPR)

Preditor	M0 – Nulo	M1 – Competição	M2 – Maturacional	M3 – Avaliação do treinador	M4 – Integrativo	M5 – Final (REML)
N de observações (N de jogadoras)	228 (26)	228 (26)	228 (26)	228 (26)	228 (26)	228 (26)
Efeitos fixos						
Intercepto	0,943***	1,008***	0,955***	0,921***	0,986***	0,986***
Fase (2–1)	—	-0,136*	-0,088	-0,168**	-0,088	-0,088
Categoria (Sub-10 vs. Sub-8)	—	-0,585***	—	—	—	—
Fase × Categoria	—	-0,232*	—	—	—	—
Estado maturacional (Pico–Pré)	—	—	0,224	—	0,359**	0,361*
Timing maturacional	—	—	F(2) = 6,56**	—	F(2) = 5,36*	F(2) = 4,03*
Ranking do treinador	—	—	—	0,119***	0,117***	0,116**
Fase × Timing	—	—	F(2) = 9,13***	—	F(2) = 9,63***	F(2) = 9,26***
Timing × Estado	—	—	F(2) = 5,07*	—	F(2) = 1,50	F(2) = 1,15
Fase × Timing × Estado	—	—	F(2) = 4,42*	—	F(2) = 4,67*	F(2) = 4,44*
Componentes de variância						
Variância entre jogadoras	0,153	0,205	0,084	0,084	0,041	0,061
Variância residual	0,146	0,122	0,125	0,140	0,125	0,129
Índices de ajuste						
R ² marginal	0,000	0,191	0,284	0,248	0,435	0,403
R ² condicional	0,511	0,698	0,573	0,529	0,574	0,595
ICC	0,511	0,626	0,404	0,373	0,247	0,323
AIC	274	251	250	256	238	—
LRT χ^2 vs. M0	—	29,045***	46,085***	22,216***	60,488***	—

Nota. A tabela apresenta os efeitos principais e as interações selecionadas para interpretação dos modelos. São apresentados coeficientes não padronizados (B); para o timing maturacional e interações com mais de um grau de liberdade, reporta-se o teste F omnibus. Os modelos M0–M4 foram estimados por máxima verossimilhança (ML) para avaliação do ajuste e comparação entre modelos. Os valores de LRT χ^2 apresentados na tabela correspondem às comparações de M1–M4 com o modelo nulo (M0); as comparações incrementais entre M4 e M2 e entre M4 e M3 são apresentadas no texto. O M5 corresponde à reestimação, por máxima verossimilhança restrita (REML), da estrutura do modelo integrativo, sendo utilizado para apresentação das estimativas finais e não para comparação por LRT. LRT χ^2 = teste da razão de verossimilhança; ICC = coeficiente de correlação intraclasse. Todos os modelos multinível foram estimados com a subamostra de 228 observações de 26 jogadoras com dados completos para as variáveis incluídas nas análises. * p < 0,05; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

Fonte: Os autores

4 DISCUSSÃO

Este estudo analisou a participação de meninas em competições mistas de futebol e os fatores associados à distribuição das oportunidades competitivas. Os resultados revelaram padrões distintos entre as categorias: no Sub-8, as médias marginais estimadas do Índice de Participação Relativa permaneceram acima do referencial equitativo nas duas fases, enquanto no Sub-10 permaneceram abaixo, com menor valor na fase eliminatória. Além da organização competitiva, a participação esteve associada ao estado maturacional e ao ranking do treinador, e as interações entre fase, timing e estado maturacional indicaram que a relação entre maturação e participação variou ao longo da competição. Em conjunto, esses achados mostram que o acesso formal às competições mistas não garante oportunidades equivalentes de participação e podem ser compreendidos, à luz do modelo bioecológico PPCT, pela articulação entre pessoa, processo, contexto e tempo (26,27). Sob uma perspectiva de gênero, essa distribuição também permite problematizar como práticas e condições de permanência em jogo podem reproduzir desigualdades mesmo em contextos formalmente inclusivos (20–22,30).

Na dimensão do contexto, os mecanismos regulatórios da competição ajudam a compreender a distinção entre acesso e participação. O Mecanismo de Dispensa Etária ampliou as condições de ingresso das meninas, enquanto o dispositivo de substituição e bonificação incidiu sobre a distribuição do tempo de jogo na fase classificatória. Contudo, os padrões de IPR indicaram que essas medidas não asseguraram participação proporcional em todos os contextos, especialmente no Sub-10. Assim, a autorização formal para competir não garante, por si só, envolvimento equivalente, uma vez que meninas podem permanecer em posições marginais mesmo em ambientes institucionalmente inclusivos (22,25,31). Esses achados reforçam que políticas de inclusão precisam alcançar não apenas o acesso, mas também as condições concretas de permanência em jogo, sendo continuamente sustentadas pelas práticas desenvolvidas nas equipes (20,32).

Nessa perspectiva, o IPR permitiu examinar a participação para além da inscrição na competição, evidenciando diferenças nas oportunidades formativas proporcionadas pelo tempo de jogo. A permanência em campo amplia a exposição às interações com treinadores, colegas, adversários e às demandas da própria partida, componentes da experiência esportiva compreendidos como relevantes em uma perspectiva bioecológica (26,27). Em contextos mistos, essas experiências também podem favorecer reconhecimento mútuo, valorização das competências das meninas e contestação de estereótipos de gênero (10,20,21).

Consequentemente, desigualdades no tempo de jogo podem restringir tanto oportunidades de aprendizagem quanto o potencial inclusivo dessas experiências.

Os resultados por categoria e fase reforçam essa interpretação. No Sub-8, o IPR permaneceu acima do referencial equitativo nas duas fases, enquanto no Sub-10 permaneceu abaixo, com menor valor estimado na fase eliminatória. Esse padrão sugere que a distribuição das oportunidades pode ser sensível à presença de mecanismos regulatórios que incidem diretamente sobre o tempo de jogo. No Sub-10, mesmo com a bonificação prevista na fase classificatória, a participação permaneceu abaixo do referencial equitativo e apresentou valor ainda menor na fase eliminatória, quando esse incentivo deixou de operar. Assim, a existência de uma regra inclusiva mostrou-se insuficiente para assegurar, de forma contínua, participação proporcional.

A distribuição do tempo de jogo em esportes coletivos juvenis envolve uma tensão entre uma lógica orientada à aprendizagem, que tende a favorecer participação mais equitativa, e uma lógica orientada ao desempenho, na qual jogadores percebidos como mais habilidosos recebem maior tempo de jogo (13). Em modalidades historicamente masculinizadas, essa lógica seletiva pode adquirir implicações de gênero, uma vez que meninos tendem a ser percebidos como participantes mais legítimos e competentes (19). Regras modificadas podem reduzir a dependência de decisões individuais sobre quem joga (33), mas seus efeitos dependem de como são implementadas e sustentadas na prática (31,34). Desse modo, a redução observada no Sub-10 na fase eliminatória é compatível com uma distribuição mais seletiva do tempo de jogo quando a rotatividade deixa de ser induzida pelo regulamento.

Na dimensão da pessoa, o estado maturacional esteve positivamente associado ao IPR, com maior participação relativa entre jogadoras no pico de crescimento. Esse achado sugere que características vinculadas ao desenvolvimento corporal podem ter sido incorporadas, direta ou indiretamente, aos critérios de utilização durante as partidas. No esporte juvenil, diferenças maturacionais podem influenciar atributos corporais e funcionais valorizados no contexto competitivo e atravessar processos de identificação, desenvolvimento e seleção, favorecendo, em determinados contextos, jogadoras em estágios maturacionais mais avançados (35–38). Contudo, essa associação não deve ser interpretada como efeito isolado da maturação, pois seu significado depende das exigências competitivas, da fase da competição e das expectativas construídas em torno da prontidão física das jogadoras.

Na dimensão do tempo, a ausência de efeito direto da fase no modelo final, acompanhada de interações significativas com *timing* e estado maturacional, indica que a participação não variou de forma uniforme entre as jogadoras ao longo da competição. A

combinação entre fase e perfil maturacional esteve associada a diferentes oportunidades de participação, sugerindo maior vulnerabilidade de determinados grupos quando a competição assumiu caráter mais seletivo.

A relação entre os achados maturacionais e o ranking do treinador sugere que a distribuição das oportunidades competitivas esteve associada não apenas a características corporais, mas também a dimensões avaliativas do ambiente esportivo. O desenvolvimento corporal pode funcionar como marcador de competência presumida, uma vez que características como maturação, tamanho corporal e habilidade são interpretadas socialmente e podem influenciar expectativas sobre o desempenho (39). Em contextos historicamente masculinizados, essas avaliações também podem ser atravessadas por expectativas de gênero sobre corpos, habilidades e formas de jogar valorizadas no ambiente competitivo (19,23,40,41).

Na dimensão dos processos, o ranking do treinador esteve associado à participação, indicando maior IPR entre jogadoras mais bem avaliadas. Esse resultado sugere que, quando o tempo de jogo não é distribuído de modo uniforme, as decisões do treinador refletem, ainda que implicitamente, uma hierarquia sobre quem deve permanecer mais tempo em campo (13). A literatura sobre expectativas no esporte indica que percepções de habilidade podem produzir tratamentos diferenciados, incluindo maior quantidade e qualidade de feedback, clima socioemocional mais favorável e tarefas mais desafiadoras para jogadores sobre os quais recaem expectativas mais elevadas (42).

Embora o presente estudo não tenha medido diretamente padrões de feedback ou interação treinador-jogadora, a associação entre ranking do treinador e IPR é compatível com a lógica da profecia autorrealizável, na qual expectativas externas e oportunidades de participação podem se reforçar ao longo do tempo (39). Nesse sentido, o tempo de jogo pode constituir uma oportunidade pedagógica distribuída seletivamente, favorecendo jogadoras já percebidas como mais competentes e restringindo oportunidades de desenvolvimento e reconhecimento daquelas menos valorizadas. Em contextos mistos, esse processo pode limitar as oportunidades para que meninas demonstrem suas capacidades e desafiem estereótipos de gênero sobre competência esportiva (23,25).

Em conjunto, os achados indicam que a distribuição do tempo de jogo corresponde também à distribuição de oportunidades formativas. Sob uma perspectiva bioecológica, essas oportunidades resultaram da articulação entre pessoa, processo, contexto e tempo: a organização da competição regulou parte da participação, enquanto diferenças maturacionais e avaliações dos treinadores também estiveram associadas ao IPR. Assim, políticas de equidade de gênero em competições mistas precisam considerar não apenas o acesso formal, mas também

as condições concretas de permanência em jogo e a forma como regras, decisões dos treinadores e a lógica competitiva ampliam ou restringem as experiências de aprendizagem, reconhecimento e desenvolvimento das meninas (20,23,25,43).

Algumas limitações devem ser consideradas. Embora o IPR permita analisar objetivamente a distribuição do tempo de jogo, ele não captura a qualidade da participação, como as ações realizadas em campo, a centralidade da jogadora nas jogadas, as posições ocupadas e as interações com treinadores e colegas. Além disso, as medidas maturacionais e a avaliação do treinador foram obtidas em momentos únicos, não permitindo captar possíveis mudanças nessas características ao longo da competição. Por fim, o delineamento observacional não permite estabelecer relações causais entre estrutura competitiva, maturação, avaliação do treinador e participação.

5 CONCLUSÃO

Os achados indicam que a participação de meninas em competições mistas não pode ser compreendida apenas pelo acesso formal à competição. Embora mecanismos de inclusão ampliem as possibilidades de ingresso, a distribuição do tempo de jogo esteve associada à organização competitiva, ao desenvolvimento maturacional e à avaliação do treinador, evidenciando que as oportunidades de participação são produzidas pela interação entre diferentes dimensões do contexto esportivo.

Nesse sentido, regras inclusivas precisam alcançar não apenas a inscrição ou a flexibilização etária, mas também as condições concretas de permanência em jogo. A organização pedagógica das competições deve considerar quem participa, quanto participa e sob quais condições as oportunidades são distribuídas, incluindo mecanismos que favoreçam maior equidade no tempo de jogo e a formação de treinadores sensíveis às desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, a ampliação de espaços competitivos próprios para meninas pode contribuir para que sua formação esportiva não dependa exclusivamente da adaptação a estruturas originalmente organizadas para meninos.

6 REFERÊNCIAS

1. Alcântara CH, de Queiroz Paiva MA, de Lima Amaral L, Martins MZ, Mazzei LC, Galatti LR. Bolsa Atleta e futebol de mulheres: caracterizando os últimos três ciclos olímpicos e as quatro Copas do Mundo. *Corpoconsciência*. 2024;28:e17250. doi:10.51283/rc.28.e17250

2. Goellner SV. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2005;19(2):143–51. doi:10.1590/S1807-55092005000200005
3. Goellner SV. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. *Movimento*. 2021;27:e27001. doi:10.22456/1982-8918.110157
4. Barreira J, Casemiro KW, Angeli JF, Batista AB, Santos S. Desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil: impacto das regulamentações na participação, desempenho e liderança esportiva. *Movimento*. 2025 Jan 1;31:e31028. doi:10.22456/1982-8918.144366
5. Sena AKS, Sena ABS, Santos VM dos, Machado JCBP, Krahenbühl T, Leonardo L. O impacto do regulamento de licença de clubes da CONMEBOL no campeonato brasileiro de futebol feminino (2013-2024). *Rev Bras Futeb*. 2024;17(3):67–79.
6. OutField. Relatório Nacional do Futebol Feminino 2025 [Internet]. 2025 [cited 2026 Aug 11]. Available from: <https://outfieldinc.com/relatorio-nacional-de-futebol-feminino-2025/>
7. Alcântara CH, Barreira J, Cordeiro da Costa N, Rossato M, Machado JCBP, Galatti LR. Developmental pathways and practice activity profiles of women's football players in Brazil. *J Sports Sci*. 2026;1–9. doi:10.1080/02640414.2026.2633807
8. Martins MZ, Medeiros DCC de, Reis HHB dos, Castellani RM, Santana WC de. Futsal feminino: indicadores do ambiente de formação de atletas da seleção brasileira. *Motriv*. 2021;33(64):1–20. doi:10.5007/2175-8042.2021.e81073
9. Mascarin RB, Vicentini L, Marques RFR. Brazilian women elite futsal players' career development: diversified experiences and late sport specialization. *Motriz Rev Educ Fís*. 2019;25(2):e101968. doi:10.1590/s1980-6574201900010014
10. Hills LA, Maitland A, Croston A, Horne S. 'It's not like she's from another planet': Undoing gender/redoing policy in mixed football. *Int Rev Sociol Sport*. 2021 Aug 1;56(5):658–76. doi:10.1177/1012690220934753
11. Confederação Brasileira de Futebol. Resolução da Presidência RDP nº 01/2023: institui o futebol misto no âmbito do futebol amador (não profissional) e introduz o mecanismo da dispensa etária (MDE), como ferramenta para promover a prática do futebol por atletas femininas no Brasil [Internet]. Rio de Janeiro; 2023 Mar [cited 2026 Aug 12]. Available from: [https://fafamazonas.com.br/site//arquivos/download/arqeditor/RDP%2001-2023%20-%20Futebol%20Misto%20e%20MDE%20\(1\).pdf](https://fafamazonas.com.br/site//arquivos/download/arqeditor/RDP%2001-2023%20-%20Futebol%20Misto%20e%20MDE%20(1).pdf)
12. Leonardo L, Scaglia AJ. Esportividade, jogabilidade e trapaça: tensões ao valor da regra e suas implicações à Pedagogia do Esporte na gestão do treino e da competição na infância. *Fair Play*. 2022;(22):45–74.

13. Lorentzen T. Allocation of playing time within team sports—a problem for discussion. *Open Rev Educ Res*. 2017;4(1):20–32. doi:10.1080/23265507.2016.1266694
14. Jaco JF, Altmann H. Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de educação física. *Educ Foco*. 2017;22(1):155–81. doi:10.22195/2447-524620172219899
15. Krahenbühl T, Souza NP de, Galatti LR, Scaglia AJ, Leonardo L. Competição de base e a formação de jovens atletas na perspectiva de treinadores de elite no handebol. *Pensar Prát*. 2019 Jun 27;22:1–13. doi:10.5216/rpp.v22.53089
16. Leonardo L, Lizana CJR, Krahenbühl T, Scaglia AJ. O efeito da idade relativa influencia o tempo de participação competitiva de atletas de handebol do sexo masculino com até 13 anos de idade. *Retos*. 2018;33:195–8. doi:10.47197/retos.v0i33.56731
17. Martins MZ, Silva BS, Ferreira WO, Souza ACF de. La enseñanza del fútbol sala: competencias para el juego y propuestas metodológicas. In: Esper P, editor. *Iniciación, formación y desarrollo de los deportes de equipo*. Salta: Universidad Católica de Salta; 2022.
18. Ortega Toro E, Giménez-Egido JM. La Competición como Medio Formativo en Etapas de Iniciación Deportiva: Propuesta Inicial de Fundamentos, Principios y Orientaciones. *e-Motion*. 2025 Dec 5;(25):28–37. doi:10.33776/EUHU/remo.vi25.9357
19. Anderson E. “I used to think women were weak”: Orthodox masculinity, gender segregation, and sport. *Sociol Forum*. 2008 Jun;23(2):257–80. doi:10.1111/j.1573-7861.2008.00058.x
20. Cohen A, Melton EN, Welty-Peachey J. Investigating a coed sport’s ability to encourage inclusion and equality. *J Sport Manag*. 2014;28(2):220–35. doi:10.1123/jsm.2013-0329
21. Musto M. Athletes in the Pool, Girls and Boys on Deck: The Contextual Construction of Gender in Coed Youth Swimming. *Gend Soc*. 2014;28(3):359–80. doi:10.1177/0891243213515945
22. Clark S, Paechter C. “Why can’t girls play football?” Gender dynamics and the playground. *Sport Educ Soc*. 2007 Aug;12(3):261–76. doi:10.1080/13573320701464085
23. Fink JS, LaVoi NM, Newhall KE. Challenging the gender binary? Male basketball practice players’ views of female athletes and women’s sports. *Sport Soc*. 2016 Oct 20;19(8–9):1316–31. doi:10.1080/17430437.2015.1096252
24. Gubby L, Wellard I. Sporting equality and gender neutrality in korfbal. *Sport Soc*. 2016 Oct 20;19(8–9):1171–85. doi:10.1080/17430437.2015.1096261

25. Henry JM, Comeaux HP. Gender egalitarianism in coed sport: a case study of American soccer. *Int Rev Sociol Sport*. 1999;34(3):277–90. doi:10.1177/101269099034003004
26. Brandão R, Lopes Angelo D, Mastrocola AP, Pallone Manzini MF, Hupfer B, Villas Boas Junior M, et al. Bioecology and sport: linking theory and practice. *Cogent Soc Sci*. 2024;10(1):2402831. doi:10.1080/23311886.2024.2402831
27. Bronfenbrenner U, Morris PA. The Bioecological Model of Human Development. In: Damon W, Lerner RM, editors. *Handbook of Child Psychology: Theoretical Models of Human Development*. 6th ed. Hoboken: John Wiley & Sons; 2006. p. 793–828. doi:10.1002/9780470147658.chpsy0114
28. Field A, Miles J, Field Z. Multilevel linear models. In: *Discovering Statistics Using R*. 1st ed. London: SAGE Publications; 2012. p. 855–909.
29. Moore SA, McKay HA, Macdonald H, Nettlefold L, Baxter-Jones ADG, Cameron N, et al. Enhancing a Somatic Maturity Prediction Model. *Med Sci Sports Exerc*. 2015;47(8):1755–64. doi:10.1249/MSS.0000000000000588 PubMed PMID: 25423445.
30. Segrave JO. Challenging the gender binary: the fictive and real world of quidditch. *Sport Soc*. 2016 Oct 20;19(8–9):1299–315. doi:10.1080/17430437.2015.1067783
31. Işıkgöz ME, Şahbudak M, Deveci ME, Öztunç M. Challenges and successes in promoting gender equality through physical education and sports: a systematic review. *BMC Public Health*. 2025 Dec 1;25:2117. doi:10.1186/s12889-025-23373-0 PubMed PMID: 40481444.
32. Channon AG. Enter the discourse: exploring the discursive roots of inclusivity in mixed-sex martial arts. *Sport Soc*. 2013 Dec;16(10):1293–308. doi:10.1080/17430437.2013.790896
33. Farias C, Hastie PA, Mesquita I. Towards a more equitable and inclusive learning environment in Sport Education: results of an action research-based intervention. *Sport Educ Soc*. 2017 May 19;22(4):460–76. doi:10.1080/13573322.2015.1040752
34. Caracuel-Cáliz RF, Armada-Crespo JM, Abad-Robles MT. Metodologías activas e igualdad de género en educación física: una revisión sistemática. *Apunts Educ Fís Deporte*. 2025 Jan 1;(162):31–42. doi:10.5672/apunts.2014-0983.es.(2025/4).162.04
35. Bonito FP, Emmonds S, Teles J, Keshtkarhesamabadi B, Moura F, Coelho-e-Silva MJ, et al. Growth and maturation in youth female football players and its association with body composition and physical performance: A scoping review. *Int J Sports Sci Coach*. 2026 Feb 1;21(1):527–47. doi:10.1177/17479541251380019

36. Finnegan L, van Rijbroek M, Oliva-Lozano JM, Cost R, Andrew M. Relative age effect across the talent identification process of youth female soccer players in the United States: Influence of birth year, position, biological maturation, and skill level. *Biol Sport*. 2024;41(4):241–51. doi:10.5114/biol sport.2024.136085
37. Malina RM, Rogol AD, Cumming SP, Coelho E Silva MJ, Figueiredo AJ. Biological maturation of youth athletes: assessment and implications. *Br J Sports Med*. 2015 Jul 1;49(13):852–9. doi:10.1136/bjsports-2015-094623 PubMed PMID: 26084525.
38. Sweeney L, Lundberg TR, Sweeney C, Hickey J, MacNamara Á. Biological maturity but not relative age biases exist in female international youth soccer players relative to the general population. *Biol Sport*. 2025;42(2):249–56. doi:10.5114/biol sport.2025.144411
39. Hancock DJ, Adler AL, Côté J. A proposed theoretical model to explain relative age effects in sport. *Eur J Sport Sci*. 2013 Nov;13(6):630–7. doi:10.1080/17461391.2013.775352 PubMed PMID: 24251740.
40. DiCarlo D. Playing like a girl? The negotiation of gender and sexual identity among female ice hockey athletes on male teams. *Sport Soc*. 2016 Oct 20;19(8–9):1363–73. doi:10.1080/17430437.2015.1096260
41. Lake RJ. ‘Guys don’t whale away at the women’: etiquette and gender relations in contemporary mixed-doubles tennis. *Sport Soc*. 2016 Oct 20;19(8–9):1214–33. doi:10.1080/17430437.2015.1067773
42. Solomon GB. The influence of coach expectations on athlete development. *J Sport Psychol Action*. 2010;1(2):76–85. doi:10.1080/21520704.2010.528173
43. Wachs FL. Leveling the Playing Field: Negotiating Gendered Rules in Coed Softball. *J Sport Soc Issues*. 2002;26(3):300–16. doi:10.1177/0193723502263006

ESTUDO EMPÍRICO 3

ELEGIBILIDADE, ACESSO E EXPERIÊNCIA COMPETITIVA DE MENINAS NO FUTEBOL MISTO: PERSPECTIVAS DE JOGADORAS, FAMILIARES E TREINADORES

RESUMO

Este estudo analisou as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol de base, considerando as percepções de jogadoras, responsáveis e treinadores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada no Campeonato Amazonense de Futebol de Base de 2025, com 29 jogadoras, 23 responsáveis e 11 treinadores. As entrevistas semiestruturadas foram submetidas à Análise Qualitativa por Redução de Dados e interpretadas, posteriormente, à luz do modelo bioecológico do desenvolvimento humano. Os resultados foram organizados em três eixos: condições de acesso à competição; configuração e percepção do ambiente competitivo; e produção das experiências e sustentação da participação. A regulamentação do futebol misto e o Mecanismo de Dispensa Etária ampliaram a elegibilidade das meninas, mas o acesso efetivo permaneceu dependente da oferta de equipes, dos processos de ingresso e das mediações familiares e institucionais. A experiência competitiva combinou acolhimento, aprendizagem, conquistas e reconhecimento com situações de preconceito, pressões adultas, insegurança e limitações estruturais. Conclui-se que ampliar a participação feminina exige superar a autorização formal, garantindo oportunidades, proteção, mediações pedagógicas qualificadas e condições relacionais que sustentem experiências esportivas efetivamente inclusivas.

Palavras-chave: Futebol; Meninas; Competição mista; Gênero; Participação esportiva.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as oportunidades de participação no futebol têm sido distribuídas de forma desigual entre meninas e meninos, em um contexto no qual a modalidade e seus códigos foram culturalmente associados à masculinidade. Normas de gênero produzem diferentes incentivos, expectativas e possibilidades de envolvimento, favorecendo a aproximação de meninos e homens com o futebol, enquanto meninas e mulheres encontram menor disponibilidade de recursos e oportunidades para jogar. Essas desigualdades não se expressam apenas por proibições ou manifestações explícitas de preconceito, mas também pelas condições de acesso, reconhecimento e participação que contribuem para consolidar o futebol como um espaço prioritariamente masculino (Martins; Silva; Vasquez, 2021; Pankowiak et al., 2025).

Nas etapas iniciais da formação esportiva, essa desigualdade assume particular relevância porque a competição pode constituir uma importante experiência de aprendizagem do esporte. Ao competir, crianças vivenciam problemas do jogo, interagem com colegas e adversários e lidam com erros, conquistas e responsabilidades coletivas. Esse potencial formativo, entretanto, não decorre automaticamente da existência da competição, pois depende da forma como o ambiente é organizado, das oportunidades disponibilizadas e das relações que acompanham a experiência competitiva (Ortega-Toro; Giménez-Egido, 2025). Assim, ampliar a participação das meninas envolve não apenas permitir sua presença formal, mas criar condições para que possam efetivamente experimentar e atribuir sentido à competição.

No âmbito institucional, essas possibilidades são delimitadas inicialmente pelas regras de elegibilidade, que estabelecem quem pode participar, em qual categoria e sob quais condições. Critérios como idade e sexo produzem simultaneamente inclusão e exclusão ao definirem os limites dos grupos competitivos (Martínková; Parry, 2024). No futebol amador brasileiro, a Resolução da Presidência da Confederação Brasileira de Futebol nº 01/2023 regulamentou a possibilidade de realização do futebol misto e instituiu o Mecanismo de Dispensa Etária (MDE), permitindo, conforme os critérios estabelecidos pelas entidades organizadoras, que meninas participem de categorias inferiores às correspondentes à sua faixa etária (Confederação Brasileira de Futebol, 2023). Esses dispositivos ampliam a elegibilidade das meninas, mas a autorização regulamentar não assegura, isoladamente, que elas encontrem equipes e condições concretas para ingressar nas competições.

A organização de equipes e competições mistas pode, nesse sentido, ampliar caminhos de participação em uma modalidade marcada pela menor oferta de oportunidades destinadas às meninas. Compartilhar o mesmo espaço esportivo também pode questionar expectativas que

associam a competência futebolística prioritariamente aos meninos. Entretanto, a convivência mista não elimina necessariamente as hierarquias de gênero que atravessam o futebol. Meninos podem permanecer como referência presumida de desempenho, enquanto meninas podem ser submetidas a avaliações diferenciadas, chamadas a demonstrar sua competência ou encontrar condições de participação originalmente organizadas sem considerar sua presença (Hills et al., 2021; Hills; Croston, 2012; Pankowiak et al., 2025). Desse modo, a análise da participação precisa ultrapassar a autorização formal e considerar tanto as relações vivenciadas no ambiente competitivo quanto as condições que possibilitam às meninas ingressar, ser reconhecidas, aprender e permanecer envolvidas na prática.

Compreender essas dimensões exige considerar que a experiência esportiva não é produzida exclusivamente pelas características individuais das jogadoras. Este estudo adota, para isso, o modelo bioecológico do desenvolvimento humano como referência interpretativa. Nessa perspectiva, o desenvolvimento resulta da articulação dinâmica entre processos, características da pessoa, contexto e tempo, com especial importância para as interações recorrentes estabelecidas nos ambientes em que a pessoa participa diretamente (Bronfenbrenner; Morris, 2006). No contexto esportivo investigado, família, equipe e competição constituem ambientes imediatos nos quais as meninas interagem com responsáveis, colegas e treinadores. Essas relações, por sua vez, são atravessadas por condições organizacionais, regras institucionais e normas culturais de gênero, permitindo compreender a participação como um processo simultaneamente relacional e contextual.

Embora a literatura indique que a abertura normativa e a convivência em ambientes mistos não determinam, por si sós, as experiências das meninas, ainda é necessário compreender como essas condições são vivenciadas em competições oficiais nas etapas iniciais da formação esportiva. Particularmente, importa examinar como a elegibilidade se transforma — ou não — em acesso concreto, como as meninas percebem as relações e condições encontradas no ambiente competitivo e quais suportes acompanham sua experiência depois do ingresso. Considerar conjuntamente as perspectivas das próprias jogadoras, de seus responsáveis e dos treinadores permite observar esse fenômeno a partir de diferentes posições, articulando as experiências das crianças às mediações dos agentes sociais e às condições institucionais em que a competição é organizada (Hills et al., 2021; Monteiro Júnior; Soares; Krahenbühl, 2025; Pankowiak et al., 2025).

Diante disso, este estudo teve como objetivo compreender como jogadoras, responsáveis e treinadores percebem as condições de participação de meninas em competições

mistas de futebol de base, considerando o acesso às oportunidades, a configuração do ambiente competitivo e as condições relacionadas à sustentação do envolvimento.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Delineamento do estudo

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo-interpretativo. Essa abordagem foi adotada por possibilitar a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes às experiências vividas em condições reais e das diferentes perspectivas construídas sobre o fenômeno investigado (Flick, 2009; Yin, 2016). A participação de meninas no futebol misto foi compreendida como uma experiência social situada, produzida em relações e condições próprias do contexto competitivo investigado. Para contemplar diferentes posições diante do mesmo fenômeno, foram consideradas conjuntamente as perspectivas de jogadoras, responsáveis e treinadores, preservando as especificidades de cada grupo.

Contexto do estudo

O estudo foi desenvolvido no contexto do futebol misto de base, regulamentado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 2023. A regulamentação passou a permitir a participação de meninas em equipes mistas e instituiu o Mecanismo de Dispensa Etária (MDE), que possibilita, conforme os critérios definidos pelas entidades organizadoras, a participação de meninas em categorias inferiores às correspondentes à sua idade cronológica.

A pesquisa foi realizada durante o Campeonato Amazonense de Futebol de Base de 2025, organizado pela Federação Amazonense de Futebol (FAF), nas categorias Sub-8 e Sub-10. A temporada competitiva ocorreu entre 22 de junho e 5 de novembro de 2025 e adotou as diretrizes referentes à participação mista e ao MDE, constituindo o contexto institucional e competitivo no qual as experiências analisadas foram produzidas.

Participantes

Participaram do estudo jogadoras, responsáveis e treinadores vinculados às equipes participantes da competição. Foram consideradas elegíveis as jogadoras que participaram efetivamente de pelo menos uma partida da competição, independentemente da categoria e da fase em que essa participação ocorreu. Para os responsáveis, foram incluídos pais, mães, avós, tios ou outras pessoas diretamente envolvidas no acompanhamento da participação esportiva

das jogadoras. Entre os treinadores, foram incluídos aqueles responsáveis por equipes que possuíam ao menos uma menina inscrita na competição.

Das 33 jogadoras que participaram efetivamente da competição, 29 foram entrevistadas, correspondendo a 87,9% das jogadoras elegíveis. Também participaram 23 responsáveis e 11 treinadores, totalizando 63 participantes. Para preservar o anonimato e identificar as diferentes fontes de informação, os participantes foram codificados pela letra correspondente ao grupo (J para jogadoras, R para responsáveis e T para treinadores) seguida do número de identificação atribuído a cada participante.

Produção das informações

As informações foram produzidas por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, conduzidas a partir de roteiros específicos para jogadoras, responsáveis e treinadores. Os roteiros abordaram questões relacionadas ao ingresso das meninas nas equipes, ao ambiente competitivo, às experiências positivas e negativas vivenciadas, ao apoio recebido e às expectativas relacionadas à participação no futebol.

O contato inicial foi realizado com os treinadores, que posteriormente intermediavam a aproximação da pesquisadora com as jogadoras e seus responsáveis. As entrevistas com os treinadores ocorreram presencialmente, nos locais de treinamento das equipes, ou on-line, conforme sua disponibilidade. As entrevistas com as jogadoras e os responsáveis foram realizadas predominantemente nos locais de treinamento. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas com auxílio do software TurboScribe. Antes do início da análise, as transcrições foram conferidas pela pesquisadora a partir dos respectivos registros de áudio.

Análise de informações

As entrevistas foram submetidas à Análise Qualitativa por Redução de Dados, conforme sistematizada por Leonardo, Krahenbühl e Scaglia (2023), a partir da articulação entre a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e a Análise Qualitativa de Conteúdo de Mayring (2014). O procedimento foi desenvolvido por meio de movimentos sucessivos de delimitação do corpus, redução e categorização, preservando a vinculação entre as sínteses analíticas e as falas que lhes deram origem.

Inicialmente, as 63 entrevistas foram lidas integralmente e foram selecionados os trechos relacionados ao objetivo do estudo, considerados unidades de registro. Cada unidade permaneceu associada à identificação do participante e ao respectivo grupo de pertencimento.

Em seguida, foi realizada a primeira redução do material, na qual as unidades de registro foram submetidas à paráfrase e, posteriormente, à generalização, buscando condensar as informações e elevar seu nível de abstração sem acrescentar sentidos não sustentados pelos relatos.

Na segunda redução, foram empregados os procedimentos de construção e integração. As formulações produzidas anteriormente foram comparadas e agrupadas a partir de aproximações, complementaridades e relações de sentido, permitindo condensar informações provenientes de diferentes trechos, participantes e grupos. Nessa etapa, as perspectivas de jogadoras, responsáveis e treinadores passaram a ser consideradas conjuntamente. Convergências, complementaridades e contrastes foram preservados, sem que a concordância entre os grupos constituísse requisito para a análise.

Posteriormente, as sínteses foram submetidas à categorização indutiva. Os agrupamentos foram progressivamente revistos e refinados até a construção de três eixos analíticos: (1) condições de acesso à competição: abertura institucional, mediações e limites; (2) configuração e percepção do ambiente competitivo; e (3) produção das experiências e sustentação da participação. A rastreabilidade do percurso foi mantida pela identificação dos participantes e pela possibilidade de retorno das categorias e sínteses às unidades de registro e às falas originais.

Após a construção indutiva das categorias, o modelo bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner; Morris, 2006) foi mobilizado a posteriori como lente para a interpretação dos achados, em diálogo com a literatura específica relacionada às dimensões evidenciadas no material. Dessa forma, o modelo teórico não constituiu uma estrutura prévia de categorização, mas um recurso interpretativo empregado após a organização empírica dos dados.

Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), em 6 de abril de 2025, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 87264325.6.0000.5020. Os participantes adultos formalizaram sua concordância mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para as participantes menores de idade, foi obtida a autorização dos responsáveis legais por meio do TCLE, além do assentimento das próprias participantes mediante o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Foram assegurados o caráter voluntário da participação, a possibilidade de desistência em qualquer etapa, a confidencialidade das informações e a preservação da identidade dos participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Condições de acesso à competição: abertura institucional, mediações e limites

Entre o interesse em jogar e a escassez de oportunidades

As percepções dos responsáveis e treinadores indicaram que o acesso das meninas ao futebol competitivo ocorria em um cenário de oportunidades mais restritas. Essa desigualdade apareceu na comparação com as possibilidades oferecidas aos meninos e na reduzida oferta de equipes e competições destinadas às meninas. Uma responsável afirmou que “*para menino tem muita oportunidade, porém para menina quase não*” (R18), enquanto outras destacaram que “*são poucos campeonatos*” (R20) e que “*ainda tem poucos campeonatos femininos em Manaus*”, além de “*não [ter] times para competir*” (R62). A baixa visibilidade também foi mencionada por R59: “*O futebol feminino ainda não está bem visibilizado*”. Entre os treinadores, T6 relacionou a dificuldade de organizar categorias femininas específicas à quantidade de meninas disponíveis: “*ainda não dá para fazer uma competição feminina só Sub-8, só Sub-10, porque o quantitativo vai ser baixo*”.

A reduzida presença de meninas nas estruturas competitivas não deve, entretanto, ser interpretada automaticamente como ausência de interesse pela modalidade. Ferraz, Medaets e Altmann (2026) mostram que o desejo de jogar e a aprendizagem do futebol podem anteceder a existência de oportunidades institucionalizadas. Desse modo, a menor presença nas equipes e competições formais pode expressar não apenas preferências individuais, mas também dificuldades para transformar o interesse em uma trajetória esportiva organizada. No presente estudo, relatos de J32, J35, J53 e J58 mostraram que a relação com o futebol havia sido construída em experiências familiares e informais anteriores ao ingresso nas equipes. J35 associou sua trajetória à observação de familiares que jogavam: “*Minha mãe jogava society [...] eu ficava olhando ela jogando*”. J53, por sua vez, relatou que, ainda quando praticava balé, “*rasgava minha meia pra jogar futebol*” e “*arrancava a cabeça de boneca pra virar bola*”. Para essas jogadoras, portanto, o interesse pela modalidade antecedeu o ingresso nas equipes.

Da abertura formal ao acesso efetivo

Diante desse cenário, o futebol misto foi significado por treinadores e responsáveis como uma estratégia concreta de ampliação do acesso. T3 afirmou que “*a federação abraçou essa causa*” e ressaltou que “*a gente tem muito talento aqui, basta ter oportunidade*”. Na

mesma direção, T6 considerou que, diante da baixa oferta de alternativas para as meninas, *“a melhor forma de integrar elas é dessa forma, misto”*. Entre os responsáveis, R18 definiu a competição como *“uma oportunidade única que a menina tem”*, enquanto R67 destacou ser *“muito importante que a federação está dando oportunidade”*. Esses relatos mostram que a abertura da competição mista foi percebida como uma possibilidade de inserção das meninas em estruturas competitivas já existentes.

Essa percepção evidencia que as decisões regulamentares delimitam trajetórias esportivas possíveis. Hills et al. (2021), ao analisarem mudanças nas políticas de participação mista no futebol inglês, mostram que as regras estabelecidas pelas entidades responsáveis podem ampliar ou restringir as possibilidades de continuidade das meninas na modalidade. No contexto investigado, a regulamentação do futebol misto criou uma condição institucional de elegibilidade ao permitir que meninas fossem inscritas em equipes e competições já existentes. Essa abertura, contudo, não assegurava que todas as meninas autorizadas pela regra efetivamente conseguissem ingressar no contexto competitivo.

Os relatos permitem, portanto, distinguir abertura formal e acesso efetivo. A abertura formal ocorre quando a regulamentação autoriza a participação e os regulamentos da competição admitem a inscrição das meninas. O acesso efetivo exige a construção de oportunidades concretas, na qual a menina encontre uma equipe, seja convidada, aceita ou selecionada e disponha das condições necessárias para integrar os treinos e chegar à competição. O relato de R18 evidencia essa diferença. Segundo o responsável, em uma experiência anterior, a menina havia sido inscrita, a taxa de inscrição havia sido paga e ela estava *“apta para o jogo”*, mas, *“quando descobriram que ela era menina [...] simplesmente barraram ela”*. A situação provocou constrangimento e choro e levou o responsável a questionar: *“Como uma menina vai desenvolver se não tem oportunidade?”*. A autorização normativa, portanto, não eliminava as decisões organizacionais e relacionais que podiam permitir ou impedir a entrada efetiva das meninas no futebol.

Caminhos de ingresso e mediações do acesso

Entre essas mediações, destacaram-se as atuações dos responsáveis, treinadores e organizações esportivas. As meninas chegaram às equipes por diferentes caminhos: convites realizados pelos treinadores (T3, T6, T7), identificação de interesse ou potencial esportivo (T3, T6, T7, T10), participação em seletiva (T11) e inclusão de meninas que já frequentavam escolinhas abertas à sua participação (T4). Em alguns casos, os próprios treinadores buscavam jogadoras em outros projetos e articulavam sua entrada com as famílias, como relatado por T7.

Esses percursos mostram que o ingresso não resultava exclusivamente da iniciativa individual da jogadora, mas dependia de agentes capazes de aproximá-la das oportunidades existentes.

Os canais de entrada adotados pelas equipes apresentaram diferentes graus de abertura e seletividade. Em algumas escolinhas, as meninas interessadas eram incluídas sem um processo seletivo específico. T4 afirmou: *“As meninas que são alunas da escolinha e que os pais demonstram interesse em participar, a gente já inclui”*. Em outra equipe, meninas e meninos participaram de uma seletiva aberta, e as três meninas que compareceram foram incorporadas ao grupo (T11). Outros treinadores declararam selecionar pelo desempenho, afirmando utilizar os mesmos critérios para meninas e meninos. Para T1, *“quem se sobressair ganha a posição”*, enquanto T2 declarou que *“os melhores ficam para competir”*. Assim, os caminhos até a equipe variavam desde formas mais abertas de inclusão até processos orientados pelo desempenho.

Monteiro Júnior, Soares e Krahenbühl (2025) contribuem para compreender essa dimensão ao mostrarem que o ingresso e a continuidade esportiva são mediados por agentes sociais, especialmente familiares e treinadores. Nas etapas iniciais da formação, a família pode apresentar a modalidade, buscar oportunidades, autorizar a participação e oferecer condições materiais para que ela ocorra. O treinador, por sua vez, pode identificar, convidar, acolher e integrar a criança ao ambiente de prática. Dessa maneira, a abertura institucional somente se converte em ingresso concreto quando encontra mediações relacionais e materiais capazes de viabilizá-la.

No presente estudo, a mediação familiar não se limitou ao incentivo. T4, T6 e T7 mostraram que a incorporação das meninas às equipes envolvia diálogo e concordância dos responsáveis: T4 relatou que, antes da participação, explicava às famílias o funcionamento e os custos da competição; T6 afirmou que conversava com os pais e perguntava se havia interesse; e T7 descreveu a aproximação com os responsáveis ao convidar meninas identificadas em outros projetos. As próprias jogadoras também evidenciaram a dimensão prática desse apoio: J21, J33, J62 e J64 relacionaram sua participação ao transporte e ao acompanhamento familiar, enquanto J51 e J56 afirmaram que não teriam conseguido participar sem o apoio recebido.

Essas diferentes formas de ingresso mostram que ser elegível para participar da competição não equivale a obter as mesmas oportunidades. A abertura regulamentar permite que a menina seja considerada para o processo, mas sua incorporação continua condicionada às formas de entrada e aos critérios utilizados por cada organização. Além disso, a declaração de que meninas e meninos são avaliados pelos mesmos critérios descreve a lógica apresentada

pelos treinadores, mas não permite concluir, isoladamente, que tenham chegado ao processo com oportunidades anteriores equivalentes de formação, experiência e visibilidade.

A formação interna apareceu como outro caminho de acesso. T8 afirmou: *“Eu não seleciono não. Eu formo para poder jogar no nosso time”*. Nesse caso, o ingresso não dependia da busca por jogadoras já consideradas prontas, mas da existência de um processo formativo capaz de prepará-las para competir. A formação assumia, assim, dupla função: constituía uma experiência de aprendizagem e, simultaneamente, criava um canal de acesso para meninas que poderiam não atender, inicialmente, a processos centrados no desempenho imediato.

Os treinadores também ocupavam posição central na divulgação das vagas, na identificação de jogadoras, nos convites e nos processos de incorporação às equipes. Entretanto, a afirmação de que *“a gente acaba mais buscando por meninos”* (T11) evidencia que a abertura regulamentar podia coexistir com práticas tradicionais de recrutamento. O próprio treinador reconheceu que não havia sido divulgado nas redes sociais que meninas também poderiam participar. T8, por sua vez, defendeu maior atuação da federação e das escolas na divulgação das oportunidades destinadas às meninas.

Configura-se, assim, um ciclo no qual a baixa presença de meninas contribui para justificar a dificuldade de organizar equipes e competições específicas, enquanto a oferta reduzida, a divulgação limitada e o recrutamento predominantemente dirigido aos meninos dificultam o ingresso de novas participantes. Pankowiak et al. (2025) ajudam a problematizar esse processo ao mostrarem que a inclusão de meninas e mulheres pode ocorrer dentro de estruturas historicamente organizadas e controladas por meninos e homens, sem que recursos, prioridades e caminhos de participação sejam reorganizados de maneira equivalente. Embora investiguem outras modalidades e configurações organizacionais, seus achados permitem compreender que a abertura formal não elimina automaticamente desigualdades construídas anteriormente. A estrutura pode tornar-se mais aberta e, simultaneamente, continuar tomando os meninos como principal referência de recrutamento, investimento e organização.

Sob a perspectiva bioecológica, esses resultados permitem compreender o acesso como uma condição produzida na articulação entre diferentes contextos e relações, e não como consequência direta do interesse individual da menina ou da abertura regulamentar. As possibilidades estabelecidas institucionalmente precisam alcançar os ambientes nos quais a participação se concretiza, sendo mediadas pelas relações entre jogadoras, familiares, treinadores e organizações esportivas. Nesse processo, disponibilidade de equipes, formas de recrutamento, apoio familiar, critérios de seleção e recursos necessários à participação podem

ampliar ou restringir os caminhos pelos quais uma menina elegível efetivamente ingressa no futebol competitivo (Bronfenbrenner; Morris, 2006).

Dispensa etária: ampliação da elegibilidade e tensões no acesso

A disponibilidade concreta de jogadoras também condicionava as decisões das equipes. T7 relatou que pretendia utilizar *meninas mais velhas, mas que essa intenção não se concretizou porque elas não foram encontradas*: “A nossa ideia era essa, mas a gente não encontrou essas meninas”. A equipe recorreu, então, às participantes que já faziam parte do projeto. O relato evidencia que a utilização das possibilidades abertas pela regulamentação também dependia das meninas que já haviam conseguido chegar às estruturas de formação.

Nesse contexto, o Mecanismo de Dispensa Etária (MDE) apareceu como um mecanismo de ampliação da elegibilidade. Ao permitir que meninas mais velhas participassem de categorias inferiores às correspondentes à sua idade, o dispositivo ampliava o conjunto de meninas formalmente autorizadas a competir e podia criar possibilidades de continuidade competitiva em contextos nos quais não havia uma categoria correspondente disponível. A transformação dessa autorização em acesso efetivo, contudo, ainda dependia das decisões das equipes e da disponibilidade de jogadoras.

A utilização do MDE não foi homogênea entre os treinadores. T1 afirmou não buscar meninas mais velhas e priorizar aquelas que já integravam a equipe; T2 declarou que preferia manter as jogadoras em sua faixa etária, “*mesmo tendo autorização para jogar*”; e T9 afirmou não ter preferência por idade, recebendo meninas de diferentes faixas etárias. Em outra direção, T6 relatou utilizar o dispositivo e relacionou essa possibilidade à oferta de oportunidades e visibilidade, enquanto T8 considerou positiva a possibilidade de inserir jogadoras mais velhas nas categorias inferiores diante da reduzida presença de meninas nas competições.

Também variavam os sentidos atribuídos à utilização de meninas mais velhas. T4 afirmou não ter preferência por elas, mas reconheceu que, devido ao que percebia como maior porte físico, “*elas acabam tendo mais, às vezes, tempo de jogo*”. T5 relacionou a escolha de meninas mais velhas à experiência e ao amadurecimento. T10 foi mais explícito ao reconhecer preferência pelo mecanismo, afirmando que elas seriam “*mais maturadas que os meninos*”, poderiam prevalecer na força, destacar-se e contribuir mais para a equipe. Esses relatos não demonstram que meninas mais velhas apresentem necessariamente essas características, mas mostram como idade, experiência, maturidade e atributos físicos orientavam as interpretações de alguns treinadores sobre o MDE.

Martínková e Parry (2024) permitem compreender tanto a regulamentação da participação mista quanto a dispensa etária como regras de elegibilidade, pois esses dispositivos definem previamente quem está autorizado a compor determinado grupo competitivo. Para os autores, tais regras produzem simultaneamente inclusão e exclusão: ao ampliar as possibilidades de participação de determinado grupo, também estabelecem os limites dentro dos quais essa participação é permitida. No contexto investigado, o MDE flexibilizava o critério etário diante da insuficiência de competições destinadas às meninas, ampliando sua elegibilidade sem determinar, por si só, quem efetivamente ingressaria nas equipes.

Essa flexibilização introduzia, portanto, tensões relacionadas à forma como a regra era apropriada pelos agentes responsáveis por sua aplicação. Quando a idade mais elevada era interpretada pelos treinadores como indicativa de maior experiência, maturidade, porte físico ou possibilidade de contribuir imediatamente para o desempenho, determinados perfis de meninas podiam tornar-se mais valorizados dentro do conjunto de jogadoras elegíveis. Assim, uma regra criada para ampliar possibilidades de participação não eliminava os processos seletivos internos às equipes nem assegurava que todas as meninas formalmente beneficiadas pelo dispositivo encontrassem as mesmas condições de acesso.

A ampliação da elegibilidade pelo MDE também não eliminava a demanda por outras configurações competitivas. T10, embora reconhecesse a competição mista como uma forma de inclusão, defendeu que seria *“interessante ter campeonato feminino desde o Sub-8”*. Entre os responsáveis, também apareceram relatos sobre a escassez de projetos e competições destinadas exclusivamente às meninas. Desse modo, a valorização do futebol misto e do MDE coexistia com a defesa da ampliação de equipes, projetos e campeonatos femininos, indicando que uma única configuração competitiva não responde a todas as demandas de acesso.

Configuração e percepção do ambiente competitivo

A abertura institucional e o ingresso nas equipes constituem condições necessárias, mas não suficientes para compreender como a participação é vivenciada pelas meninas. Uma vez inseridas no contexto competitivo, suas experiências passam a depender também das relações estabelecidas com colegas, treinadores, responsáveis e demais adultos, bem como das práticas organizacionais que estruturam a competição. Nesse sentido, o acolhimento envolve não apenas a presença no ambiente esportivo, mas a incorporação das participantes às relações sociais e às atividades que constituem a experiência da equipe (Gjesdal; Hedenborg, 2021).

Jogadoras, responsáveis e treinadores descreveram experiências de acolhimento, respeito e integração, mas também cobranças excessivas, conflitos, manifestações de

preconceito, insegurança física e limitações estruturais. Essas dimensões podiam coexistir em uma mesma equipe ou competição. Assim, a forma como a participação foi vivenciada não decorreu simplesmente da composição mista das equipes, mas das relações estabelecidas entre crianças e adultos, das condições organizacionais e das formas de mediação presentes no contexto competitivo.

Acolhimento e reconhecimento da presença

Parte das jogadoras descreveu a participação com os meninos como uma experiência já incorporada ao seu cotidiano esportivo. Em seus relatos, o ambiente foi associado à normalidade, ao conforto e à familiaridade. J16 afirmou que a experiência era “*normal pra mim*” e que se sentia “*mais confortável quando eu tô no campo*”, enquanto J18 declarou sentir-se “*muito à vontade [...] como se estivesse na minha casa*”. J20 e J23 também descreveram o ambiente como normal ou tranquilo. Essas percepções indicam que, para algumas participantes, a presença em equipes e competições mistas já integrava sua experiência esportiva cotidiana e não era vivenciada como algo necessariamente excepcional.

À luz de Hills e Croston (2012), essas experiências podem ser compreendidas como deslocamentos das normas que apresentam determinadas práticas esportivas como naturalmente masculinas. Quando jogar com meninos é descrito como algo normal e o campo é percebido como um espaço familiar, a presença das meninas perde parte de seu caráter excepcional. Esse processo, contudo, não significa que as relações de gênero tenham sido superadas. A normalização pode coexistir com expectativas sobre habilidade, comportamento e formas consideradas legítimas de participação. Channon (2013) contribui para essa interpretação ao mostrar que, em contextos esportivos integrados, sexo e gênero não precisam constituir os critérios centrais para definir quem é reconhecido como participante legítimo; experiência, habilidade e compromisso também podem organizar as relações estabelecidas na prática.

O conforto relatado pelas jogadoras também esteve associado aos vínculos estabelecidos no ambiente imediato. J22 afirmou sentir-se “*bem, confortável porque meu primo joga comigo*”, enquanto J69 relatou: “*Me sinto bem acolhida. Meus amigos me incluem bem*”. Assim, o acolhimento não apareceu como uma propriedade automática da composição mista das equipes, mas como uma experiência produzida nas relações estabelecidas nesse contexto.

Esse resultado permite uma articulação mais direta com a perspectiva bioecológica. No modelo de Bronfenbrenner e Morris (2006), o contexto não atua sobre a criança como um cenário estático; as experiências de desenvolvimento são produzidas nas interações recorrentes entre a pessoa e aqueles com quem ela se relaciona nos ambientes imediatos. No contexto

investigado, colegas, treinadores e responsáveis compunham esses ambientes de interação. O acolhimento pode ser compreendido, portanto, como uma experiência relacional, produzida nas interações por meio das quais a menina era incluída, apoiada e reconhecida como integrante do grupo.

As amigas constituíam uma dimensão importante dessas relações. Além de atribuírem sentido à participação, elas também comunicam expectativas sobre os comportamentos valorizados e estabelecem fronteiras entre aqueles que são incluídos ou afastados das relações do grupo (Eliasson, 2011). No presente estudo, a inclusão pelos colegas estava associada à percepção de pertencimento, enquanto a presença de pessoas conhecidas oferecia referências relacionais em ambientes nos quais as meninas constituíam minoria.

Gjesdal e Hedenborg (2021) ajudam a aprofundar essa interpretação ao diferenciarem a presença formal da inclusão social e esportiva. Embora investiguem outro contexto esportivo, as autoras mostram que pertencer envolve tanto estabelecer relações significativas quanto participar das atividades regulares da equipe. Desse modo, o reconhecimento exige que a garota seja incorporada às interações e às experiências que organizam a prática esportiva.

Essa percepção também apareceu entre os responsáveis. R16 afirmou que a menina “*é bem recebida pelos colegas e professores*” e acrescentou que eles a apoiavam “*por mais que ela erre ou não*”, enquanto R51 descreveu “*um ambiente sadio*”, marcado pelo respeito entre crianças, responsáveis e treinadores. R18 sintetizou outra dimensão desse reconhecimento ao afirmar: “*Ela é uma atleta*”, independentemente de ser menina ou menino. Entre os treinadores, T2 avaliou sua experiência com a competição mista como “*muito bom [...] sem problema nenhum*”. Esses relatos mostram diferentes expressões do reconhecimento: acolhimento nas relações, apoio diante do erro, respeito no ambiente e identificação da menina como integrante legítima da prática esportiva.

O reconhecimento da presença também apareceu associado ao direito de ocupar o espaço competitivo. T6 afirmou que “*é direito dela ir*” e que, estando naquele ambiente, “*tem que ser respeitada da melhor forma possível*”. A fala desloca a participação da ideia de concessão para a de legitimidade: uma vez elegível e integrada à competição, a menina deve ser reconhecida como participante pertencente àquele espaço.

O acolhimento, entretanto, não foi vivenciado de maneira uniforme. A baixa presença de meninas podia coexistir com sentimentos de isolamento ou com o desejo de compartilhar a experiência com outras jogadoras. J35 afirmou: “*Eu me sinto só [...] olho pro pessoal jogando e só vejo menino*”, embora também relatasse sentir-se bem jogando naquele ambiente. J62 descreveu a experiência como “*mais ou menos legal, porque não tem nenhuma menina*” e

afirmou que gostaria de jogar “*num time só com menina*”. Esses relatos mostram que ser aceita no grupo não eliminava necessariamente o estranhamento decorrente de ocupar uma posição minoritária nem a importância de encontrar outras meninas com quem se identificar.

O reconhecimento da presença também não eliminou as hierarquias de gênero. Hills et al. (2021) mostram que ambientes mistos podem questionar expectativas que associam a competência esportiva aos meninos, mas também podem reproduzi-las nas relações cotidianas. No presente estudo, a incorporação das meninas às equipes coexistiu com situações, aprofundadas nas subcategorias seguintes, em que sua presença era comentada, questionada ou submetida a expectativas diferenciadas.

O reconhecimento abordado nesta subcategoria refere-se principalmente à legitimidade para integrar a equipe e ocupar o ambiente competitivo. Ele se distingue do reconhecimento das ações realizadas no jogo e da competência esportiva, discutido posteriormente. Uma menina pode ser aceita como integrante do grupo sem que sua habilidade seja reconhecida de maneira equivalente; da mesma forma, pode ter seu desempenho valorizado e ainda estar exposta a preconceitos ou constrangimentos.

Pressões adultas e legitimidade em disputa

Apesar das percepções positivas, os relatos mostraram que as competições infantis também eram atravessadas por cobranças, hostilidade e conflitos protagonizados por adultos. Os responsáveis identificaram comportamentos de familiares e torcedores que ultrapassavam aquilo que consideravam adequado a um ambiente destinado às crianças. R20 afirmou que “*os pais passaram do limite*” e relatou que a jogadora ficou “*desestabilizada com a torcida*”. R34, por sua vez, descreveu a competição como um “*ambiente muito pesado*” e concluiu: “*Não parece um ambiente infantil*”.

As próprias jogadoras perceberam essas tensões. J36 relatou que, após uma falta durante uma partida, pessoas da torcida passaram a xingá-la e a uma colega. J19 descreveu torcedores que “*pegam muito pesado*” e “*querem arranjar briga*”. Em outro episódio, J35 contou que, após realizar um carrinho em um menino adversário, a mãe dele passou a xingá-la da torcida: “*Ela começou a me xingar. Foi um monte de palavrão*”. A jogadora relatou que chorou, saiu de campo e, naquele momento, pensou: “*Não quero nem mais jogar mais depois desse jogo aí*”. Esses relatos mostram que os conflitos produzidos pelos adultos no entorno da partida eram percebidos pelas crianças e podiam afetar diretamente sua experiência competitiva.

Essas situações podem ser compreendidas à luz dos processos de adultização da competição. Eliasson (2015) mostra que, embora os adultos reconheçam a importância da

diversão no esporte infantil, expectativas relacionadas ao desenvolvimento, ao desempenho e ao resultado podem sobrepor-se aos sentidos valorizados pelas próprias crianças. No contexto investigado, essa tensão aparecia quando a competição deixava de ser apenas uma situação de disputa entre crianças e passava a ser acompanhada por cobranças, acusações, xingamentos e conflitos produzidos pelos adultos.

A pressão também aparecia na maneira como erros e resultados eram interpretados. J23 afirmou que, quando cometia uma falha, ficava *“muito triste”* e pensava que *“a culpa é minha”*. Entre os responsáveis, R46 relatou que, quando a menina falhava, chegava a ouvir *“foi culpa tua esse gol”*. Nesses casos, o erro deixava de constituir apenas uma ocorrência do jogo e podia ser acompanhado por culpabilização e exposição diante dos demais.

Hills e Croston (2012) mostram que, em atividades coletivas e competitivas, a exposição pública da competência pode produzir ansiedade e constrangimento, especialmente quando erros são submetidos ao julgamento dos outros. A pressão, portanto, não decorria apenas da ação realizada durante a partida, mas da maneira como ela era interpretada, comunicada e avaliada socialmente.

A crítica à adultização não implica negar a dimensão competitiva do esporte. O problema não estava na existência da disputa, da vitória, da derrota ou do esforço, mas nas formas pelas quais essas experiências eram mediadas. J51 sintetizou essa distinção ao afirmar que a competição *“deve ser um ambiente saudável, sem xingamentos [...] senão não é campeonato de criança”*. Sua fala delimita, a partir da perspectiva da própria jogadora, quais comportamentos considera compatíveis com um contexto competitivo infantil.

Sobre essas pressões incidiam ainda tensões especificamente relacionadas ao gênero. Os relatos permitem identificar tanto quem produzia determinados comentários quanto o conteúdo mobilizado para questionar ou desqualificar as meninas. J59 afirmou: *“Os meninos ficam me zoando só porque eu sou menina”*, acrescentando, contudo, que conseguia *“fazer tudo”*. J62 relatou que um menino lhe disse que *“o lugar de menina era na cozinha”*. J64 afirmou ter sido xingada pela torcida adversária, que disse que *“era pra eu lavar a louça”*. J69 também mencionou ter sofrido *“muito preconceito”* e relatou comentários como *“menina que sabe jogar bola é machuda”*; nesse caso, a participante não identificou quem havia realizado o comentário.

A regulamentação da competição permitia a participação das meninas, mas não eliminava normas culturais que continuavam associando o futebol à masculinidade. Eliasson (2011) demonstra que as diferenças entre meninas e meninos no futebol infantil são produzidas não apenas pelas práticas observadas, mas também pelos discursos e pelas formas como seus

desempenhos são comparados e valorizados. Mesmo diante de semelhanças nas ações realizadas, os meninos podem permanecer como referência presumida de competência. Dessa forma, os comentários dirigidos às meninas não operam apenas como ofensas isoladas: também comunicam expectativas sobre quem é considerado pertencente ao futebol e quais capacidades são previamente atribuídas a meninas e meninos.

As barreiras também apareceram em avaliações desiguais do desempenho e na percepção de que as meninas precisavam demonstrar maior competência para receber reconhecimento equivalente. R23 sintetizou essa exigência ao afirmar: “*Se para os meninos tem que ser 100%, você tem que ser 150*”. R34 relatou que, dentro da própria equipe, reclamaram “*muito mais com ela do que com o menino*”. A presença das meninas podia, portanto, ser aceita enquanto sua competência continuava submetida, em alguns relatos, a expectativas mais rigorosas.

O acolhimento, nesse sentido, podia coexistir com formas condicionais de reconhecimento. Hills e Croston (2012) mostram que meninas habilidosas podem ser mais facilmente aceitas em contextos integrados, questionando concepções de inferioridade feminina. Essa transformação, entretanto, permanece limitada quando essas meninas são tratadas como exceções, enquanto a associação mais ampla entre esporte, habilidade e masculinidade permanece preservada.

Essa posição envolve ainda uma exigência contraditória. Eliasson (2011) mostra que meninas podem ser incentivadas a corresponder a atributos valorizados no futebol, como força, competitividade e agressividade, ao mesmo tempo em que permanecem submetidas a expectativas de feminilidade. O relato de J69 torna essa tensão particularmente visível: sua capacidade de jogar aparece associada a uma expressão que questiona sua feminilidade — “*menina que sabe jogar bola é machuda*”. Assim, demonstrar competência não eliminava necessariamente o julgamento de gênero; em determinados casos, podia deslocá-lo para a maneira como a menina era percebida enquanto menina.

Os treinadores também reconheceram a persistência dessas resistências. T1 afirmou que “*a maior parte ainda não está acostumada*” e relatou reclamações de torcedores como “*a menina não corre, a menina não faz aquilo*”. Para T9, “*ainda é um preconceito muito grande de meninas jogando, principalmente com meninos*”, inclusive porque “*às vezes os pais não respeitam*”. Os adultos, portanto, ocupavam posições ambivalentes nesse ambiente: podiam oferecer apoio e proteção, mas também produzir ou reforçar questionamentos dirigidos às jogadoras.

Ao mesmo tempo, alguns treinadores atribuíram à convivência mista uma possibilidade educativa de enfrentamento dessas normas. T7 defendeu a necessidade de *“ensinar as crianças a não ser machista”* e afirmou que o futebol *“serve tanto para masculino como feminino”*. T8 considerou que essa convivência poderia *“quebrar preconceito”*.

Essas percepções não significam que a convivência, isoladamente, elimine desigualdades. Elas indicam que o ambiente misto pode constituir um contexto no qual os estereótipos são confrontados, desde que as relações sejam acompanhadas por mediações intencionais voltadas ao respeito e ao reconhecimento. Hills et al. (2021) mostram que a legitimidade das meninas nos contextos mistos é construída nas interações com colegas e adultos: mesmo quando as regras autorizam sua participação, os meninos podem permanecer como referência presumida de competência e as meninas podem ser chamadas a demonstrar reiteradamente que possuem condições de ocupar aquele espaço.

De modo semelhante, Pankowiak et al. (2025) mostram que iniciativas formais de inclusão podem coexistir com relações de poder e práticas organizacionais que preservam privilégios historicamente masculinos. As normas de gênero também participam da configuração de experiências esportivas seguras ou inseguras. Tuakli-Wosornu et al. (2024) ressaltam que concepções sobre aquilo que seria apropriado para meninas e meninos podem produzir hierarquias e vulnerabilidades no ambiente esportivo. Isso não significa classificar automaticamente toda cobrança, conflito ou comentário relatado como violência interpessoal, mas reconhecer que determinadas práticas podem produzir constrangimento, medo e deslegitimação.

No presente estudo, acolhimento e contestação não constituíram experiências mutuamente excludentes. O mesmo contexto no qual uma menina podia ser reconhecida como integrante da equipe também podia expô-la a comentários sexistas, avaliações desiguais ou questionamentos sobre sua competência e feminilidade. Assim, a legitimidade em disputa não se refere apenas à permissão para entrar em campo, mas ao reconhecimento cotidiano de que as meninas pertencem ao futebol sem precisar justificar continuamente sua presença.

Proteção e condições de participação

As situações de pressão, preconceito e insegurança evidenciaram que a participação das meninas também envolvia condições de proteção no ambiente competitivo. Nos relatos, essa proteção não se restringiu à prevenção de lesões, abrangendo respeito, segurança emocional, privacidade, organização dos espaços e intervenção dos adultos diante de conflitos e manifestações de preconceito. Sob a lente bioecológica adotada neste estudo, essas condições

podem ser compreendidas como produzidas nas relações entre as participantes e os agentes de seus ambientes imediatos, em articulação com práticas organizacionais e normas socioculturais mais amplas (Tuakli-Wosornu et al., 2024).

No que se refere às diferenças físicas e ao contato corporal, algumas jogadoras relataram experiências de tensão, agressividade e receio de se machucar. J33 definiu uma situação como “*tensa*”, mencionando “*menino vindo muito forte*”, embora também tenha destacado que sua equipe teve “*garra*”. J19 relatou: “*O menino me empurrou e minha perna torceu*”. Outras situações envolveram não apenas ações ocorridas no jogo, mas estímulos de adultos: J51 afirmou que “*o treinador do time adversário mandou quebrar todo mundo [...] quase me machucaram*”, enquanto J54 relatou que “*tinha um menino que a mãe dele pediu pra ficar me batendo*”. J58 também identificou “*agressividade*” e pancadas como aspecto negativo da experiência.

Entre os responsáveis, o receio diante das diferenças corporais percebidas também apareceu nos relatos. R32 avaliou a experiência da menina como positiva, mas afirmou que “*ao mesmo tempo ela tinha medo, ficava nervosa*”, associando esse sentimento “*à altura, ao tamanho dos meninos*”. Esses relatos expressam percepções concretas de risco e desconforto, mas não permitem concluir que a participação mista seja, por definição, insegura.

Hills et al. (2021) ajudam a evitar essa generalização ao mostrar que as experiências em contextos mistos são heterogêneas e atravessadas por diferentes percepções sobre contato físico, capacidade e segurança. No presente estudo, portanto, os relatos sobre força, tamanho e intensidade devem ser compreendidos como percepções construídas em situações específicas, e não como evidência de uma inferioridade física generalizada das meninas.

Os treinadores apresentaram posições distintas sobre a adequação da participação mista conforme a idade. T11 considerou-a adequada “*para a criança*”, mas afirmou que, entre os mais velhos, “*nem tanto*”, relacionando essa avaliação às diferenças percebidas de intensidade e características físicas. T3 afirmou defender que meninas e meninos realizassem as mesmas atividades, mas ressaltou a necessidade de observar “*se ela está preparada ou não para jogar competição*”. Sua fala evidencia uma distinção importante: oferecer igualdade de oportunidades não exige ignorar diferenças individuais de experiência, desenvolvimento ou preparação.

A proteção, nesse sentido, não significa reduzir as oportunidades das meninas, eliminar o contato corporal ou separá-las automaticamente dos meninos. Significa criar condições para que os desafios próprios da competição ocorram com respeito, mediação e possibilidade de intervenção diante de riscos ou constrangimentos. Ao mesmo tempo, medidas justificadas como

proteção podem tornar-se restritivas quando partem da suposição de que meninas são mais frágeis ou menos capazes. A tensão, portanto, reside em proteger sem transformar o cuidado em limitação da participação.

Hills e Croston (2012) mostram que relações mais inclusivas em ambientes esportivos mistos dependem de intervenções deliberadas, e não apenas da colocação de meninas e meninos no mesmo espaço. Sob essa perspectiva, a proteção não se realiza necessariamente pelo afastamento das meninas, mas também pela transformação das relações e das formas de organização que produzem exposição, desigualdade ou insegurança.

A segurança emocional constituiu outra dimensão relevante. Xingamentos, humilhações, culpabilização e comentários sexistas mostraram a necessidade de mediação dos adultos. T6 relatou orientar as meninas a comunicar situações desconfortáveis e afirmou que, caso acontecesse algo de que não gostassem, deveriam contar à equipe responsável para que a situação fosse resolvida. Também defendeu que as meninas fossem respeitadas dentro e fora do espaço de jogo. A fala evidencia uma concepção de cuidado que ultrapassa a preparação esportiva e inclui atenção às relações estabelecidas no ambiente. Tuakli-Wosornu et al. (2024) destacam que ambientes esportivos protegidos dependem de relações baseadas em confiança, comunicação e respeito. A possibilidade de expressar a própria voz e comunicar situações desconfortáveis constitui, portanto, uma dimensão da proteção.

A organização da competição também pareceu associada à percepção de segurança. R53 afirmou que as competições eram “*bem organizadas*” e avaliou que “*a segurança dela está boa*”. T2 igualmente relacionou sua percepção positiva do ambiente à organização promovida pela federação. A organização institucional aparecia, assim, como uma referência na percepção de segurança dos participantes. Por outro lado, a privacidade apareceu como uma condição específica da participação. J63 afirmou: “*Quando é pra trocar roupa, eu não me sinto muito bem [...] eu não gosto de trocar na frente de meninos*”. O relato mostra que a participação em campo não era necessariamente acompanhada pela adaptação dos demais espaços utilizados pela equipe. T8 mencionou como estratégia que as meninas “*viessessem vestidas de casa*”, solução que respondia imediatamente ao problema, mas também tornava visível a necessidade de considerar a privacidade na organização de ambientes mistos.

Nesse caso, a adaptação era realizada pelas próprias meninas, que modificavam sua rotina diante de uma estrutura que não havia sido organizada originalmente considerando sua presença. Pankowiak et al. (2025) contribuem para compreender que a inclusão em ambientes historicamente masculinizados requer mais do que autorização formal: demanda atenção às práticas e estruturas que organizam a experiência cotidiana. A privacidade e a disponibilidade

de espaços adequados constituem, nesse sentido, condições concretas para que a participação possa ocorrer sem constrangimento.

Os resultados também tensionam a ideia de que igualdade de tratamento seja suficiente para assegurar equidade. Condições como a baixa presença de meninas, manifestações de preconceito ou ausência de privacidade podem demandar respostas específicas, sem que essas diferenças sejam transformadas em justificativas para restringir a participação.

As preferências por ambientes destinados somente às meninas também apareceram nos relatos. R21 afirmou que *“deveria ter só o ambiente de menina”*, embora reconhecesse o misto como alternativa enquanto essa possibilidade não existia. R33 considerou *“melhor num ambiente específico pra menina”*, por entender que as participantes estariam em níveis mais próximos. Entre os treinadores, T4 e T9 também consideraram o ambiente exclusivamente feminino mais adequado em determinados aspectos, enquanto T10 avaliou positivamente a experiência mista, mas afirmou que um ambiente exclusivo poderia ser mais interessante em algumas situações.

Essas percepções não precisam ser interpretadas como rejeição ao futebol misto. Elas mostram que participantes atribuíam funções diferentes às configurações competitivas disponíveis. Enquanto o misto era reconhecido como oportunidade de participação diante da reduzida oferta destinada às meninas, espaços exclusivamente femininos eram associados, por alguns participantes, a maior identificação, equilíbrio ou segurança. Assim, os dados não indicam a superioridade necessária de um formato sobre o outro, mas a importância de ampliar as possibilidades disponíveis às jogadoras.

Produção das experiências e sustentação da participação

Os dois primeiros eixos mostraram que a participação das meninas se configurava pela articulação entre a abertura institucional, as possibilidades concretas de ingresso e as relações e condições encontradas no ambiente competitivo. Neste eixo, o foco recai sobre os sentidos construídos no decorrer dessa participação e sobre os suportes relacionados à sustentação do envolvimento das meninas no contexto investigado. Os relatos associaram a experiência competitiva a aprendizagens, realizações e formas de reconhecimento, além de evidenciarem a importância de suportes materiais, emocionais, sociais e pedagógicos.

Aprendizagens produzidas na experiência competitiva

A competição foi percebida como um contexto no qual as meninas podiam aprender não apenas conteúdos relacionados ao jogo, mas também formas de lidar com desafios, erros,

vitórias, derrotas e responsabilidades coletivas. Essa compreensão apareceu no relato de R20, para quem *“o que a gente ganha, a gente perde”* e, independentemente do resultado, *“tem que levar um aprendizado”*. Ao destacar que *“é a brincadeira mesmo. Não é profissional”*, a participante reconheceu a dimensão competitiva, mas a situou em uma experiência formativa compatível com a infância.

Essa interpretação aproxima-se da concepção de competição formativa discutida por Ortega Toro e Giménez-Egido (2025). Para os autores, a competição pode constituir um contexto de aprendizagem motora, cognitiva, emocional e social, mas seu potencial educativo não é automático. Ele depende da forma como o ambiente é organizado, das regras e dos valores que o orientam e das mediações presentes na experiência competitiva. Assim, vitórias, derrotas, erros e desafios podem integrar o processo formativo sem que o resultado constitua sua única referência.

Entre as jogadoras, a aprendizagem apareceu associada ao compromisso com a equipe e às oportunidades de participar das ações do jogo. J21 descreveu a experiência como uma *“energia positiva de jogar”*, relacionada a *“fazer o meu melhor”* e *“ajudar meu time”*. Competir, nesse caso, não significava apenas buscar uma realização individual, mas contribuir para aquilo que a equipe construía coletivamente. De modo semelhante, J36 valorizou a possibilidade de organizar a equipe e *“fazer defesas melhores”*, associando sua experiência à cooperação e à contribuição para o jogo.

Leonardo (2026) contribui para compreender essa dimensão ao propor que competir envolve compartilhar competências. As capacidades de cada participante são mobilizadas e testadas na relação com colegas e adversários e diante dos problemas concretos produzidos pelo jogo. Nessa perspectiva, disputa e cooperação não constituem necessariamente experiências opostas: mesmo quando as equipes buscam a vitória, a competição depende de competências colocadas em relação e do esforço compartilhado entre os participantes. Por isso, acumular experiências competitivas pode ampliar as oportunidades de aprender o esporte em seu contexto mais específico.

A aprendizagem relatada pelas participantes não estava associada apenas ao resultado, mas às oportunidades de agir, decidir e colaborar durante as partidas. Assim, a presença formal na competição não assegurava, por si só, a mesma diversidade de experiências de aprendizagem; era necessário que as meninas encontrassem oportunidades concretas de agir no jogo.

Parte das participantes também interpretou as exigências do ambiente misto como oportunidades de adaptação e aprendizagem. J32 afirmou: *“Vou me aprendendo mais, a ficar*

mais dura”, enquanto J33 declarou sentir-se “*mais forte [...] porque meninos são bem mais fortes*”. J35 relacionou sua preferência por jogar com meninos à percepção de que “*eles têm mais habilidade, correm mais*”, e J56 avaliou positivamente a experiência “*porque menino sabe jogar*”.

Entre os responsáveis, essa convivência também foi interpretada como preparação para experiências esportivas futuras. R23 afirmou que “*o ambiente masculino [...] prepara muito ela para o feminino*” e que “*treinar com homem faz você ficar mais cascuda*”. Em seu relato, o contato com esse ambiente era associado à preparação para lidar com exigências físicas, relacionais e competitivas posteriores.

Os treinadores apresentaram interpretações semelhantes. Para T1, o ambiente misto podia favorecer o desenvolvimento quando as meninas participavam de um jogo no qual a bola circulava e chegava até elas: “*A bola chega no pé, elas conseguem criar, jogar, finalizar*”. T2 considerou “*importante que seja essa mescla*” e expressou a expectativa de que, jogando com os meninos, as meninas chegassem a etapas futuras em níveis superiores de desenvolvimento.

Jogadoras, responsáveis e treinadores atribuíram ao ambiente misto sentidos de maior exigência, desafio e possibilidade de desenvolvimento. Hills et al. (2021) identificaram percepções semelhantes em experiências esportivas mistas, associadas ao desenvolvimento de habilidades, confiança e à dimensão física da prática. Esses benefícios percebidos, contudo, não demonstram que o formato misto seja necessariamente superior a outras configurações.

No presente estudo, há ainda uma dimensão de gênero importante na forma como essas aprendizagens foram interpretadas. Força, velocidade, habilidade, intensidade e qualidade do jogo foram frequentemente atribuídas aos meninos, que apareciam como parâmetro para interpretar a evolução das jogadoras. Por referencial de gênero entende-se, aqui, o conjunto de normas, expectativas e significados socialmente construídos que atribuem diferentes capacidades, comportamentos e posições a meninas e meninos e orientam a forma como suas ações são percebidas e valorizadas no futebol. Nesse caso, características associadas à competência e à exigência esportiva eram frequentemente vinculadas aos meninos, enquanto o desenvolvimento das meninas era interpretado pela aproximação a esse padrão.

Eliasson (2011) ajuda a compreender esse processo ao mostrar que tais hierarquias não decorrem simplesmente de diferenças observadas nas ações esportivas. Mesmo diante de semelhanças nas práticas, as experiências e os desempenhos dos meninos podem receber maior valor, contribuindo para a construção de meninos e homens como norma no ambiente futebolístico. Assim, afirmar que o misto foi percebido como mais exigente não equivale a reconhecer uma superioridade masculina natural. Os relatos permitem identificar, antes, que a

própria interpretação da aprendizagem estava atravessada por referências generificadas de competência.

Channon (2013) oferece uma possibilidade distinta de compreender a aprendizagem em contextos integrados. Em seu estudo, o valor de uma pessoa como parceira de prática não era definido necessariamente pelo gênero, mas por características como experiência, domínio técnico, movimento e conhecimentos que podiam ser compartilhados. Sob essa perspectiva, o potencial de um ambiente misto não reside na presença dos meninos em si, mas na possibilidade de interagir com diferentes parceiros, níveis de experiência, competências e problemas esportivos.

Essa distinção é importante porque a associação entre masculinidade, exigência e desenvolvimento pode reproduzir hierarquias mesmo quando a experiência é positivamente valorizada. DiCarlo (2016) identificou, no contexto do hóquei, discursos nos quais dureza, agressividade e capacidade de suportar cobranças eram associadas ao ambiente masculino, enquanto características atribuídas às mulheres eram interpretadas como sinais de fragilidade. Sua contribuição permite compreender que uma experiência percebida como significativa e formativa pode, simultaneamente, ser interpretada por meio de referências de gênero que valorizam o masculino e desvalorizam o feminino.

Desse modo, os relatos não demonstram que jogar com meninos tenha produzido necessariamente maior desenvolvimento. Eles mostram que jogadoras, responsáveis e treinadores atribuíram às exigências desse ambiente sentidos de adaptação, preparação e fortalecimento, relacionados às oportunidades de interagir com participantes com diferentes experiências e capacidades.

As experiências de aprendizagem também incluíram dificuldades e momentos em que a evolução não era percebida. R58 relatou que a menina voltava frustrada dos treinos e dizia: *“Eu ainda não sou boa, mãe”*, porque considerava que *“não conseguia evoluir”*. Diante disso, a responsável respondia: *“Você vai conseguir”*. O episódio mostra que a aprendizagem não foi vivida como um processo linear e que a dificuldade de perceber os próprios avanços podia produzir frustração e demandar apoio.

A percepção de progresso envolve não apenas aquilo que a criança consegue realizar, mas também a maneira como interpreta suas ações e dificuldades. Zeng, He e Guo (2026) discutem a autoeficácia como a crença na própria capacidade de organizar e executar as ações necessárias diante de determinada tarefa. No futebol infantil, os autores identificaram associações entre apoio social, autoeficácia e envolvimento na prática, embora o delineamento transversal do estudo não permita estabelecer relações causais. No episódio de R58, identifica-

se encorajamento familiar diante da percepção de dificuldade, sem que se possa atribuir a esse apoio maior confiança ou persistência.

Algo semelhante apareceu diante das pressões externas. R33 relatou que, inicialmente, a menina se afetava com os comentários da torcida, mas posteriormente passou a “*não ligar mais*”, sendo orientada a “*jogar teu futebol*”. Embora a hostilidade da torcida componha o ambiente discutido no Eixo 2, aqui o foco recai sobre a mudança relatada na forma de responder a essa experiência. Essa mudança não deve ser interpretada como evidência de que a hostilidade possuía valor educativo. Aprender a responder a situações adversas não exige transformar humilhação, medo ou pressão excessiva em instrumentos pedagógicos (Ortega-Toro; Giménez-Egido, 2025).

Os relatos dos treinadores mostraram, por sua vez, que as oportunidades de aprendizagem também dependiam de planejamento e mediação. T6 afirmou ser necessário “*fazer atividades que encaixem todos*”, “*não tentar excluir*” e compreender que “*o momento de errar é aqui*”. Também enfatizou a cooperação: “*Dentro do campo vocês têm que ser unidos para um ajudar o outro*”. Essas falas mostram uma preocupação em organizar situações que contemplassem diferentes níveis de experiência e oferecessem espaço para tentativa, erro e participação coletiva.

A adaptação das condições de prática constitui parte do processo de ensino-aprendizagem. Iglesias Domínguez, Giménez Fuentes-Guerra e Abad Robles (2025) mostram que modificações nas regras, nos espaços, nos equipamentos e no número de participantes podem alterar as oportunidades técnico-táticas e de participação oferecidas às crianças. Como o presente estudo não avaliou diretamente os efeitos de adaptações específicas, essa literatura sustenta uma interpretação mais delimitada: as oportunidades de aprender também são influenciadas pela forma como a prática é organizada.

A formação foi igualmente descrita como um processo contínuo. T3 afirmou que era necessário “*formar*”, conversar com os responsáveis, compreender o processo e ter “*paciência*”. T7, por sua vez, relacionou a continuidade do trabalho à possibilidade de “*capacitar*” e “*qualificar*” as meninas para experiências futuras. As falas deslocam o desenvolvimento de uma expectativa de efeito imediato para um processo que requer oportunidade, acompanhamento e tempo.

Hills e Croston (2012) reforçam que a simples presença conjunta de meninas e meninos não assegura oportunidades equivalentes de participação e aprendizagem, sendo necessárias formas de organização e mediação que possibilitem às crianças agir e experimentar a competição. Assim, o caráter formativo atribuído à competição esteve relacionado às

oportunidades de agir no jogo, enfrentar desafios, colaborar, lidar com erros e perceber progressos, bem como às mediações oferecidas por treinadores e responsáveis. Seu potencial formativo não decorria automaticamente da competição ou do formato misto, mas das experiências disponibilizadas e da maneira como eram organizadas e significadas pelos participantes.

Conquistas, reconhecimento e construção da competência

As experiências positivas relatadas pelas jogadoras estiveram frequentemente associadas à realização de ações concretas no jogo e aos resultados alcançados pelas equipes. Gols foram mencionados por J16, J18, J56, J62, J63 e J64; vitórias e conquistas apareceram nos relatos de J21, J22, J23, J33, J35, J55 e J60; enquanto outras participantes destacaram acertos nas jogadas e a própria possibilidade de intervir diretamente no jogo, como J46 e J67. J16 destacou “meu primeiro gol pelo amazonense” e o significou como um momento histórico por considerar ter sido a “primeira menina que fez gol no futebol misto”. J18 recordou um “gol de falta [...] na final”.

As vitórias e conquistas coletivas assumiram importância semelhante. J21 recordou ter vencido por “3 a 1”, J22 afirmou “ganhei a competição” e J33 destacou a vitória nas quartas de final. Para outras participantes, entretanto, uma situação positiva não precisava corresponder a uma realização excepcional. Ao ser questionada sobre uma experiência de que havia gostado, J67 respondeu simplesmente: “pegar a bola”. Sua fala mostra que a possibilidade de participar diretamente de uma ação do jogo já podia ser significada positivamente, mesmo sem resultar em gol, vitória ou destaque individual.

Essa diversidade de situações permite compreender a competência como algo mobilizado e experimentado nas próprias ações competitivas. Ao propor que competir envolve compartilhar competências, Leonardo (2026) destaca que as capacidades dos participantes são testadas nas relações estabelecidas com colegas e adversários. Nessa perspectiva, as oportunidades de agir permitem à criança experimentar aquilo que consegue realizar em situações concretas, perceber os efeitos de suas decisões e encontrar formas de contribuir para a equipe. A experiência de competência não se limita, portanto, ao resultado final, mas também às diferentes formas de agir e contribuir para o jogo.

A realização de uma ação considerada bem-sucedida também apareceu associada à maneira como algumas meninas percebiam a própria atuação. J46 afirmou: “Quando estou nervosa e acerto alguma, fico mais tranquila”. Nesse relato, o acerto foi associado a uma mudança imediata na forma como a jogadora se sentia diante da situação competitiva. O

conceito de autoeficácia ajuda a interpretar esse processo, uma vez que se refere à crença na própria capacidade de organizar e executar as ações exigidas em determinada situação. Experiências de realização podem fornecer referências a partir das quais a criança interpreta sua capacidade, enquanto o apoio e o encorajamento de pessoas significativas também participam dessa construção (Zeng; He; Guo, 2026).

Essa associação não significa que uma ação bem-sucedida produza uma percepção estável de competência. Zeng, He e Guo (2026) identificaram relações entre apoio social, autoeficácia e participação no futebol, mas seu delineamento transversal não permite estabelecer causalidade. No presente estudo, o acerto relatado por J46 esteve associado a maior tranquilidade naquele momento, sem permitir inferir uma transformação duradoura de sua autoeficácia.

Os responsáveis também atribuíram significado às realizações esportivas das meninas. R16 descreveu o primeiro gol como um acontecimento marcante: “Fez história [...] primeira atleta menina a fazer gol no futebol misto”. Outros responsáveis relacionaram situações positivas a gols, vitórias, defesas e reconhecimentos individuais: R18 valorizou um gol, R22 uma vitória, R32 um gol que “foi tudo pra ela”, R52 relatou que a menina “foi a melhor do campeonato”, R58 destacou as defesas realizadas e R59 afirmou que o registro do primeiro gol permanecia guardado. As realizações, assim, não adquiriam significado apenas para quem as realizava; também eram observadas, narradas e lembradas nas relações familiares.

Eliasson (2015) contribui para compreender essa dimensão ao mostrar que crianças, responsáveis e treinadores participam conjuntamente do processo de socialização esportiva e podem atribuir sentidos diferentes àquilo que consideram valioso no futebol infantil. Essas concepções orientam expectativas, interações e comportamentos entre os diferentes agentes. No presente estudo, o reconhecimento familiar acrescentava às ações realizadas no jogo um significado relacional: um gol, uma defesa ou uma vitória podia tornar-se também uma memória compartilhada e uma forma de comunicar à menina que aquilo que realizava era percebido como relevante por pessoas significativas.

A participação em uma competição oficial também apareceu investida de significado. R58 descreveu como “um sonho” acompanhar a menina em uma competição de gramado e “ver a nossa filha assinando o contrato”, concluindo: “Isso é maravilhoso”. A fala mostra que, para essa responsável, o valor da experiência não estava somente nas ações realizadas durante as partidas, mas também na formalização da participação em um contexto competitivo reconhecido. A expressão “assinando o contrato” é preservada como utilizada pela participante e não deve ser interpretada como evidência de profissionalização.

Outros relatos mostraram que a participação podia estar associada à circulação por novos espaços esportivos. J34 relacionou uma experiência positiva à possibilidade de viajar para disputar uma competição no Rio de Janeiro: “Vamos jogar a competição no Rio de Janeiro [...] foi muito boa”. J51, por sua vez, relacionou a visibilidade das meninas na competição a uma nova experiência: “O pessoal da FAF falou muito sobre as meninas no futebol [...] agora vou jogar outro campeonato da FAF, o Sub-15”. Aqui, diferentemente do Eixo 1, o foco recai sobre possibilidades que surgiram depois do ingresso no futebol competitivo.

Na perspectiva dos treinadores, o reconhecimento apareceu associado à contribuição concreta de determinadas meninas para as equipes. T1 afirmou que a presença das jogadoras não exigia alteração em seu planejamento e destacou que, em determinadas situações, “na bola parada quem resolve é ela”. T8 descreveu uma jogadora como “uma menina referência”, ressaltando suas qualidades físicas, técnicas e sua compreensão do jogo, e acrescentou: “ela ajuda os meninos”.

Esses relatos deslocam o reconhecimento da legitimidade da presença, discutida no Eixo 2, para o reconhecimento das ações e da contribuição esportiva. Uma menina pode ser aceita como integrante de uma equipe sem que sua competência seja necessariamente valorizada. Nos relatos de T1 e T8, determinadas jogadoras eram explicitamente reconhecidas pelo que realizavam e por sua contribuição ao jogo coletivo.

As condições desse reconhecimento, entretanto, também precisam ser problematizadas. Hills e Croston (2012) mostram que meninas consideradas habilidosas podem encontrar maior aceitação em contextos integrados e, desse modo, desafiar pressupostos sobre menor competência feminina. Essa transformação pode permanecer limitada, contudo, quando algumas meninas são admitidas como exceções habilidosas enquanto os meninos continuam funcionando como referência geral de competência.

Nesse sentido, a descrição de uma jogadora como ‘uma menina referência’ reconhece sua capacidade, mas também evidencia que o reconhecimento pode estar relacionado à demonstração evidente de competência. Eliasson (2011) ajuda a compreender essa tensão ao mostrar que, mesmo diante de semelhanças nas práticas esportivas, as experiências e os desempenhos dos meninos podem receber maior valor e constituirlos como norma no futebol infantil. Nessa perspectiva, a expressão “ela ajuda os meninos” reconhece a contribuição da jogadora, mas, ao mesmo tempo, mantém os meninos como referência discursiva em relação à qual essa contribuição é apresentada. O reconhecimento da competência das meninas pode, portanto, desafiar hierarquias de gênero sem necessariamente eliminá-las.

Redes de apoio e sustentação do envolvimento

As experiências de aprendizagem e reconhecimento não foram construídas de maneira isolada. Depois do ingresso nas equipes, o envolvimento das meninas continuava relacionado a condições materiais, emocionais, sociais e pedagógicas oferecidas por responsáveis, colegas, treinadores e projetos. Nesta subcategoria, portanto, o foco não recai novamente sobre aquilo que possibilitou o acesso inicial, mas sobre as relações e recursos que acompanhavam a experiência depois que as meninas já estavam inseridas no futebol competitivo. A perspectiva bioecológica contribui para compreender essa sustentação como um processo relacional e contextual, em consonância com Zeng, He e Guo (2026), que identificaram relações entre apoio familiar, apoio dos pares, autoeficácia e participação no futebol infantil.

O suporte familiar apresentava uma dimensão prática e recorrente. J21 afirmou: “Eu tô aqui por causa da minha avó [...] ela me traz [...] ela que me apoia muito”. J33 relatou: “Meu pai me leva sempre pros treinos [...] a gente não falta nenhum”, enquanto J62 destacou que seus familiares a levavam “para o jogo” e “para o treino”. J64 também relacionou o apoio ao transporte e à presença nas competições: “Me leva pra treinos [...] vem aqui pra gritar por mim”. J59, por sua vez, relatou que os familiares adquiriam os materiais necessários “pouco a pouco”.

Esses relatos mostram que, mesmo depois de integradas às equipes, as meninas continuavam dependendo de recursos e ações familiares para comparecer regularmente às atividades. Essa é também a diferença em relação ao Eixo 1. Na discussão sobre o acesso, autorização, transporte, investimento e diálogo com os responsáveis apareceram como mediações capazes de tornar o ingresso possível. Aqui, essas ações são retomadas por sua recorrência depois do ingresso: chegar aos treinos e jogos, dispor dos materiais necessários e contar com acompanhamento continuavam sendo condições relevantes enquanto a experiência esportiva acontecia.

Gjesdal e Hedenborg (2021) reforçam que o envolvimento esportivo não depende exclusivamente da motivação individual, mas também de recursos, equipamentos e condições organizacionais que possibilitem a participação regular.

O apoio familiar também apareceu em sua dimensão emocional. J51 afirmou: “Sem a minha família eu não conseguiria ter jogado”, enquanto J56 declarou que, sem o apoio recebido, “não estaria aqui agora”. R35 relacionou sua disposição para apoiar ao próprio interesse da menina: “Ela que gosta de futebol”, “é o sonho dela” e “até onde ela quiser jogar, estarei apoiando”. Nesses relatos, o suporte não se limitava a viabilizar deslocamentos ou materiais; envolvia reconhecer o interesse da criança e comunicar disponibilidade para acompanhá-la em sua experiência esportiva.

As fontes desse apoio também não se restringiam aos pais. Nos relatos, mães, pais, avós e outros familiares apareciam oferecendo incentivo, acompanhamento ou ajuda prática. Em alguns casos, o suporte incluía orientação sobre o próprio jogo. J16 afirmou que seus familiares “me ensinam, me falam o que eu devo fazer”, enquanto J32 relatou receber ajuda e treinar com o pai. As relações familiares podiam, assim, combinar apoio afetivo, condições práticas e orientação esportiva.

Zeng, He e Guo (2026) mostram que o apoio dos responsáveis pode envolver encorajamento, comunicação e ajuda prática, em associação com autoeficácia e participação no futebol. Como o estudo possui delineamento transversal, essas relações não permitem estabelecer causalidade.

Essa cautela também é importante porque o envolvimento adulto não é necessariamente positivo em todas as suas formas. Como discutido no Eixo 2, responsáveis e outros adultos também podiam produzir cobranças, conflitos e pressões. Eliasson (2015) mostra que crianças, responsáveis e treinadores podem atribuir sentidos diferentes ao futebol infantil. Desse modo, orientação, incentivo e acompanhamento podem constituir suporte, mas seu significado depende da maneira como são vivenciados pela própria criança.

Os vínculos entre pares também atribuíram sentido à experiência. J20 destacou como situação positiva “jogar de novo com meus amigos”. J53 relatou: “Descobri que tinha menina jogando aqui [...] viramos amigas”, enquanto J54 valorizou “ficar com meus amigos e jogar”. Esses relatos mostram que conviver com colegas e construir amizades constituíam parte daquilo que as meninas valorizavam na participação.

Essa dimensão se aproxima do acolhimento discutido no Eixo 2, mas cumpre aqui outra função analítica. Naquele eixo, as amigas ajudaram a compreender como as meninas eram incorporadas às relações e percebiam sua posição no ambiente. Aqui, aparecem como parte dos sentidos atribuídos à experiência depois do ingresso: jogar também significava encontrar amigos, construir novas relações e compartilhar a prática com pessoas significativas.

Eliasson (2015) identificou que estar com amigos constitui uma dimensão fortemente valorizada pelas próprias crianças no futebol infantil. A autora mostra que a convivência entre pares não ocupa uma posição periférica diante dos objetivos esportivos, mas integra a própria lógica social da experiência. Gjesdal e Hedenborg (2021), de maneira semelhante, identificaram que relações significativas e pertencimento ao grupo estavam relacionados ao envolvimento das participantes nas atividades esportivas.

Os treinadores e os projetos constituíam outra dimensão dessa rede. Os relatos sobre planejamento, adaptação das atividades, paciência e progressão mostraram que a experiência

precisava ser acompanhada por oportunidades de aprendizagem. T6 destacou a necessidade de “fazer atividades que encaixem todos”, “não tentar excluir” e reconhecer que “o momento de errar é aqui”. T7, por sua vez, relacionou a continuidade do trabalho à possibilidade de “capacitar” e “qualificar” as meninas para experiências futuras.

Os treinadores, assim, organizavam parte das situações nas quais as meninas podiam participar, tentar, errar e perceber suas próprias possibilidades. Essas condições pedagógicas compunham o ambiente em que construíam sua relação com o futebol.

Gjesdal e Hedenborg (2021) mostram que o acesso a uma organização esportiva precisa ser acompanhado pela incorporação das participantes às atividades regulares e por oportunidades de desenvolvimento. Essa contribuição ajuda a compreender por que integrar formalmente uma equipe não encerra o processo de inclusão: é necessário que a participante também encontre possibilidades concretas de praticar, interagir e construir competência.

Monteiro Júnior, Soares e Krahenbühl (2025), ao investigarem trajetórias esportivas no handebol, identificaram igualmente a atuação articulada de familiares, treinadores e colegas. Embora o estudo examine outro contexto e trajetórias mais prolongadas, seus resultados contribuem para compreender que o envolvimento esportivo não depende de um único agente: diferentes relações podem assumir funções distintas ao longo da experiência.

Essa interdependência também se aproxima do triângulo esportivo no qual crianças, responsáveis e treinadores participam conjuntamente da socialização esportiva e influenciam a experiência uns dos outros (Eliasson, 2015). Pela perspectiva bioecológica, essas interações recorrentes nos ambientes imediatos constituem processos relevantes para o desenvolvimento, cujos sentidos dependem das características das pessoas, das relações estabelecidas, das condições do contexto e de sua continuidade ao longo do tempo (Bronfenbrenner; Morris, 2006).

A sustentação do envolvimento deve ser compreendida, portanto, como um processo relacional e contextual, e não como uma característica permanente da menina ou simples consequência de ‘gostar de futebol’. No contexto investigado, esse envolvimento se construía na articulação entre os suportes encontrados e a própria atuação das meninas ao expressarem preferências, construírem vínculos, enfrentarem dificuldades e atribuírem sentidos às experiências vividas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como jogadoras, responsáveis e treinadores percebem as condições de participação de meninas em competições mistas de futebol nas etapas de iniciação esportiva. Os resultados evidenciam que essa participação não pode ser compreendida apenas pela autorização regulamentar para competir. A elegibilidade amplia possibilidades, mas sua transformação em acesso depende da existência de equipes, dos caminhos de ingresso, das decisões dos agentes envolvidos e das condições materiais e relacionais que possibilitam a inserção das meninas no futebol competitivo.

Uma das principais contribuições do estudo está, portanto, na distinção entre elegibilidade, acesso e experiência de participação. Mesmo após o ingresso, a composição mista das equipes não determina, por si só, o caráter inclusivo da experiência. A participação podia envolver acolhimento, aprendizagem, realizações e reconhecimento e, simultaneamente, coexistir com pressões adultas, manifestações de preconceito, avaliações diferenciadas e limitações nas condições de proteção. Da mesma forma, embora o ambiente misto tenha sido percebido por alguns participantes como desafiador e formativo, esses relatos não permitem afirmar sua superioridade em relação a outras configurações competitivas e também revelam referências de gênero que mantinham os meninos como parâmetro de competência.

A perspectiva bioecológica contribuiu para compreender essas experiências como relacionais e contextuais. Responsáveis, colegas e treinadores participavam das condições materiais, emocionais, sociais e pedagógicas que acompanhavam o envolvimento das meninas, ao mesmo tempo em que essas relações eram atravessadas pelas formas de organização da competição e por normas culturais de gênero. Desse modo, a sustentação do envolvimento não pode ser atribuída exclusivamente ao interesse individual das meninas ou à atuação de um único agente.

Os achados devem ser interpretados considerando que o estudo foi realizado em uma competição específica, em duas categorias de iniciação esportiva e em um contexto regional determinado. As análises se fundamentaram nas percepções relatadas pelos participantes, sem observação direta de todas as situações descritas, e o delineamento não acompanhou longitudinalmente as jogadoras. Assim, os suportes identificados podem ser compreendidos como condições presentes durante a experiência investigada, mas não como fatores que determinaram sua permanência futura. Além disso, o modelo bioecológico foi empregado como lente interpretativa, sem a pretensão de operacionalizar integralmente todos os componentes do PPCT.

Em termos práticos, ampliar a participação de meninas no futebol exige mais do que flexibilizar regras de elegibilidade. Requer ampliar e divulgar oportunidades, organizar espaços adequados e seguros, qualificar as mediações realizadas por treinadores e demais adultos e oferecer diferentes possibilidades de participação às meninas. A inclusão, portanto, não se encerra quando uma regra autoriza sua presença ou quando uma menina passa a integrar uma equipe; ela se concretiza nas relações, decisões e condições cotidianas que permitem que essa possibilidade institucional se transforme em uma experiência esportiva efetivamente vivida.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The Bioecological Model of Human Development. In: DAMON, William; LERNER, Richard M. (Orgs.). **Handbook of Child Psychology: Theoretical Models of Human Development**. 6. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2006. v. 1 p. 793–828.

CHANNON, Alex Guy. Enter the discourse: exploring the discursive roots of inclusivity in mixed-sex martial arts. **Sport in Society**, v. 16, n. 10, p. 1293–1308, dez. 2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Resolução da Presidência RDP nº 01/2023: institui o futebol misto no âmbito do futebol amador (não profissional) e introduz o mecanismo da dispensa etária (MDE), como ferramenta para promover a prática do futebol por atletas femininas no Brasil**. Rio de Janeiro: CBF, 2023.

DICARLO, Danielle. Playing like a girl? The negotiation of gender and sexual identity among female ice hockey athletes on male teams. **Sport in Society**, v. 19, n. 8–9, p. 1363–1373, 20 out. 2016.

ELIASSON, Inger. Gendered socialization among girls and boys in children's football teams in Sweden. **Soccer and Society**, v. 12, n. 6, p. 820–833, nov. 2011.

ELIASSON, Inger. “In different sports worlds”: Socialisation among children, coaches, and parents in girls' and boys' football teams. **European Journal for Sport and Society**, v. 12, n. 2, p. 187–214, 1 jan. 2015.

FERRAZ, Adilce J. Veiga; MEDAETS, Chantal; ALTMANN, Helena. “Mulheres (indígenas) que Amam Futebol”: Jogo, sociabilidade e participação política em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. **Anuário Antropológico**, v. 51, p. e16a7o, 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GJESDAL, Siv; HEDENBORG, Susanna. Engaging Minority Girls in Organized Youth Sport in Norway: A Case Study of a Project That Worked. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 3, p. 781142, 2021.

HILLS, Laura A. *et al.* 'It's not like she's from another planet': Undoing gender/redoin policy in mixed football. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 56, n. 5, p. 658–676, 1 ago. 2021.

HILLS, Laura A.; CROSTON, Amanda. 'It should be better all together': Exploring strategies for "undoing" gender in coeducational physical education. **Sport, Education and Society**, v. 17, n. 5, p. 591–605, 2012.

IGLESIAS DOMÍNGUEZ, David; GIMÉNEZ FUENTES-GUERRA, Fco. Javier; ABAD ROBLES, Manuel Tomás. Beneficios de la modificación de las reglas en la enseñanza del deporte base: una revisión sistemática. **JUMP**, n. 11, p. e9657, 4 jul. 2025.

LEONARDO, Lucas. O que podemos aprender com o Paradesporto? Reflexões e implicações para uma pedagogia da competição infantojuvenil. *In*: LEONARDO, Lucas *et al.* (Orgs.). **Pedagogia da Competição: experiências e aplicações em diferentes contextos esportivos**. Manaus: Talu Educacional, 2026. p. 17–39.

LEONARDO, Lucas; KRAHENBÜHL, Tathiane; SCAGLIA, Alcides José. Validação e confiabilidade metodológica na pesquisa qualitativa: aplicações a um estudo em pedagogia do esporte. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1–22, 6 jul. 2023.

MARTÍNKOVÁ, Irena; PARRY, Jim. Regras de elegibilidade no esporte. **Movimento**, v. 30, p. e30055, 2024.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: Intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Movimento**, v. 27, p. e27006, 2021.

MAYRING, Philipp. **Qualitative Content Analysis: Theoretical Foundation, Basic Procedures and Software Solution**. Klagenfurt: 2014.

MONTEIRO JÚNIOR, Iron Alves; SOARES, Emilly Larissa Lopes; KRAHENBÜHL, Tathiane. A influência dos agentes sociais na trajetória esportiva de atletas de handebol: um estudo com jovens atletas do Paraná. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 47, p. e20250073, 2025.

ORTEGA TORO, Enrique; GIMÉNEZ-EGIDO, José María. La Competición como Medio Formativo en Etapas de Iniciación Deportiva: Propuesta Inicial de Fundamentos, Principios y Orientaciones. **e-Motion: Revista de Educación, Motricidad e Investigación**, n. 25, p. 28–37, 5 dez. 2025.

PANKOWIAK, Aurélie *et al.* A socio-ecological approach to understanding the experiences of women and girls playing male-dominated sports. **Sport in Society**, v. 28, n. 9, p. 1248–1267, 2025.

TUAKLI-WOSORNU, Yetsa A. *et al.* IOC consensus statement: interpersonal violence and safeguarding in sport. **British Journal of Sports Medicine**, v. 58, n. 22, p. 1322–1344, 28 nov. 2024.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZENG, Xiancheng; HE, Wei; GUO, Zhigang. A psychological network analysis of parental and peer support on children's football participation: the bridging role of self-efficacy. **Frontiers in Psychology**, v. 17, p. 1818293, 2026.

6 SÍNTESE E DISCUSSÃO INTEGRATIVA

A interpretação dos achados desta dissertação foi inicialmente ancorada na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, buscando compreender o fenômeno de maneira contextualizada e relacional. A leitura de *Formas de narrar um corpo*, de Rita Von Huntz (2026), é mobilizada nesta síntese como uma contribuição complementar, capaz de aprofundar questões que emergiram dos próprios resultados, especialmente aquelas relacionadas à produção histórica dos significados atribuídos aos corpos, às capacidades e às possibilidades de participação.

O panorama documental desta dissertação mostrou uma ampliação recente da presença de meninas nos registros das competições mistas, acompanhada pela utilização expressiva do MDE. Entretanto, os dados documentais também evidenciaram um limite: estar cadastrada não permite afirmar que a menina tenha efetivamente acessado a competição ou participado dela. As entrevistas aprofundaram essa distinção ao mostrar que, mesmo diante da autorização regulamentar, o ingresso no futebol depende de mediações concretas, como encontrar uma equipe, ser aceita e contar com apoio para participar. Essa relação entre autorização e ocupação do espaço pode ser aprofundada a partir de Von Huntz (2026), que questiona a existência de espaços que sejam, por si mesmos, possíveis ou impossíveis de serem ocupados por determinados sujeitos e argumenta que sua ocupação decorre de “trajetórias históricas e materiais” que ajudam a explicar também seu monopólio por determinados grupos (p. 20-21). No contexto desta dissertação, essa perspectiva permite compreender o futebol não como um espaço naturalmente masculino, mas como um espaço historicamente ocupado predominantemente por meninos e homens. A regulamentação das competições mistas modifica uma das condições dessa ocupação ao ampliar formalmente a possibilidade de presença das meninas, sem que essa autorização, por si só, assegure seu acesso efetivo e sua participação.

Os resultados do Estudo 3 mostraram que a participação no futebol misto não era apenas vivenciada, mas também interpretada de maneiras distintas pelos agentes envolvidos. Para algumas jogadoras, compartilhar o espaço competitivo com os meninos aparecia como parte habitual de sua experiência esportiva; para outras, essa mesma participação coexistia com sentimentos de isolamento, questionamentos sobre sua competência e manifestações de preconceito. Os próprios treinadores também recorriam a categorias como machismo e preconceito para interpretar determinadas relações observadas nesse ambiente. Assim, compreende-se que os sentidos atribuídos às experiências não são produzidos exclusivamente

no plano individual, mas também a partir dos repertórios sociais e históricos disponíveis para reconhecê-las e nomeá-las.

É nesse sentido que a dimensão histórica discutida por Von Huntz (2026) contribui para aprofundar a interpretação. Ao apresentar uma perspectiva pragmática, a autora propõe compreender aquilo que socialmente se apresenta como algo que “é” a partir de sua história e de sua trajetória, destacando que os discursos se encontram em disputa e se relacionam a projetos de poder (p. 33). Essa discussão é aprofundada pela compreensão de que identidades e experiências são interpretadas a partir de redes de significados historicamente situadas (p. 34). Assim, quando participantes desta pesquisa nomeiam determinadas situações como machismo ou preconceito, mobilizam categorias disponíveis naquele contexto para reconhecer e interpretar relações vivenciadas no futebol. A própria possibilidade de participar de competições mistas, questionar formas de tratamento e reivindicar presença nesse espaço também precisa ser compreendida nas condições históricas em que essas ações se tornam possíveis.

Essa historicidade também impede que a predominância masculina no futebol seja tratada como natural ou inevitável. Ao mobilizar Rita Segato, Von Huntz (2026, p. 35) apresenta o patriarcado como uma “gramática” que articula masculino e feminino em uma hierarquia de poder. No contexto desta dissertação, essa perspectiva permite compreender que as relações de gênero presentes no futebol são socialmente produzidas e, portanto, também passíveis de transformação. A ampliação da presença de meninas, a regulamentação das competições mistas e as disputas em torno de suas condições de participação podem ser compreendidas como parte desse processo.

No Estudo 3, algumas interpretações dos agentes sobre a experiência das meninas sugerem que a convivência esportiva com os meninos também é utilizada como referência para atribuir valor às capacidades desenvolvidas. A expressão de que jogar com eles faz a menina ficar mais “cascuda”, por exemplo, valoriza características como força, resistência ou capacidade, mas também permite questionar a partir de quem essas qualidades são reconhecidas. Essa questão pode ser aprofundada pela discussão mobilizada por Von Huntz (2026, p. 27) acerca da produção social de posições em que “um é representação, o outro é diferença”. Essa formulação pode ser articulada à noção de gênero como tecnologia, proposta por Teresa de Lauretis e mobilizada por Von Huntz (2026, p. 39), pela qual gênero envolve processos de representação e construção social que podem adquirir aparência de naturalidade. Transportada para o contexto desta dissertação, essa discussão permite perguntar se, em

determinadas relações do futebol misto, o menino ocupa a posição de referência a partir da qual a menina é interpretada.

Essa leitura também dialoga com a discussão sobre o etnocentrismo apresentada por Von Huntz (2026, p. 56), segundo a qual grupos podem interpretar outras formas de existência a partir de sua própria matriz de valores e significados. No contexto investigado, isso permite compreender que a menina não é apenas reconhecida como forte ou competente, mas pode ter essas qualidades valorizadas por sua aproximação a atributos previamente associados aos meninos. O “fica cascuda” torna-se, assim, particularmente expressivo porque evidencia que a valorização da experiência da menina pode ocorrer a partir de uma referência masculina de competência. A questão, portanto, não está apenas em reconhecer diferenças entre meninas e meninos, mas em compreender qual referência é mobilizada para atribuir valor a essas diferenças.

Os resultados do Estudo 2 tornam especialmente relevante distinguir a existência de diferenças corporais da interpretação produzida sobre elas. As oportunidades de participação estiveram relacionadas tanto a características maturacionais quanto à avaliação atribuída pelos treinadores. Isso não significa que a maturação determine a avaliação do treinador ou que esta explique causalmente a distribuição do tempo de jogo, mas evidencia que características das jogadoras, percepções dos agentes e oportunidades recebidas se relacionam dentro do mesmo contexto competitivo. Nesse processo, o treinador ocupa uma posição particularmente importante, pois observa as jogadoras, constrói avaliações sobre suas capacidades e, ao mesmo tempo, toma decisões de escalação e substituição que interferem diretamente na distribuição das oportunidades.

É nesse ponto que as discussões mobilizadas por Von Huntz (2026) contribuem para interpretar esses achados. Ao dialogar com Teresa de Lauretis, a autora discute processos pelos quais construções sociais podem ser “mistificadas como natural” (p. 39). Mais adiante, ao apresentar a contribuição de Oyèrónké Oyěwùmí, mobiliza a noção de “raciocínio corporal”, definida como “a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social” (p. 43). As diferenças maturacionais entre as jogadoras correspondem a processos biológicos, mas não carregam, por si mesmas, significados de maior ou menor competência esportiva. Uma característica corporal pode ser interpretada como sinal de força, prontidão ou capacidade para contribuir com a equipe e, por essa via, adquirir significado nas decisões esportivas. Assim, a diferença biológica não constitui automaticamente a desigualdade, visto que esta pode ser produzida quando determinadas diferenças são interpretadas, valorizadas e convertidas em critérios para distribuir oportunidades.

Essa leitura ganha força quando articulada ao ranking atribuído pelos treinadores. As jogadoras mais bem avaliadas tenderam a apresentar maiores oportunidades de participação, mostrando que a percepção construída sobre quem é considerado mais capaz possui consequências concretas na distribuição do tempo de jogo. O resultado não permite afirmar que essa avaliação decorra diretamente da maturação ou do gênero, mas evidencia que a oportunidade de jogar não se produz apenas a partir de uma característica individual isolada, ela também passa pela interpretação de quem observa, avalia e decide.

Essa interpretação também permite aproximar os Estudos 2 e 3. Enquanto o Estudo 2 mostrou que a avaliação produzida pelo treinador se relaciona à distribuição das oportunidades entre as jogadoras que já participam da competição, o Estudo 3 evidenciou que o próprio acesso ao futebol depende de mediações de agentes sociais, especialmente familiares e treinadores. Dessa forma, os significados atribuídos ao futebol, aos corpos e às capacidades podem atravessar diferentes dimensões da participação: antes da entrada, ao favorecer ou restringir as possibilidades de acesso; e, depois dela, ao participar das avaliações e decisões pelas quais as oportunidades são distribuídas. Isso não significa que os mesmos mecanismos expliquem ambos os processos, mas reforça que acesso e oportunidades de jogo são dimensões distintas e relacionadas, nas quais as interpretações dos agentes sociais possuem relevância.

O panorama documental também evidenciou que as condições institucionais de participação das meninas não permaneceram estáticas ao longo do período analisado. Mudanças regulamentares, a utilização do Mecanismo de Dispensa Etária e a ampliação da presença registrada mostram que as possibilidades de participação foram sendo produzidas e modificadas historicamente. Portanto, torna-se relevante considerar não apenas a configuração atual das competições, mas também os processos que contribuíram para constituí-la.

É nesse sentido que a proposição de Von Huntly (2026, p. 71-72) sobre o “mapeamento dos processos sociais e de seus momentos históricos” contribui para interpretar os resultados documentais desta dissertação. Olhar para esse percurso permite questionar explicações que localizam nas próprias meninas a responsabilidade por sua menor presença, experiência ou desempenho no futebol. Diferenças observadas no presente não podem ser dissociadas das condições históricas de acesso, formação, oferta de equipes e competições e reconhecimento disponibilizadas a meninas e meninos. Assim, o resultado atual de trajetórias desiguais não pode ser tomado como evidência de uma diferença natural de interesse ou capacidade.

A afirmação de Von Huntly (2026, p. 74) de que “foi a gente que inventou isso” aprofunda esse argumento ao lembrar que os significados atribuídos às práticas sociais também são historicamente produzidos. No contexto desta dissertação, isso permite compreender que a

associação entre futebol e masculinidade não constitui uma propriedade natural da modalidade, mas uma construção reiterada ao longo do tempo. Se as condições de participação podem ser modificadas, também os significados que definem quem pertence ao futebol e quais capacidades são esperadas de seus participantes podem ser disputados e transformados.

O panorama documental mostrou que a própria regulamentação das competições estabelece condições específicas para a participação das meninas, entre elas o Mecanismo de Dispensa Etária. A existência desse dispositivo evidencia que a organização competitiva não opera apenas pela aplicação de critérios idênticos a todos os participantes. Essa questão pode ser aprofundada pela crítica à universalização apresentada por Von Huntz (2026, p. 89), ao afirmar que “a disparidade que o processo histórico e material produziu entre estes sujeitos – homem e mulher – nos impede de operar uma ‘universalização’ que remediasses tais assimetrias de poder”. Essa discussão ajuda a compreender que permitir formalmente que meninas e meninos compartilhem a mesma competição não significa que tenham chegado a esse espaço pelas mesmas trajetórias ou que encontrem nele as mesmas condições de participação.

A questão, portanto, não se reduz a escolher entre tratar meninas e meninos de forma igual ou diferente, mas envolve compreender quais diferenças a regulamentação considera relevantes, com que finalidade e o que essa organização efetivamente possibilita. O MDE amplia as condições formais de elegibilidade, mas os demais resultados da dissertação mostram que a autorização regulamentar não determina, por si só, o acesso às equipes, a distribuição das oportunidades de jogo ou as experiências construídas no ambiente competitivo. Assim, reconhecer trajetórias historicamente distintas não significa essencializar diferenças entre meninas e meninos, e sim distinguir a elegibilidade formal das condições concretas pelas quais a participação se realiza.

Os relatos do Estudo 3 mostram que as relações de gênero no futebol misto não se restringem às situações explicitamente nomeadas como machismo ou preconceito. Elas também aparecem nas formas pelas quais as meninas são reconhecidas, avaliadas e comparadas, nas expectativas construídas sobre sua presença e nos significados atribuídos às características valorizadas no ambiente esportivo. É a partir desses achados que a formulação de Von Huntz (2026, p. 96), apresentada em diálogo com Judith Butler e Teresa de Lauretis, de que “o gênero está sendo feito a todo momento” se torna particularmente produtiva. Essa perspectiva permite compreender que o gênero também pode ser produzido nas práticas cotidianas pelas quais capacidades, comportamentos e possibilidades são interpretados e valorizados, inclusive nas condições de acesso às equipes, nas avaliações construídas sobre as jogadoras e nas decisões que distribuem oportunidades de participação.

Transportando para o futebol a provocação apresentada por Von Huntz (2026), pode-se pensar em dois corpos realizando formalmente a mesma prática: ambos calçam chuteiras e jogam futebol, mas não necessariamente são interpretados a partir das mesmas referências. Se o bom desempenho de uma menina é significado como “jogar como homem”, enquanto o mau desempenho de um menino é significado como “jogar como mulher”, a competência esportiva permanece atravessada por uma hierarquia de gênero, na qual o masculino tende a funcionar como referência positiva de desempenho. A diferença, portanto, não está apenas nos corpos que jogam, mas nos significados socialmente produzidos a partir deles.

Os resultados do Estudo 1 acrescentam uma dimensão importante a essa discussão ao mostrar que as oportunidades objetivas de participação não esgotam a experiência construída pelas jogadoras. Embora o tempo de jogo represente uma condição concreta para experimentar e participar da competição, sua quantidade, isoladamente, não explicou a percepção de capacidade das participantes. Pois participar não corresponde apenas a permanecer mais ou menos tempo em campo: as experiências produzidas nesse espaço também são atravessadas pela forma como as jogadoras interpretam suas próprias capacidades, pelas relações estabelecidas e pelos significados atribuídos às situações vivenciadas.

A formulação “você treina um para poder e o outro para não poder” (VON HUNTY, 2026, p. 99) permite ampliar essa reflexão sem reduzir a experiência à quantidade de tempo jogado. Jogar, experimentar, errar, aprender e receber feedback constituem oportunidades de desenvolvimento que podem ser acumuladas de maneira desigual ao longo das trajetórias. Assim, capacidades observadas em determinado momento não devem ser interpretadas independentemente das condições oferecidas para construí-las, ainda que essas oportunidades, por si sós, não determinem como cada jogadora perceberá sua própria capacidade.

Essa leitura permite retornar à perspectiva bioecológica que orientou a interpretação dos achados desta dissertação. Características individuais não produzem efeitos isoladamente, mas adquirem significado nas relações com agentes sociais, nas condições dos contextos e nas trajetórias construídas ao longo do tempo. A leitura crítica das relações de gênero acrescenta que essas relações são historicamente situadas e atravessadas por referências e relações de poder. Desse modo, elegibilidade, acesso, oportunidades de jogo e experiência não constituem uma sequência linear, mas dimensões distintas e relacionadas nas quais se expressa uma questão comum: como a presença das meninas é autorizada, possibilitada, distribuída e significada em um espaço historicamente marcado pela referência masculina?

Depreende-se, portanto, que ampliar a participação das meninas no futebol não se restringe a permitir que joguem. Exige considerar como conseguem acessar esse espaço, quais

oportunidades recebem, como suas capacidades são interpretadas e que experiências podem construir. A participação deixa, assim, de ser compreendida apenas como presença e passa a envolver as condições pelas quais meninas podem efetivamente ocupar, agir, aprender e ser reconhecidas no futebol.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Chellsea Hortêncio *et al.* Bolsa Atleta e futebol de mulheres: caracterizando os últimos três ciclos olímpicos e as quatro Copas do Mundo. **Corpoconsciência**, v. 28, p. e17250, 2024.
- BETTEGA, Otávio Baggiotto *et al.* A competição na iniciação ao futebol: considerações sobre a organização do jogo e a participação no ambiente competitivo. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01–17, 4 jun. 2020.
- BRANDÃO, Regina *et al.* Bioecology and sport: linking theory and practice. **Cogent Social Sciences**, v. 10, n. 1, p. 2402831, 2024.
- BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The Bioecological Model of Human Development. In: DAMON, William; LERNER, Richard M. (Orgs.). **Handbook of Child Psychology: Theoretical Models of Human Development**. 6. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2006. v. 1 p. 793–828.
- CLARK, Sheryl; PAECHTER, Carrie. “Why can’t girls play football?” Gender dynamics and the playground. **Sport, Education and Society**, v. 12, n. 3, p. 261–276, ago. 2007.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Resolução da Presidência RDP nº 01/2023: institui o futebol misto no âmbito do futebol amador (não profissional) e introduz o mecanismo da dispensa etária (MDE), como ferramenta para promover a prática do futebol por atletas femininas no Brasil**. Rio de Janeiro: [S.n.]. Disponível em: <[https://fafamazonas.com.br/site/arquivos/download/arqeditor/RDP%2001-2023%20-%20Futebol%20Misto%20e%20MDE%20\(1\).pdf](https://fafamazonas.com.br/site/arquivos/download/arqeditor/RDP%2001-2023%20-%20Futebol%20Misto%20e%20MDE%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2026.
- CORREIA, Willian Henrique *et al.* A relação entre a autoeficácia e o autoconceito em jovens atletas de futebol: uma revisão de escopo. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e21211225753, 23 jan. 2022.
- ELIASSON, Inger. Gendered socialization among girls and boys in children’s football teams in Sweden. **Soccer and Society**, v. 12, n. 6, p. 820–833, nov. 2011.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534–551, dez. 2016.
- GARCÍA-ANGULO, Antonio *et al.* Short-term effect of competition rule changes on collective effectiveness and self-efficacy in youth football players. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 49, 1 jul. 2020.
- GJESDAL, Siv; HEDENBORG, Susanna. Engaging Minority Girls in Organized Youth Sport in Norway: A Case Study of a Project That Worked. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 3, p. 781142, 2021.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, v. 27, p. e27001, 2021.

HANCOCK, David J.; ADLER, Ashley L.; CÔTÉ, Jean. A proposed theoretical model to explain relative age effects in sport. **European Journal of Sport Science**, v. 13, n. 6, p. 630–637, nov. 2013.

HILLS, Laura A. *et al.* ‘It’s not like she’s from another planet’: Undoing gender/redoing policy in mixed football. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 56, n. 5, p. 658–676, 1 ago. 2021.

HILLS, Laura A.; CROSTON, Amanda. ‘It should be better all together’: Exploring strategies for “undoing” gender in coeducational physical education. **Sport, Education and Society**, v. 17, n. 5, p. 591–605, 2012.

JACO, Juliana Fagundes; ALTMANN, Helena. Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de educação física. **Educação em Foco**, v. 22, n. 1, p. 155–181, 2017.

KRAHENBÜHL, Tathiane *et al.* Competição de base e a formação de jovens atletas na perspectiva de treinadores de elite no handebol. **Pensar a Prática**, v. 22, p. 1–13, 27 jun. 2019.

LEONARDO, Lucas *et al.* O efeito da idade relativa influencia o tempo de participação competitiva de atletas de handebol do sexo masculino com até 13 anos de idade. **Retos**, v. 33, p. 195–198, 2018.

LEONARDO, Lucas. O que podemos aprender com o Paradesporto? Reflexões e implicações para uma pedagogia da competição infantojuvenil. In: LEONARDO, Lucas *et al.* (Orgs.). **Pedagogia da Competição: experiências e aplicações em diferentes contextos esportivos**. Manaus: Talu Educacional, 2026. p. 17–39.

LEONARDO, Lucas; KRAHENBÜHL, Tathiane; SCAGLIA, Alcides José. Validação e confiabilidade metodológica na pesquisa qualitativa: aplicações a um estudo em pedagogia do esporte. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1–22, 6 jul. 2023.

LEONARDO, Lucas; SCAGLIA, Alcides José. Esportividade, jogabilidade e trapaça: tensões ao valor da regra e suas implicações à Pedagogia do Esporte na gestão do treino e da competição na infância. **FairPlay, Revista de Filosofia, Ética y Derecho del Deporte**, n. 22, p. 45–74, 2022.

LORENTZEN, Torbjørn. Allocation of playing time within team sports—a problem for discussion. **Open Review of Educational Research**, v. 4, n. 1, p. 20–32, 2017.

MALINA, Robert M. *et al.* Biological maturation of youth athletes: Assessment and implications. **British Journal of Sports Medicine**, v. 49, n. 13, p. 852–859, 1 jul. 2015.

MARTINS, Mariana Zuaneti *et al.* Competição esportiva de futsal para meninas Construção colaborativa, criação de sentidos e inclusão na experiência da Copa Let It Gol. In:

LEONARDO, Lucas *et al.* (Orgs.). **Pedagogia da Competição: experiências e aplicações em diferentes contextos esportivos**. Manaus: Talu Educacional, 2026. p. 91–139.

MENDONCA, Mateus Azevedo *et al.* Elaboração e aplicação de instrumento de avaliação do nível de adaptação competitiva para o futebol infantil. **Corpoconsciência**, p. e16454, 2023.

MILISTETD, Michel *et al.* Análise da organização competitiva de crianças e jovens: adaptações estruturais e funcionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 671–678, 1 jul. 2014.

MONTEIRO JÚNIOR, Iron Alves; SOARES, Emilly Larissa Lopes; KRAHENBÜHL, Tathiane. A influência dos agentes sociais na trajetória esportiva de atletas de handebol: um estudo com jovens atletas do Paraná. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 47, p. e20250073, 2025.

MOORE, Sarah A. *et al.* Enhancing a Somatic Maturity Prediction Model. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 47, n. 8, p. 1755–1764, 2015.

ORTEGA-TORO, Enrique; GIMÉNEZ-EGIDO, José María. La Competición como Medio Formativo en Etapas de Iniciación Deportiva: Propuesta Inicial de Fundamentos, Principios y Orientaciones. **e-Motion: Revista de Educación, Motricidad e Investigación**, n. 25, p. 28–37, 5 dez. 2025.

PANKOWIAK, Aurélie *et al.* A socio-ecological approach to understanding the experiences of women and girls playing male-dominated sports. **Sport in Society**, v. 28, n. 9, p. 1248–1267, 2025.

SCHÖNARDIE, Marina Gomes *et al.* “Não torço pra nenhum time, não sei as regras e se me convidam pra jogar eu não jogo”: a relação das meninas menos habilidosas com o conteúdo futebol/futsal nas aulas de Educação Física. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1–17, 12 fev. 2023.

SOLOMON, Gloria B. The influence of coach expectations on athlete development. **Journal of Sport Psychology in Action**, v. 1, n. 2, p. 76–85, 2010.

SWEENEY, Liam *et al.* Biological maturity but not relative age biases exist in female international youth soccer players relative to the general population. **Biology of Sport**, v. 42, n. 2, p. 249–256, 2025.

VON HUNTY, Rita. **Formas de narrar um corpo**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2026.

APÊNDICE B – Instrumento de autoeficácia percebida no futebol

NOME: _____ CATEGORIA _____ CLUBE: _____

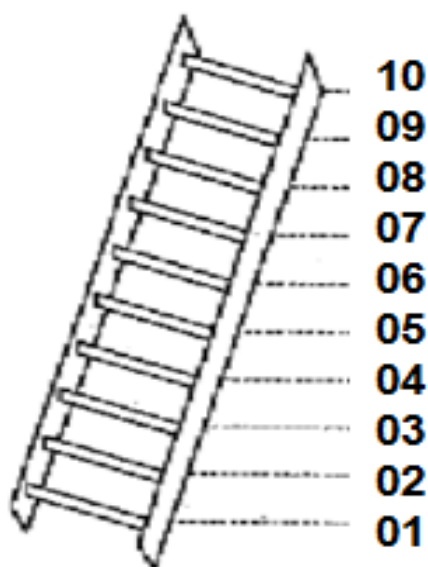
QUESTIONÁRIO DE AUTOEFICÁCIA PERCEBIDA NO FUTEBOL

CIRCULE DE 0 (NADA) A 10 (MUITO) O GRAU EM QUE VOCÊ SE SENTE CAPAZ DE REALIZAR AS SEGUINTE AÇÕES DE JOGO. SE ERRAR, PODE RISCAR E CORRIGIR.

AÇÕES DE JOGO		0 (NADA) 5 (RAZOAVELMENTE) 10 (MUITO)
Nº	Pergunta	Escala
1	O quanto você se sente capaz de chutar próximo ao gol?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
2	O quanto você se sente capaz de chutar ao gol de média distância?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
3	O quanto você se sente capaz de chutar de longe do gol?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
4	O quanto você se sente capaz de defender seu oponente?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
5	O quanto você se sente capaz de atrapalhar os chutes de seus oponentes dentro da sua área?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
6	O quanto você se sente capaz de atrapalhar os chutes de seus oponentes fora da área?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
7	O quanto você é capaz de mudar dar um passe longo de um lado para o outro do campo?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
8	O quanto você se sente capaz para driblar um oponente?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
9	O quanto você se sente capaz para dar um passe para um(a) colega fazer o gol?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
10	O quanto você se sente capaz de manter a posse da bola sob pressão de um defensor?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
11	O quanto você se sente capaz de ajudar seu time jogando junto com os colegas?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
12	O quanto você se sente capaz de cabecear a gol após escanteio?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
13	O quanto você se sente capaz para cobrar um escanteio?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
14	O quanto você se sente capaz de fazer gol ao cobrar um pênalti?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
15	O quanto você se sente capaz de marcar um gol chutando de fora da área?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
16	O quanto você se sente capaz de marcar um gol quando está frente a frente com o goleiro?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10
17	O quanto você se sente capaz de bater uma falta na frente da área?	0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10

APÊNDICE C – Instrumento de avaliação das jogadoras pelos treinadores**RANKING DO TREINADOR****Treinadores/as****Nome:** _____**Equipe:** _____**Categoria () Sub-08 () Sub-10**

Considerando todos os jogadores e jogadoras da sua equipe, em que posição você colocaria esta jogadora em relação à habilidade para jogar futebol?

(nome da jogadora).

APÊNDICE D – Roteiros de entrevistas semiestruturadas

Roteiro 1 – Treinadores

Como é realizada a seleção das meninas para integrar a equipe? Existem critérios específicos?

O processo de seleção para meninas difere em algum aspecto do que é utilizado para os meninos? Se sim, como?

No processo de seleção, o clube tem preferência por meninas mais velhas dentro da categoria? (Mecanismo de dispensa etária)

Ainda há poucas meninas na equipe. O clube tem tomado alguma iniciativa específica para atrair mais garotas?

A inclusão de meninas na equipe trouxe mudanças no planejamento diário dos treinos?

Como você avalia o ambiente de competição misto em relação à segurança e ao acolhimento das meninas?

Na sua percepção, a competição mista é benéfica para o desenvolvimento das meninas? Ou acredita que um ambiente exclusivo seria mais adequado em alguns aspectos?

Roteiro 2 – Jogadoras

Como você se sente jogando em times mistos?

Como é o ambiente competitivo para você?

Qual a importância do apoio da sua família nesse processo?

Já teve alguma situação que não gostou jogando?

Já teve alguma situação que você gostou quando jogava?

Quais são seus objetivos jogando futebol?

Roteiro 3 – Familiares/responsáveis

Qual sua opinião sobre competições de futebol com times mistos?

Como você enxerga o ambiente competitivo para sua filha?

Como você busca apoiar sua filha neste processo?

Consegue relatar situações negativas que sua filha já viveu jogando futebol?

Consegue relatar situações positivas que sua filha já viveu jogando futebol?

Quais são suas expectativas em relação à participação da sua filha no futebol?

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para responsáveis pelas jogadoras

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar e autorizar a participação de sua filha no projeto de pesquisa intitulado **“Participação de meninas em ambientes de competição mista”**, desenvolvido por Ana Karolina Silva Sena, discente do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (PPG CiMH/FEFF/UFAM), orientada pelo Prof. Dr. Lucas Leonardo, professor credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas.

O objetivo desta pesquisa é investigar se o ambiente competitivo de futebol misto nas categorias infanto-juvenis do estado do Amazonas proporciona um espaço seguro e inclusivo para meninas, além de identificar as dinâmicas e condições que favorecem ou dificultam o desenvolvimento e a inclusão dessas atletas.

Sua filha está sendo convidada a participar desta pesquisa por estar inscrita em competições de futebol mistas que fazem parte do estudo. A participação consistirá em sua filha relatar suas experiências em uma conversa com a pesquisadora. Serão coletados também dados complementares sobre idade e tempo de participação de sua filha na modalidade. Não serão realizadas gravações de áudio de sua filha sem a devida autorização, garantindo sua privacidade.

Além disso, o(a) senhor(a) também está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, compartilhando suas percepções sobre a participação de sua filha nas competições de futebol misto. A coleta dessas informações será feita por meio de uma conversa com a pesquisadora durante os dias de competição. Essa conversa será gravada apenas com seu consentimento, garantindo sua privacidade.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Nesta pesquisa, o principal risco pode ser um possível desconforto ao relatar experiências durante a conversa com a pesquisadora. Caso isso ocorra, tanto o(a) senhor(a) quanto sua filha poderão interromper a participação a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Também há riscos de vazamentos dos áudios coletados nas entrevistas. Para minimizar tais riscos, asseguramos que todos os dados coletados serão armazenados exclusivamente em drives físicos e sem utilização de recursos online, minimizando acessos indevidos. Todos os dados coletados serão eliminados ao final da pesquisa.

Pode ocorrer, ainda, o vazamento de informações pessoais. Para minimizar este risco, a divulgação científica dos dados será realizada com cuidado para que nenhuma informação que o(a) identifique, ou à sua filha, seja divulgada.

Estes procedimentos visam assegurar a confidencialidade e a privacidade, bem como a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes. Garantimos também que as informações não serão utilizadas de forma prejudicial aos participantes e/ou comunidades envolvidas, inclusive em termos de autoestima, prestígio ou aspectos econômico-financeiros.

Espera-se que esta pesquisa contribua para um melhor entendimento sobre a experiência de meninas em competições de futebol misto, auxiliando na construção de ambientes esportivos mais seguros e inclusivos para atletas e suas famílias. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para refletir sobre a participação da sua filha e a sua própria participação na pesquisa, podendo consultar seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo(a) a tomar uma decisão livre e esclarecida.

Garantimos tanto à sua filha quanto ao(à) Sr(a), quando necessário, o ressarcimento de despesas decorrentes da participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Esse ressarcimento poderá ocorrer por meio de apoio financeiro ou alimentação, desde que os gastos tenham relação direta com a disponibilidade solicitada para a pesquisa.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito de solicitar indenizações e cobertura material para reparação de eventuais danos causados pela participação na pesquisa. Além disso, garantimos assistência integral gratuita para quaisquer danos diretos ou

indiretos, imediatos ou tardios, decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário, tanto para o(a) Sr(a) quanto para sua filha.

Por fim, asseguramos a manutenção do sigilo e da privacidade da participação de ambos na pesquisa, garantindo a proteção de seus dados durante todas as fases do estudo e na divulgação científica dos resultados.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Ana Karolina Silva Sena a qualquer tempo para informação adicional no endereço no endereço da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM, que fica na Avenida Rodrigo Otávio, 6200, no Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroado, CEP 69067-005, e-mail ana.sena@ufam.edu.br ou pelo telefone (92) 9817-75195.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

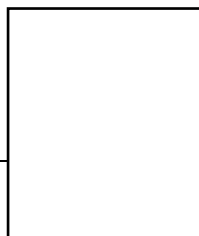
Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que concordo que minha filha _____
(nome completo do menor de 18 anos) participe desta pesquisa. Declaro ainda que concordo com minha própria participação na pesquisa, conforme as informações fornecidas neste documento.

_____, ____/____/____
(local)

Assinatura do Responsável Legal



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE F – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido das jogadoras

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE 18 ANOS

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa chamada **“Participação de meninas em ambientes de competição mista”**. Essa pesquisa está sendo feita por mim, Ana Karolina Silva Sena, aluna do mestrado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a orientação do professor Lucas Leonardo.

O objetivo dessa pesquisa é entender como as meninas se sentem jogando em campeonatos de futebol misto. Nosso objetivo é entender se essas competições oferecem um ambiente seguro e inclusivo para você.

O que você precisa fazer?

Se você aceitar participar, vai conversar com a pesquisadora sobre suas experiências nesses campeonatos. Essa conversa acontecerá nos dias das competições, em um ambiente tranquilo. A conversa só será gravada se você e seus responsáveis permitirem.

Importante!

Sua participação só acontecerá se seus pais ou responsáveis autorizarem. Você pode escolher não participar ou parar a qualquer momento, sem problema nenhum. A pesquisa será feita nos locais onde você já joga e compete.

Como será a conversa?

Durante a conversa, vamos fazer perguntas para entender, por exemplo: 1) Como você se sente jogando em times mistos? 2) Como é o ambiente competitivo para você? 3) Qual a importância do apoio da sua família nesse processo? Outras perguntas podem surgir em nossa conversa.

Se você quiser, seu pai, mãe ou responsável podem estar presentes na conversa. Caso autorize, a conversa será gravada para que possamos registrar corretamente tudo o que você contar.

Existem riscos?

Sim, mas estamos cuidando para que sejam mínimos. Você pode se sentir desconfortável com algumas perguntas. Se isso acontecer, pode escolher não responder ou até parar a conversa. Pode ser desconfortável ser gravada. Se não quiser, ainda pode participar sem ser gravada. Existe o risco de vazamento das gravações. Para evitar isso, todas as informações ficarão guardadas em locais seguros e serão apagadas depois da pesquisa. Pode haver vazamento de informações pessoais. Por isso, não divulgaremos nenhum dado que possa te identificar.

Podemos esperar que pense se quer ou não participar. E sugerimos que você consulte seus familiares e/ou responsáveis que possam ajudar a tomar esta decisão de forma livre e consciente.

Quais são os benefícios?

Com essa pesquisa, queremos ajudar a melhorar o futebol misto, tornando-o mais seguro e respeitoso para meninas como você.

Sobre custos e ajuda

Caso você ou sua família tenham algum gasto por conta da pesquisa, como transporte ou alimentação, garantimos que essas despesas serão reembolsadas. Se, por qualquer motivo, sua participação causar algum problema, você e seus responsáveis têm direito a receber ajuda para resolver a situação.

Sua privacidade está protegida

Todas as informações que você compartilhar ficarão em sigilo. Nada será divulgado sem a sua permissão.

Como entrar em contato?

Você ou seus pais e/ou responsáveis podem entrar em contato com a pesquisadora responsável, Ana Karolina Silva Sena, a qualquer tempo para informação adicional no endereço da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM, que fica na Avenida Rodrigo Otávio, 6200, no Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó, CEP 69067-005, e-mail ana.sena@ufam.edu.br, ou pelo telefone (92) 98177-5195.

Você ou seus pais e/ou responsáveis também podem entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento importante chamado TALE será feito em duas cópias. Em cada uma delas, todas as páginas, exceto a última que você vai assinar, você e o pesquisador responsável vão marcar com as suas iniciais na parte indicada. Ao final, ambas as cópias serão assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Cada um ficará com uma cópia.

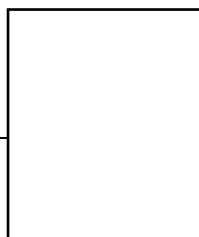
ASSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ (nome completo do menor de 18 anos),
declaro que concordo em participar desta pesquisa.

_____, ____/____/____
(local)

Assinatura do menor de 18 anos

Assinatura do Pesquisador Responsável



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Treinadores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“Participação de meninas em ambientes de competição mista”**, desenvolvido por Ana Karolina Silva Sena, discente do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCiMH/FEFF/UFAM), orientada pelo Prof. Dr. Lucas Leonardo, professor credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas.

O objetivo desta pesquisa é investigar se o ambiente competitivo de futebol misto nas categorias infanto-juvenis do estado do Amazonas proporciona um espaço seguro e inclusivo para meninas, além de identificar as dinâmicas e condições que favorecem ou dificultam o desenvolvimento e a inclusão dessas atletas.

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa por atuar como treinador(a) de equipes de futebol mistas pelas competições de base da FAF. Sua participação consistirá em uma entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro com perguntas abertas, que permitirá que o(a) senhor(a) compartilhe suas experiências e opiniões sobre o tema. A entrevista será agendada de acordo com sua disponibilidade e poderá ser realizada presencialmente.

Com sua autorização, a entrevista será gravada em áudio para garantir a precisão dos dados coletados. As gravações serão transcritas e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Os riscos desta pesquisa estão relacionados a possíveis desconfortos emocionais ao relatar experiências durante as entrevistas, mas caso sinta qualquer desconforto ao responder às perguntas, o(a) senhor(a) poderá optar por não responder a determinadas questões ou interromper sua participação a qualquer momento, sem prejuízo.

Também há riscos de vazamentos dos áudios coletados nas entrevistas. Para minimizar tais riscos, asseguramos que todos os dados coletados serão armazenados exclusivamente em drives físicos e sem utilização de recursos online, minimizando acessos indevidos. Todos os dados coletados serão eliminados ao final da pesquisa.

Pode ocorrer, ainda, o vazamento de informações pessoais. Para minimizar este risco, a divulgação científica dos dados será realizada com cuidado para que nenhuma informação que o(a) identifique seja divulgada. Estes procedimentos visam assegurar a confidencialidade e a privacidade, bem como a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes. Garantimos também que as informações não serão utilizadas de forma prejudicial aos participantes e/ou comunidades envolvidas, inclusive em termos de autoestima, prestígio ou aspectos econômico-financeiros.

Espera-se que esta pesquisa traga benefícios como a contribuição para o desenvolvimento de ambientes competitivos mais seguros e inclusivos para meninas no futebol. Se julgar necessário, o(a) senhor(a) dispõe de tempo para refletir sobre sua participação, podendo consultar familiares ou outras pessoas que auxiliem na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) senhor(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas decorrentes de sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Tal ressarcimento poderá ser realizado financeiramente ou por meio de alimentação, caso os gastos tenham relação direta com a participação na pesquisa.

Asseguramos ao(à) senhor(a) o direito de pedir indenizações e a cobertura material para reparação de danos causados pela pesquisa, bem como assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Ana Karolina Silva Sena a qualquer tempo para informação adicional no endereço da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM, que fica na Avenida Rodrigo Otávio, 6200, no Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroado, CEP 69067-005, e-mail ana.sena@ufam.edu.br ou pelo telefone (92) 9817-75195.

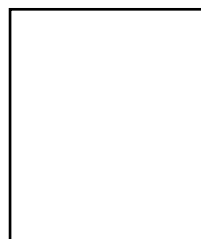
O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____
(local)



Assinatura do Participante

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

ANEXO A – Carta de anuência FAF

Manaus, 11 de setembro de 2024

Federação Amazonense de Futebol
Av. Constantino Nery, 282 - Centro, Manaus - AM, 69010-160

A quem possa se interessar,

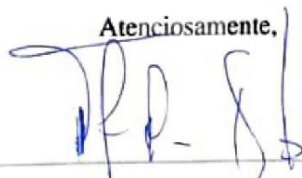
Pelo presente documento, a **Federação Amazonense de Futebol** confirma a sua anuência para que a Sra. **Ana Karolina Silva Sena**, sob a orientação do **Prof. Lucas Leonardo**, realize o projeto de pesquisa intitulado **A Participação de Meninas em Ambientes de Competição Mista**, que será desenvolvido como parte dos requisitos para a conclusão do mestrado em Ciências do Movimento Humano.

O projeto tem como objetivo analisar a participação de meninas em ambientes de competição mistas. Acreditamos que os resultados desta pesquisa contribuirão significativamente para o desenvolvimento do futebol de meninas e mulheres no país, além de fomentar o desenvolvimento científico e acadêmico.

A **Federação Amazonense de Futebol** se compromete a oferecer os recursos necessários para a realização deste estudo, bem como a facilitar o acesso a todas as informações e materiais requeridos pela pesquisadora para a execução de sua pesquisa.

Este consentimento é concedido sem qualquer reserva de direitos ou restrições, salvo as que sejam estabelecidas em regulamentos específicos ou acordos prévios.

Atenciosamente,



Thiago Bento Durante
Diretor de Competições Adjunto